



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RONIEL VITOR DE OLIVEIRA

**O PAPEL DO MIGRANTE COMO SUJEITO DA GENEALOGIA E DINÂMICA
URBANA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS - RORAIMA**

Boa Vista – RR

2014

RONIEL VITOR DE OLIVEIRA

**O PAPEL DO MIGRANTE COMO SUJEITO DA GENEALOGIA E DINÂMICA
URBANA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS - RORAIMA**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Boa Vista - RR

2014

RONIEL VITOR DE OLIVEIRA

**O PAPEL DO MIGRANTE COMO SUJEITO DA GENEALOGIA E DINÂMICA
URBANA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS - RORAIMA**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Produção do Território Amazônico. Defendida em 26 de março de 2014 e avaliada pela seguinte banca:

Prof.^a Dr.^a Maria Bárbara de Magalhães Bethonico - UFRR
(Orientadora)

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – UFPA
(Membro Titular da Banca)

Prof. Dr. Artur Rosa Filho – UFRR
(Membro Titular da Banca)

Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras - UFRR
(Membro Titular da Banca)

Prof^a. Dr^a. Gersa Maria Neves Mourão (UFRR)
(Membro Suplente da Banca)

Dedico a minha esposa Renata Khel Paiva Pinheiro, minha filha Camila Vitor Pinheiro, aos meus pais Diná Vitor Sobrinho e Lourival Luiz de Oliveira, aos meus irmãos Mizael Vitor de Oliveira, Vardieres Vitor de Oliveira, Paulo Roberto Vitor de Oliveira e Patrícia Vitor de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela coragem de enfrentar as idas e vindas de Rorainópolis a Boa vista.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Bárbara de Magalhães Bethonico, por suas ricas contribuições ao desenvolvimento desta pesquisa, e principalmente por sua disposição.

A comunidade da cidade de Rorainópolis pelas informações prestadas, aos entrevistados pela atenção e contribuição.

Aos companheiros da casa do estudante universitária de Roraima.

Aos professores do Curso de Mestrado em Geografia da UFRR, cujas disciplinas subsidiaram os possíveis caminhos do projeto de pesquisa e desenvolvimento da dissertação de mestrado.

Aos companheiros do Curso de Mestrado em Geografia, pela ajuda e troca de conhecimentos.

Aos meus sobrinhos Wallacy Vitor Dias Oliveira, Sophia Vitor Dias Oliveira e Sara Vitor França, aos meus cunhados Jeilson Gomes Silva, Cleonilde Costa Dias, Ângela Santana França, Flávia Abreu Paiva Pinheiro e Lucivânia Costa da Conceição.

Ao senhor Luiz Mário Severo Ávila por me disponibilizar seu acervo fotográfico do período de construção da rodovia BR-174.

A professora Suely Figueiredo, sua ajuda foi de suma importância para que esta pesquisa se concretizasse.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em especial Elizama Conceição Araújo, que não mediu esforços em ajudar nesta pesquisa.

A grande companheira Valcleia Barros Rocha, obrigado por tudo.

Não é preciso ter a força de Hércules, nem a inteligência de Einstein, muito menos a habilidade de um ninja para se destacar e promover mudanças realmente importantes. Muito pelo contrário, o corpo pode até padecer, mas a mente é que deve ser grande e sublime para perseguir um objetivo maior (CHE GUEVARA)

RESUMO

A presente pesquisa analisa o papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis na Amazônia setentrional, última fronteira amazônica. A pesquisa compreende o intervalo temporal da década de 1970 ao ano de 2013. Neste caminho, as técnicas de pesquisas utilizadas foram levantamento bibliográfico, análises documentais e fotográficas, entrevistas, questionários e observações *in loco*. Em Roraima, Rorainópolis cidade que emergiu nesta parte da Amazônia no final da década de 1970, em consequência das políticas de ocupação humana e territorial na Amazônia direcionada pelo governo central. Políticas de ocupação que tiveram a migração como elemento central, uma vez que a concepção de território associava-se a uma ocupação humana, desconsiderando as características da floresta e de uma população já existente. Assim o governo militar efetivou ações, como a construção de rodovias e projetos de assentamentos, com o propósito de ocupar e explorar economicamente regiões consideradas como “vazios demográficos”. Nessa situação, encontra-se a região Sul do Estado de Roraima, recorte desta pesquisa, quando se utiliza o município de Rorainópolis como elemento de análise, objetivando compreender o papel do migrante na genealogia e dinâmica desta área urbana. Partindo desse pressuposto, um fluxo migratório se dirige a essa porção do território roraimense e começa constituir no final da década de 1970, um pequeno aglomerado as margens da rodovia BR-174. Igualmente em 1979 marca instalação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ, assinalando a consolidação do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis. O referido órgão instala a sua sede neste espaço, e a partir desse momento o pequeno aglomerado passa a ser conhecido como Vila do INCRA, a partir de então, esse núcleo embrionário urbano recebeu grande incremento demográfico em virtude dos fluxos migratórios que se destinavam para esta porção Sul do Estado de Roraima, durante o final da década de 1970, que se seguiram nas décadas de 1980 e 1990. Nesta trajetória, outro elemento que marca a história desse lugar se deu em 1995, quando a conhecida Vila do INCRA ganha *status* de cidade com o nome de Rorainópolis com a emancipação política do município de mesmo nome. Neste contexto, o núcleo urbano de Rorainópolis, sua expansão urbana vem acontecendo, marcado pela carência de infraestrutura básica, equipamentos e serviços urbanos adequados, e neste sentido, consolidando a perda de qualidade de vida de seus residentes.

Palavras-chave: Rorainópolis, Migrantes, Rodovia BR-174 e PAD-ANAUÁ.

ABSTRACT

This research examines the role of the migrant as a subject of genealogy and urban dynamics in the northern city of Rorainópolis Amazon, Amazon last frontier. The research covers the time interval from the 1970s to the year 2013. In this way, the research techniques used were bibliographic, documentary and photographic analyzes interviews, questionnaires and in situ observations. In Roraima, Rorainópolis city that emerged in this part of the Amazon in the late 1970s , the political consequences in human and territorial occupation in Amazonia directed by the central government . Occupation policies that had migration as a central element, since the conception of the territory was associated with a human occupation, disregarding the characteristics of the forest and an existing population. Therefore, the military government effected actions, such as building roads and settlement projects, in order to occupy and exploit economically regions considered demographic gaps. In this situation, lying south of the State of Roraima, trimming this research, when using the municipality as Rorainópolis element analysis in order to understand the role of migrants in genealogy and dynamics of this urban area? Based on this assumption, a migratory flow is directed to that portion of Roraima territory and constitute begins in the late 1970s, a small cluster margins of the BR - 174 highway. Also in 1979 the brand Settlement Project Managed PAD- Anaua installation, marking the consolidation of the urban core of embryonic Rorainópolis. The national installs its headquarters in this space, and from that moment the small cluster becomes known as Village of INCRA, from then on, this core embryonic received large urban population growth due to migration flows intended for this portion South of the State of Roraima, during the late 1970s, which followed in the 1980s and 1990s. In this trajectory, another element that marks the history of this place was in 1995, when the village known INCRA win city *status* with the name of Rorainópolis with the political emancipation of the municipality of the same name. In this context, the urban core Rorainópolis, its urban sprawl is happening, marked by a lack of basic infrastructure, equipment and adequate urban services, and in this sense, consolidating the loss of quality of life of its residents.

Keywords: Rorainópolis, Migrants, BR- 174 and PAD - Anaua.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Croqui de localização do município e da área urbana de Rorainópolis.....	22
Figura 2 - Quadro dos padrões de urbanização regional na Amazônia.....	65
Figura 3 - Mapa da divisão de Roraima em municípios.....	75
Figura 4 - Quadro da genealogia dos Municípios de Roraima.....	82
Figura 5 - Foto de acampamento no período de construção da rodovia BR-174 em 1974.	90
Figura 6 - Foto da sede do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD-ANAUÁ.	94
Figura 7 - Foto de trabalhadores do período de construção da rodovia BR-174 no ano de 1975	99
Figura 8 - Foto do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis em 1984.	107
Figura 9 - Evolução da população total e urbana de Rorainópolis no período de 1991, 2000 e 2010.....	110
Figura 10 - População residente no município de Rorainópolis por lugar de nascimento em 2000 e 2010.....	112
Figura 11 - Gráfico da população residente na cidade de Rorainópolis por lugar de nascimento de acordo com pesquisa direta realizada 2012.	113
Figura 12 - Quadro do total de alunos matriculados no município de Rorainópolis.....	115
Figura 13 - Quadro de Escolas e Alunos Matriculados na Zona Urbana em 2013.	116
Figura 14 - Foto da cidade de Rorainópolis onde há prestação de serviços públicos	122
Figura 15 - Foto da cidade de Rorainópolis onde há carência na prestação de serviço público	122
Figura 16 - IDH-M dos municípios do Roraima.	123
Figura 17 - Lugar de nascimentos dos representantes políticos de Rorainópolis do cargo de vereador.....	126
Figura 18 - Croqui do processo de ocupação urbana de Rorainópolis	128
Figura 19 - Croqui da espacialização da população urbana de Rorainópolis por numero de habitantes.	131
Figura 20 - Plantação de hortaliças na área urbana de Rorainópolis.....	132
Figura 21 - Foto da feira do produtor rural de Rorainópolis	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento populacional e urbanização no Brasil e na região Norte, 1940 – 2010.	67
Tabela 2 - Crescimento populacional e urbanização por Estado da região Norte, 1960 – 2010.	69
Tabela 3 - Crescimento populacional e urbanização dos municípios em Roraima.....	84
Tabela 4 - Acampamentos no período de construção da rodovia BR-174.....	89
Tabela 5 - Projetos de assentamentos surgido a partir do PAD - ANAUÁ.....	95
Tabela 6 - Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA no município de Rorainópolis a partir do ano de 1992.....	96
Tabela 7 - Origem dos migrantes entrevistado.....	102
Tabela 8 - Nome e lugar de nascimento dos representantes políticos de Rorainópolis do cargo de prefeito.	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEC	Batalhão Especial de Engenharia e Construção do Exército
BR-174	Rodovia Federal BR-174
BR-210	Rodovia Federal BR-210
BR-401	Rodovia Federal BR-401
CAER	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
CERR	Companhia Energética de Roraima
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEMARH	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITERAIMA	Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima
MEC	Ministério da Educação
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAD/ANAUÁ	Projeto de Assentamento Dirigido Anauá
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PCN	Projeto Calha Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA	Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRONAT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEMED	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde de Rorainópolis
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SIPRA	Sistema de Informações de projetos de Reforma Agrária
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	16
1.2	ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	19
2	ESPAÇO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL	21
2.1	CONCEITO DE ESPAÇO.....	23
2.2	ESPAÇO URBANO.....	28
2.3	MIGRAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO.....	30
2.3.1	Teorias de Migração	33
2.3.2	Migrações Internas no Brasil	36
2.4	POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	44
3	AS CIDADES BROTAM NA FLORESTA AMAZÔNICA	50
3.1	CIDADES ANTERIORES AO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA.....	52
3.2	CIDADES DO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA.....	54
3.2.1	Estagnação da Economia da Borracha e os Reflexos na Formação dos Núcleos Urbanos	57
3.3	CIDADES DO PÓS-CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA.....	58
3.4	URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA.....	62
3.5	AS CIDADES BROTAM NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL.....	70
3.5.1	Determinantes para a Genealogia do Urbano na Amazônia Setentrional	74
4	RORAINÓPOLIS: A EMERGÊNCIA DE UMA CIDADE NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL	86
4.1	RODOVIA BR-174: EMBRIÃO DE UMA CIDADE.....	88
4.2	PROJETO DE ASSENTAMENTO PAD-ANAUÁ: A CONSOLIDAÇÃO DA VILA DO INCRA.....	92
4.3	PRIMEIROS MIGRANTES - O DESPERTAR DE UMA CIDADE.....	98
4.4	EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: STATUS DE CIDADE.....	109
4.4.1	Aspectos Educacionais, de Saúde e Renda e a Produção do Espaço Urbano de Rorainópolis	114
4.4.2	Representação Política Municipal e Migração	124
4.4.3	Expansão e Espacialização Urbana de Rorainópolis	127
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE	148

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como referencial empírico e de análise a cidade de Rorainópolis, Sul do Estado de Roraima na Amazônia setentrional que, será analisada sobre o viés da apreciação do migrante como sujeito responsável diretamente por sua genealogia e dinâmica urbana, e neste contexto para a apreensão do estudo sobre o surgimento das cidades na Amazônia nos remeteu do período colonial (séc. XVII) que marca a implantação das primeiras cidades na Amazônia.

Desde a formação das primeiras cidades na Amazônia até o momento do despertar da cidade de Rorainópolis, no final da década de 1970, a região passa por importantes transformações no tempo e no espaço, as quais estão diretamente ligadas aos determinantes políticos e econômico, como por exemplo, a extração da borracha, as drogas do sertão, a mineração, políticas de ocupação e assentamento do governo federal, entre outras. Assim, muitos núcleos urbanos floresceram antes da década de 1960. Em Roraima surgiram as cidades de Boa vista e Caracarái nesse longo período.

Contudo, foi somente a partir da década de 1960 que a urbanização da região passa a se relacionar intensamente com a intervenção estatal: é o momento que marca o controle da terra, bem como da política migratória induzida e financiada pelo Estado e o incentivo aos grandes empreendimentos (PEREIRA, 2004). A transformação do espaço na região está diretamente ligada à estratégia de defesa e ocupação do território, tendo à frente o discurso desenvolvimentista do Estado que fortaleceu políticas exógenas capazes de difundir o crescimento acelerado das cidades a partir da implantação de redes infraestruturais e informacionais.

As intervenções do Estado no espaço amazônico refletem as transformações no processo histórico, cultural, ambiental, econômico, político e social, por denotar a região um espaço de atração do capital e de mobilização populacional. Neste aspecto, na Amazônia a produção do urbano guarda especificidade voltada principalmente para uma forma peculiar de ocupação do espaço, com vários modelos de urbanização que combinam e coexistem dentro de um mesmo espaço, revelando com isso as diversas faces do urbano-regional.

A presente pesquisa parte do pressuposto de que as políticas de ocupação humana e territorial da Amazônia promoveram grande fluxo migratório para a região e favoreceram o surgimento de cidades e o revigoramento de outras, principalmente a partir da década de 1960. Em Roraima antes da referida década existia apenas duas cidades, e hoje conta com

quinze, sendo que treze delas surgiram a partir da década de 1970, e nesse sentido, esta dissertação parte da seguinte situação problema: Que fatores foram determinantes para a genealogia e dinâmica urbana de Rorainópolis, tendo o migrante como sujeito dessa genealogia?

Em resposta ao problema levantado, a hipótese deste trabalho estabelece que os primeiros migrantes que se efetivaram nesse lugar se deram em virtude das políticas de ocupação humana e territorial na Amazônia promovidas pelo governo central e que culminaram na abertura e construção da Rodovia BR-174 e na criação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ. Portanto, os primeiros migrantes se situaram nesta porção sul do estado como força para a construção da referida rodovia. Nesta proposição a consolidação do urbano em Rorainópolis se deu a partir desses feitos.

Diante do exposto, este trabalho possui como objetivo geral analisar o papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis e mais especificamente compreender a gênese e os fatores determinantes para o surgimento do próprio urbano, identificando aí os fatores que influenciaram nos processos migratórios e na organização do espaço urbano atual do município.

A opção por estudar a cidade de Rorainópolis deve-se ao fato de que estamos falando de uma das principais cidades de Roraima, localizada às margens da rodovia BR – 174 e que ocupa uma posição de referência espacial importante, tendo em vista que é a primeira cidade do estado de Roraima no sentido Manaus – AM a Boa Vista – RR. Destaca-se ainda por ser sede administrativa municipal do segundo município mais populoso do estado, depois de Boa Vista, sendo também referência para os municípios do entorno e espaços rurais enquanto prestação de bens e serviços, atraindo e provocando deslocamentos humanos em sua direção e dessa forma influenciando na formação urbana do município.

A respeito da importância das questões levantadas, para responder as indagações, torna-se essencial conhecer os procedimentos desta pesquisa.

1.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O guarda-chuva da cientificidade que me protege não me imuniza. A minha via, como todas as vias, é ameaçada pelo erro e, além do mais, eu passarei por desafios em que estarei desprotegidos. Mas, sobretudo, meu caminho sem caminho corre o risco permanente de se perder entre o esoterismo e a vulgarização, filosofismo e cientificismo (MORIN, 2003, p. 33).

A metodologia científica trata de método e ciência, bases à pesquisa científica. Contudo na busca de maiores conhecimentos, o pesquisador deve adotar e desenvolver hábitos que o direcionam para o aprendizado via pesquisa. O conhecimento humano assinala-se pela relação constituída entre o sujeito e o objeto, podendo-se dizer que essa é uma relação de apropriação. É a aplicação do método por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade do saber obtido, desta forma Gil (1991, p. 8) define método como o “[...] caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Ainda a respeito ao método, Santos (1997, p. 166) define como “um conjunto de proposições – coerentes entre si – que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade, ou de um aspecto da realidade”. O mencionado autor argumenta que não há método eterno, todo método é passível de modificação.

Para Sposito (2004, p. 23), o método pode ser definido como “instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação”. A concepção e análise das relações sociais e físicas implicam primeiramente a aceção de um método, admitindo abordar esta realidade a partir de um ponto de vista.

Para se fazer ciência é necessário saber conhecer, além de saber como percorrer os caminhos a serem seguidos. Para isso, torna-se necessário construir um método a ser seguido para que possamos chegar ao conhecimento. O método é de suma importância como via de acesso e discernimento relevante para a busca desse conhecimento. De acordo com Chauí (1994, p. 354) “méthodos significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado”. Logo, o método e os procedimentos técnicos são elementos indissociáveis em todo o processo de investigação desencadeado com o ato de pesquisar. Pádua (2000, p. 71) confirma a ideia quando apreende o método como a “teoria

explicativa, abarcando o conjunto dos caminhos percorridos pelas ciências para a produção dos seus conhecimentos”.

O interesse por estudar a cidade de Rorainópolis se justifica por meio de algumas razões já apresentadas – soma-se a elas o fato de existir uma relação de envolvimento pessoal do pesquisador com a cidade. Assim como eu, a maioria da população que constitui essa cidade é migrante, mais o fato de trabalhar aqui como professor e conviver diariamente com suas inquietações, angústias e alegrias, torna-se essencial a realização dessa pesquisa para buscarmos resgatar um pouco da história desse lugar do qual ajudamos a construir e estamos dia-dia produzindo e reproduzindo seu espaço.

Para compreender o objeto da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico no qual se realizou leituras sobre os temas que norteiam a nossa pesquisa, como migração, produção do espaço, além das políticas de ocupação da Amazônia; neste propósito destacaram as obras publicadas sobre o Estado de Roraima, no que diz respeito a sua história, economia, política, processos migratórios, genealogia urbana, entre outros, os quais nos deram subsídios para o entendimento e interpretação dos estudos teóricos sobre o espaço e migração.

Ainda no que diz respeito à coleta de dados, dentre os primários, utilizamo-nos de entrevistas, questionários e observações. Dados que por sua vez devem ser extraídos da realidade, pelo trabalho do próprio pesquisador, por se tratarem de informações que não se encontraram registradas em outro documento (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Neste aspecto, o mencionado procedimento de levantamento de dados admite a pesquisa qualitativa; segundo Marconi e Lakatos (2010) esta se justifica porque permite que o pesquisador tenha liberdade de escolher o método e a teoria adotados, entretanto, sendo coerente ao método escolhido para que possa apresentar resultados originais, confiáveis e de imparcialidade, procurando não interferir nas respostas dos entrevistados durante o levantamento das informações e dados. Dessa forma, a pesquisa qualitativa pode empregar vários métodos e técnicas já que a escolha depende do tipo de investigação.

Com respeito às entrevistas, destacamos a opção pela não padronizada por não exigir rigidez de roteiro e permitir que o investigador possa explorar mais amplamente algumas questões, em benefício da necessidade de aquisição de respostas objetivas e livres. E nesse sentido entrevistamos oito migrantes com o objetivo de entender o seu papel como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis, além de conhecer os principais fatores responsáveis pela migração, levando em consideração os fatores de atração e expulsão dentro dessa mobilidade.

A opção por entrevistar oito moradores se deu de forma direcionada, considerando sua temporalidade de chegada, com intuito de conhecer a realidade dessa porção sul do estado de Roraima, suas dificuldades e desafios, além de suas contribuições para a gênese e formação do espaço urbano de Rorainópolis, delineado a partir da visão e perspectiva desses moradores – migrantes e suas trajetórias migratórias.

Para identificar os migrantes entrevistados, utilizamos códigos mediante letras e números em algarismos romanos e as letras *a* e *o* entre parênteses para identificar o gênero dos entrevistados, como, por exemplo, M(o) I 1976 – Migrante masculino e o primeiro entre os entrevistados, que chegou ao núcleo urbano de Rorainópolis em 1976.

Em consonância com outras atividades de coletas de dados primários, realizamos a observação, método também utilizado pelo geógrafo, que possui como principal objetivo a obtenção de informações durante a permanência *in loco* ao ensejo da ocorrência de determinados aspectos da realidade, e desta forma o investigador exerce importante papel no aspecto da descoberta, que por sua vez serve como ponto inicial para a investigação social. E neste sentido, procuramos identificar a expansão urbana de Rorainópolis, levando em consideração o papel do migrante nessa espacialização.

Com o objetivo de coletar informações para responder os objetivos dessa pesquisa, tornou-se essencial a consulta a órgãos públicos para coletar informações, documentos, plantas, entre outros, que contribuíssem para analisar a genealogia e a dinâmica urbana de Rorainópolis, seus determinantes, além da expansão urbana, indicadores socioeconômicos e as transformações do espaço urbano de Rorainópolis no tempo e no espaço.

Diante das informações coletadas em campo foi possível construir mapas, figuras, croquis, tabelas e gráficos para entender o papel do migrante como sujeito na produção do espaço urbano de Rorainópolis, uma cidade no estado roraimense na Amazônia setentrional, última fronteira da amazônica.

As informações coletadas se deram principalmente em órgão público, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional de Roraima (INCRA), investigou-se e coletou-se significativas informações sobre a implantação dos Projetos de Assentamento PAD-ANAUÁ, decretos de criação do mesmo e resoluções e primeiros assentados. No que diz respeito aos órgãos públicos municipais da cidade de Rorainópolis coletamos informações na Secretária de Saúde, obtemos dados do total de famílias cadastrada na área urbana de Rorainópolis; na Secretária de Urbanismo onde obtivemos o croqui da cidade; na Secretária de Educação onde tivemos acesso aos decretos de criação das escolas municipais.

Diante dos dados coletados em campo, analisamos, sistematizamos e interpretamos de forma qualitativa a partir do confronto da pesquisa bibliográfica. A reunião de informações foi de suma importância para a apreciação da proposta em estudo, e dessa forma os procedimentos utilizados nesta pesquisa tornaram-se relevantes para estruturar a pesquisa em capítulos e mais as considerações finais.

1.2 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo faz uma abordagem teórica sobre *espaço e política na Amazônia setentrional*; pretende-se compreender algumas relações conceituais de espaço e espaço urbano a partir dos sentidos e significados contemporâneos de seus conceitos-chave, destacando a importância desses conceitos em relação ao desenvolvimento sociocultural e econômico da região. Acentuamos ainda o estudo sobre migração, seus fluxos e condicionantes construídos na tentativa de estabelecer parâmetros da contribuição da migração na formação de cidades e, partindo desse pressuposto, analisar como a mesma causou a transformação do espaço amazônico, relacionado às principais políticas de ocupação responsáveis pela sua transformação.

No capítulo segundo buscamos estabelecer as principais características responsáveis pelo *surgimento das cidades na Amazônia*: periodizamos o surgimento das cidades no tempo e no espaço, levando em consideração as que são anteriores, simultâneas e posteriores ao ciclo econômico da borracha – além dos reflexos de estagnação econômica que algumas apresentaram. Salientamos também as cidades formadas posteriores ao ciclo econômico da borracha que tiveram como principais particularidades a inserção dos grandes projetos econômicos na Amazônia e a colonização dirigida e espontânea na região. Pesquisamos os padrões de urbanização na fronteira amazônica, delineamento metodológico que contribui para entendermos o surgimento das cidades na Amazônia setentrional e assim se procurou identificar os principais determinantes responsáveis para genealogia do urbano no espaço roraimense presenciando o migrante com um sujeito central desse processo.

No capítulo terceiro tratamos da importância do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana de Rorainópolis: elucidamos os principais fatores que contribuíram para que essa população participasse ativamente no processo para a formação de um lugar na Amazônia setentrional extremo norte do Brasil e identificamos a construção da rodovia BR-174 como um dos pilares para o despertar da cidade de Rorainópolis. Outro importante evento

para consolidação deste lugar foi a instalação do Projeto de Assentamento PAD-ANAUÁ no final da década de 1970, responsável pelo aumento do fluxo migratório para a região de modo vertiginoso nas décadas seguintes. Outro evento importante para a consolidação do urbano nessa parte da Amazônia foi a emancipação política de Rorainópolis em 1995, mudando o pequeno aglomerado de então para o *status* de cidade.

A partir dos resultados dos três capítulos expostos e perante as informações reunidas, caminhamos para a verificação da hipótese da pesquisa, além das indagações das questões abordadas.

2 ESPAÇO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Rorainópolis criado em 1995, pela Lei Estadual N° 100 de 17 de outubro, com terras desmembradas dos municípios de São Luiz e São João da Baliza, possui uma população de 24.279 habitantes, sua extensão territorial é de 33.593,988 km² que corresponde a 14,98% do território de Roraima e com densidade demográfica de 0,72 hab/ km² (IBGE, 2010).

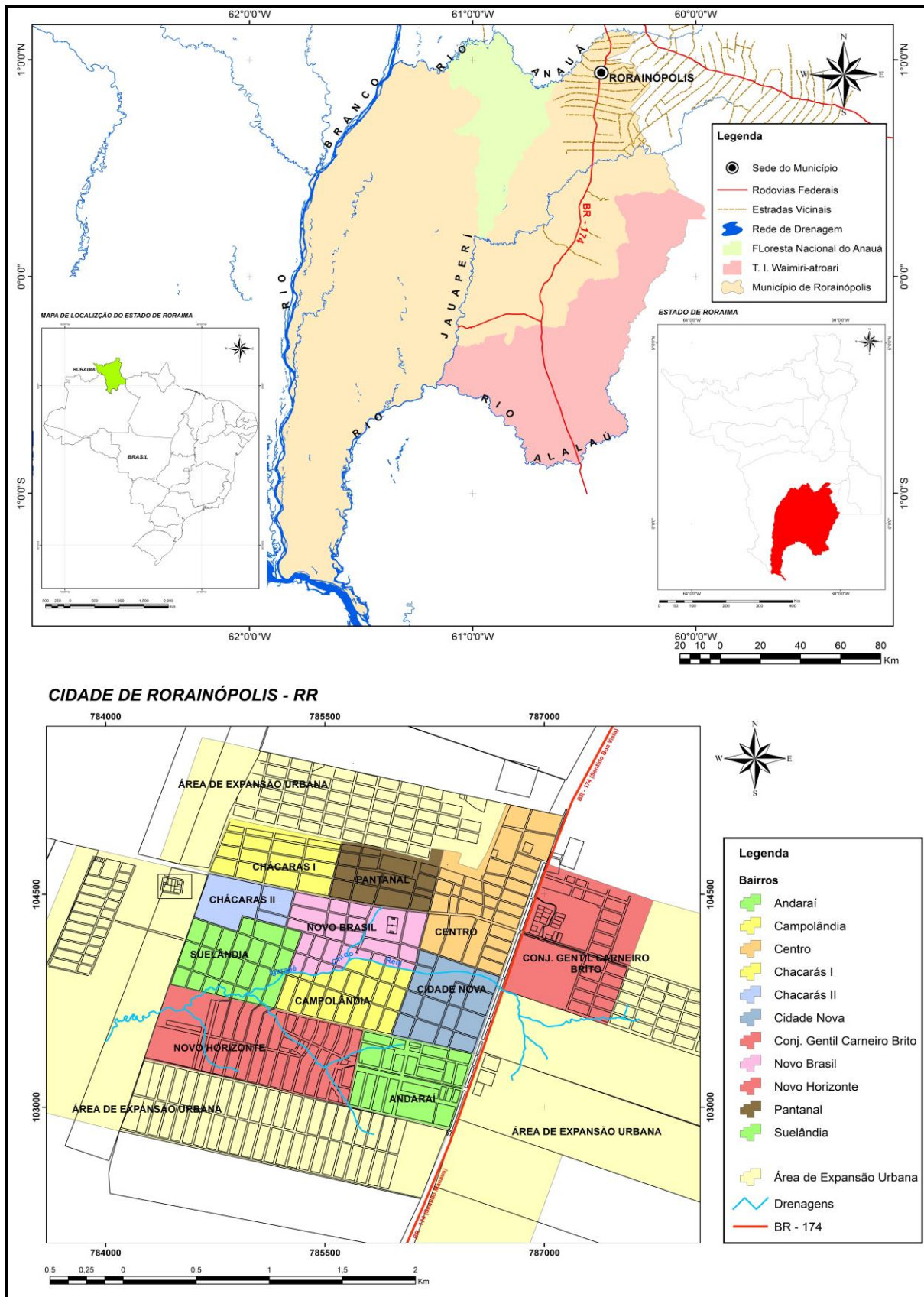
Localizado na região Norte do Brasil, e nesta no Estado de Roraima na macrorregião sul e na microrregião sudeste do Estado (Figura 1). Rorainópolis surge em meados da década de 1990 juntos com a emancipação de novos municípios permitindo nova configuração territorial a este ente federativo.

Desde seu surgimento Rorainópolis tem presenciado rápidas transformações no tempo e no espaço e na busca de entender a gênese e os determinantes do seu espaço urbano, partimos de algumas premissas básicas que nos subsidiou na compreensão da produção desse espaço urbano na Amazônia setentrional.

Primeiramente procuramos definir o conceito de espaço. Este conceito será abordado como base teórico-conceitual e empíricas para a análise de sua representação e seus significados. É através dele que se verifica analisar e questionar este espaço como sendo produzido e transformado pela sociedade. Para a nossa apreensão é importante clarear o uso de ideias centrais e as formas como elas nos guiou no embasamento teórico-conceitual desta pesquisa.

Assim, na produção do espaço percebemos que o mesmo se materializa pelos conflitos sociais e econômicos, e, pelas contradições espaciais proporcionadas pelos interesses do capital e da sociedade. Promovendo desta forma dentro do mesmo espaço uma segregação social e espacial. Neste aspecto a produção do espaço urbano de Rorainópolis se materializou apropriado pelas relações sociais, que produz por meio das relações de trabalho dentro desse espaço.

Figura 1 - Croqui de localização do município e da área urbana de Rorainópolis



Elaboração: Franzmiller Almeida Nascimento, organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Acredita-se que compreendendo o espaço urbano, estaremos compreendendo a dinâmica social como um todo, já que estão intimamente relacionados, dessa forma projetamos caracterizar como esta relação se constitui na produção do espaço urbano.

2.1 CONCEITO DE ESPAÇO

O incremento do conceito de espaço vem nos dar suporte para o entendimento da formação urbana do município de Rorainópolis, tendo o migrante como sujeito dessa formação, pois como aponta Santos (1997, p. 70) “o estudo da cidade exige a necessidade de articular o conceito de espaço, sem o que nem mesmo saberemos do que vamos tratar”.

Acreditamos que o conceito de espaço será de suma importância para o desenvolvimento deste estudo considerando sua característica de oferecer uma gama imensa de interpretações, incluindo o uso intenso dos diversos espaços da cidade, atribuindo-lhe a faceta de lugar de desenvolvimento e alcance dos anseios sociais, assim, para entendermos, como se deu a evolução do conceito de espaço ao longo do tempo vamos analisá-lo a partir das correntes geográfica.

Para apreender as ciências é fundamental compreender os seus conceitos-chaves, neste sentido e a ciência geográfica não se faz diferente, uma vez que os mesmos servem para sintetizar a sua objetivação no ângulo que confere a sua identidade e sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais, e segundo Corrêa (2005, p. 16). “como ciência social a geografia tem como objeto a sociedade”.

Para Corrêa (2005, p. 22-23) “o espaço não se constituiu em um conceito-chave na geografia tradicional”. Em suas diversas versões os conceitos de paisagem e região foram privilegiados. O objeto da geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências sociais sempre ficaram em torno desses dois conceitos. De acordo com Moraes (1990), o espaço em Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, ou aquelas socialmente produzidas, assim o domínio do espaço transforma-se em elementos crucial a história do homem.

Na obra Antropogeografia, Ratzel com fortes raízes na ecologia, desenvolve o conceito de território e espaço vital. O primeiro vincula-se a apropriação do espaço por um determinado grupo. O segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais (CORRÊA, 2005). Seguindo a mesma linha de pensamento, já Moraes (1990, p. 23) aponta

“seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica”.

Ainda dentro do contexto da Geografia Tradicional, para Hartshorne os conceitos espaciais são de fundamental importância para a Geografia, pois enfatiza que a tarefa dos geógrafos é descrever e analisar a interação e integração de fenômenos em termos de espaço, destaca ainda que o espaço é absoluto, e é independente de qualquer coisa, tendo um quadro de referência que não deriva da experiência, mas apenas intuitivamente utilizada na experiência. Neste contexto, o espaço aparece como um receptáculo que apenas contém coisas, e de acordo com o mesmo autor o espaço é empregado no sentido de área (CORRÊA, 2005). Foi nesse limiar que ocorreu o estudo da Geografia Tradicional.

Na década de 1950 foram introduzidas modificações na Geografia e, calcada no positivismo lógico, surge a Geografia Teorético-Quantitativa ou Pragmática, corrente esta que adotou a unidade epistemológica da ciência, assentada nas ciências da natureza. Esta corrente no plano prático esteve a serviço tanto do setor estatal, como do privado no que se refere aos seus estudos para o planejamento socioespacial e estatal. Surgem, dessa maneira, modelos matemáticos para explicar ou planejar as cidades ou suas relações sociais.

Podemos constatar que nesta corrente do pensamento geográfico o espaço surge pela primeira vez como um conceito-chave na Geografia e o mesmo é considerado sob duas formas que não são reciprocamente excludentes: de um lado está a planície isotrópica e do outro a sua representação matricial.

Na planície isotrópica a percepção de espaço se resume a uma superfície uniforme de lugares iguais onde se desenvolvem ações e mecanismos que levam a diferenciação do espaço. A variável mais importante é a distância tendo como ponto de partida a homogeneidade e de chegada a diferenciação espacial, e que determina se o espaço é previamente homogêneo a diferenciação espacial (CORRÊA, 2005). Para o mesmo autor esta concepção trata-se de uma visão limitada do espaço.

Dentro do pressuposto da representação matricial e topológica entende-se que os meios operacionais nos permitem extrair um conhecimento sobre localização e fluxos, hierarquias e especializações funcionais. Liberada de alguns de suas pressuposições como a planície isotrópica, pode ser de importante contribuição para nos amparar na concepção da organização espacial (CORRÊA, 2005). Segundo o mesmo autor estes modelos nos fornecem pistas e indicações efetivamente relevantes para a compreensão crítica da sociedade em sua dimensão espacial e temporal.

Vale ressaltar que, muitas vezes a Geografia de cunho positivista contribuiu de forma significativa para o nascedouro do conceito de espaço geográfico como um conceito-chave da Geografia.

Ainda a respeito da evolução do conceito de espaço ao longo do tempo a década de 1970 viu o nascimento da Geografia Humanista. Corrente geográfica que nasce assentada na Fenomenologia e no Existencialismo. Corrente que posteriormente foi acompanhada da Geografia Cultural, esta por sua vez brota como uma crítica a Geografia de cunho lógico positivista.

Assim, a Geografia Humanista pressupõe um enfoque do espaço que considera a percepção como integrante e em constante interação, destacando os fatores importantes para a compreensão do espaço nesta perspectiva são o mundo vivido e a subjetividade. Diante disso Lencioni (2009, p. 149) esclarece que “a fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida”, entende-se que a relação do homem com o mundo na visão fenomenológica ocorre por meio da percepção.

Nesta perspectiva Tuan (1979), afirma que existem vários tipos de espaço, um espaço pessoal, outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual ligado a experiência, o espaço ainda “[...] extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas e em direção a estruturas mais abstratas” (TUAN, 1979, p. 404). Portanto a Fenomenologia contribuiu e inspirou o surgimento da geografia humanista, e por sua vez destaca de forma subjetiva a realidade na qual a intuição compõe um meio importante no processo de conhecimento.

As várias ciências sociais tais como a Economia, Antropologia, Filosofia, entre outras, interpretam o termo espaço distintamente, no entanto as correntes geográficas, as definições e interpretações não se dão de forma diferente. Na corrente geográfica humanista de base fenomenológica o termo espaço é definido como:

O espaço é vivido e percebido de maneira diferente pelos indivíduos, uma das questões decisivas da análise geográfica que se coloca diz respeito às representações que os indivíduos fazem do espaço. Essa Geografia procurou demonstrar que para o estudo geográfico é importante conhecer a mente dos homens para saber o modo como se comportam em relação ao espaço (LENCIONI, 2009, p. 152).

A geografia humanista propõe estudos que avaliam o mundo percebido, o mundo vivido e mundo imaginado pelos indivíduos, sendo que pelo mundo vivido a Geografia Humanista coloca o indivíduo em contato com o mundo de objetos externos por via da

percepção, e desta forma Lencioni (2009, p. 150-151) a considera como “etapa metodológica importante e fundamental”. Assim sendo dentro desta concepção espaço vivido passa a ser erguido socialmente através da percepção e da interpretação dos indivíduos, revelando as praticas sociais, desta forma, destacando que a presença do homem enquanto sujeito que percebe este mundo mantendo relações com os objetos e os outros sujeitos na representação do espaço.

Outra importante contribuição na evolução do conceito de espaço surge no limiar da década de 1970. Década que viu o surgimento da Geografia Crítica fundada no materialismo histórico e dialético. Trata-se de uma revolução que procura romper com a geografia teórico-quantitativa. No campo do debate o espaço reaparece como um conceito-chave.

Para Corrêa (2005) Lefebvre teve um papel importante nesta escola quando argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade e uma lógica de um sistema; para o referido autor o espaço é entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções.

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Para Lefebvre, o espaço é mais que isto, engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço também é o lócus da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 2005).

Depois de analisarmos a evolução do conceito de espaço nas várias correntes do pensamento geográfico. Partimos para a discussão de espaço geográfico na Geografia fundada no materialismo histórico e dialético. Corrente que nos deu suporte e que nos auxiliou em nosso trabalho. Um dos principais autores que vai contribuir nesse entendimento é Milton Santos.

Para Santos (1997) o espaço deve ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma, que devem ser consideradas em suas funções dialéticas, ainda de acordo com o referido autor, forma é o aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-se um arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. Uma casa, um bairro e uma cidade são formas espaciais em diferentes escalas. Sob o risco de atribuir a forma uma autonomia de que não é possuidora ela não pode ser tomada isoladamente.

Já a função sugere uma tarefa, atividade ou papel esperado de uma pessoa, instituição ou coisa ser desempenhada pelo objeto criado, a forma. Habitar, vivenciar o cotidiano em suas

múltiplas dimensões – trabalho, compras, lazer, entre outros – são algumas funções associadas à casa, ao bairro, a cidade.

Não é possível dissociar forma e função da análise do espaço. Mas é necessário ir além, inserindo forma e função na estrutura social, sem o que não captaremos a natureza histórica do espaço. A estrutura implica a inter-relações social e econômica de uma sociedade; seu modo de organização ou construção é a matriz social onde as formas são criadas e justificadas.

O processo, via de regra pode ser definido como uma ação que prossegue desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, sugerindo conceitos de tempo e mudança. Os processos ocorrem no campo de uma estrutura social e econômica e derivam das contradições internas das mesmas. Se considerarmos apenas a estrutura e o processo estaremos realizando uma análise não geográfica, incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade em um determinado momento, nem mesmo sua dinâmica espacial. Ao considerarmos apenas a estrutura e a forma estaremos suprimindo as influências (processo e função) entre o que é subjacente e o exteriorizado (a forma).

Para se entender a totalidade do espaço geográfico, Santos (1997, p. 71), considera que as categorias, estrutura, processo, função e forma, definem o espaço em relação à sociedade.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerando em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1997, p. 71).

Já num estágio mais avançado do que a relação forma, função, estrutura e processo, o espaço geográfico é formado como afirma Santos (2006, p. 39) por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá”.

No transcorrer da história tanto os objetos como as ações modificam, e transformam o espaço através do trabalho humano, ligado ao avanço técnico, diante disso, os objetos são produzidos, fabricados pela sociedade, e são “testemunha atual da ação” (SANTOS, 2006, p.74). Essas ações derivam das necessidades, dos objetivos e desejos, que condicionam o uso dos objetos, das formas geográficas. Daí, a intencionalidade da ação está conectada à adaptabilidade dos objetos, pois, de acordo com Santos (2006, p. 332) esses objetos:

Constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial assim resultante é, também, intencional. Frutos da ciência e da tecnologia, esses objetos técnicos buscam a exatidão funcional, aspirando, desse modo, a uma perfeição maior que a da própria natureza.

É possível identificar a função e utilidade dos objetos geográficos a partir das ações humanas ali realizadas. Conforme afirma Santos (2006, p. 126) que a “[...] tomada a forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social”.

Para Santos (1997), o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais exatamente da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. Assim o espaço evolui pelo movimento da sociedade total, ou seja, o espaço é denominado como uma instância da sociedade.

Portanto, a articulação do conceito de espaço é pressuposto para entender a interação entre o urbano e a cidade, mesmo transcendendo a cidade, o espaço urbano tem como foco principal em seu estudo a cidade.

Assim como proposto por Santos, a cidade de Rorainópolis presenciou desde o seu surgimento, a sua evolução articulada as diferentes origens, formas, funções, estruturas e processo resultado do trabalho da sociedade ao longo do tempo, contribuindo desta forma, na formação de seu espaço urbano. Apropriada pela produção da sociedade rorainopolitana a cidade se mostrou ao longo do tempo dinâmica e mutável.

Na mesma perspectivas, a respeito da formação do espaço urbano rorainopolitano, o mesmo nos revelam resultado da ação dos homens sobre o espaço, intercedido pelos seus objetos, naturais ou artificiais, revelando desta forma suas práticas sociais e suas relações cotidianas que nele produzem, vivem e fazem a vida caminhar sobre o seu espaço urbano.

2.2 ESPAÇO URBANO

Na busca de compreender a produção do espaço urbano de Rorainópolis torna-se primordial entender como as relações econômicas, políticas e sociais, bem como suas práticas nas escalas local, regional ou nacional. Tornam-se importantes para apreender a assimilação do espaço no seu conjunto, logo é por meio delas que se passam todas as relações cotidianas e se estabelecem as relações nas respectivas escalas.

Para Corrêa (1989) o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, com suas formas simbólicas, e um campo de lutas, havendo o processo de produção do espaço urbano. Para o referido autor há cinco agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano, os proprietários de terra, os donos dos meios de produção, os promotores imobiliário, o Estado e os grupos sociais excluídos. No espaço urbano, os conflitos entre os três primeiros agentes mencionados, e, o Estado torna-se o autor e árbitro desses conflitos.

O processo de produção do espaço urbano, na maioria das vezes se dá de forma desigual. Isso aparece claramente através da ocupação e a apropriação da terra, que decorre do acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada e da estratégia de ocupação do espaço urbano.

Para Castells (1983) a teoria do espaço está associada à teoria geral, pois o espaço urbano não é produzido ao acaso, mais evidentemente compostos por processos sociais econômicos, políticos e ideológicos.

Diante disso, podemos considerar que o espaço urbano se resume ao conjunto de diferentes usos da terra, definindo regras, como o centro onde acontecem as atividades comerciais, de serviços e de gestão; de áreas residenciais distintas; de áreas de lazer e aquelas áreas reservadas à futura expansão. Assim, este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade, em função dos diversos interesses socioeconômicos, sobre parcelas do espaço urbano (CORRÊA, 1989).

Corrêa (1989) considera o espaço urbano como sinônimo de cidade, mas o espaço urbano ultrapassa a dimensão da cidade, ele adentra no campo, tornando mais complexa a relação entre a cidade e o campo, e, a relação entre espaço urbano e espaço rural. Lefebvre (2008), por sua vez, traz à tona a discussão sobre o urbano e o rural, e para este autor são dois elementos complexos que são indissociáveis e que juntos constituem um todo.

Para Lefebvre (2001), o urbano que é representado pelas relações sociais a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, não se desvincula de uma morfologia, ou seja, o urbano precisa estar ligado ao plano “prático-sensível”, à forma concreta para a materialização dessas relações. Logo, cidade e urbano se diferem pelo sentido, sendo a primeira a forma e o segundo o conteúdo. Neste sentido, conforme Santos (2008, p.209) o espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos.

Conforme Carlos (2007), o espaço urbano é um condicionante, meio e produto da sociedade que o utiliza ao longo do tempo, sendo o urbano a generalização da urbanização,

enquanto a cidade é o foco da materialização do urbano, onde se tornam mais complexas as relações sociais.

Portanto o espaço urbano e sua formação são objetos de estudos da Geografia, que aborda a constante reconfiguração do espaço total, social, e seus diversos recortes. Neste sentido, desde o surgimento da pequena Vila do INCRA na década de 1970, até sua emancipação política em 1995, a cidade de Rorainópolis tem presenciado diversas transformações, a maioria delas atreladas as exigências capitalistas, que criam formas e atribui funções e conteúdos, visando atender pequena parcela da população em detrimento da maioria.

Neste contexto, observamos que, testemunho de um processo histórico a formação urbana do município de Rorainópolis, desde a década de 1970 aos nossos dias, foi meio e condição da sociedade que o produziu. A essa transformação Santos (2006) chama de noção de ruptura, ou seja, a passagem de um período para a mudança do conteúdo histórico através de percurso. Diante disso no recorte temporal da formação urbana, existe a presença do migrante como sujeito da formação e transformação urbana do referido espaço. Tema que daremos prosseguimento.

2.3 MIGRAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO

Ao longo de sua evolução (ou história) o homem tem buscado melhores condições de vida, com isso o homem e a terra sempre tiveram uma relação direta. O princípio da coletividade marca os primeiros contatos da relação do homem com a terra, uma vez que, tudo o que se plantava e colhia eram para todos, não havia escassez de alimentos causados pela má distribuição, pois viviam em uma sociedade sem desigualdade (MARTINS; VANALLI, 2004).

Com o passar do tempo alguns grupos começaram a ter excedentes em sua produção, fator que determinava o poder de um grupo sobre o outro assim, esclarece Martins e Vanalli (2004, p 14) “[...] começava aqui a diferença entre as relações de trabalho e os modos de produção”, bem como a surgir à propriedade privada e a acumulação de riquezas, assim quem tinha mais exploraria o menos favorecido, com intuito de acumular riquezas, e diante dessa situação as classes menos favorecidas se uniriam contra os seus exploradores.

Neste contexto surge o sistema feudal (Idade Média), onde o senhor era o dono da terra e quem trabalha na mesma era o seu servo. O servo deveria trabalhar em maior tempo para o seu senhor e o restante do tempo para o seu sustento nas terras que lhe fora doada. As

terras neste período não eram comercializadas e estavam nas mãos dos Senhores Feudais e em maior parte nas mãos da Igreja.

Neste período o campo tinha maior importância do que propriamente às cidades, isso porque a terra era símbolo de riqueza e poder. Contudo as cidades estavam praticamente abandonadas, esquecidas, todavia “novos acontecimentos vieram interferir decisivamente na vida dos servos” (MARTINS; VANALLI, 2004, p.18), pois novas técnicas proporcionaram ao servos a produzir excedentes, deixando de produzir só para o seu sustento e passando comercializar seus produtos.

A extinção do sistema feudal proporcionou a sua substituição pelo trabalho assalariado, porque os servos começam a migrar para a cidade em busca de lucros e riquezas, favorecendo o comércio nas mesmas, possibilitando seu crescimento e expansão, bem como o aumento de sua população, e, desta forma configurando no surgimento de novas cidades.

Começa o resgate da vida urbana. O surgimento de novas cidades e o aumento de outras já existentes, proporcionaram prosperidades e riquezas para alguns e muitos problemas para a maioria. A vida urbana começa a exercer forte fascínio sobre o homem do campo causando o êxodo rural. Muitos problemas passam a aparecer como a péssima infraestrutura das periferias que passaram a existir com o aumento da população, devido à ilusão que alguns homens poderiam enriquecer com alternativas que o sistema comercial urbano proporcionava a uma pequena parcela da população.

Surge, então, a burguesia, os que ainda eram servos e se beneficiaram constituíram essa nova classe, e, seus desejos também eram de serem proprietários de terras. Os senhores feudais entraram em crise e para sobreviverem, são obrigados a venderem suas terras para os burgueses, estes que um dia foram servos. A nova classe em ascensão agora vê a terra como uma opção de lucro, por meio da agricultura, diferentemente do sistema feudal os burgueses aprimoraram novas técnicas fazendo com que a terra tornasse ainda mais valorizada, alicerçando-se o novo sistema econômico, o capitalismo.

O fim do sistema feudal traz junto o crescimento da burguesia e o acúmulo de sua produção. Surgindo com isso as primeiras fábricas na Inglaterra e, posteriormente, a revolução industrial. A população camponesa começou a migrar para as cidades, a fim de encontrar melhores condições de vida, possibilitando o crescimento populacional urbano que se fortalecia em detrimento do rural.

As pessoas que se dirigiam para as cidades, muitas não conseguiam emprego, outras trabalhavam em condições degradantes com alta jornada de trabalho e com baixos salários e assim a população se empobrecia e a burguesia se enriquecia. Com as mudanças ocorridas no

tempo e no espaço e com a explosão da revolução industrial na Inglaterra (Séc. XVIII e XIX) surgem as primeiras teorias e abordagens que procuram caracterizar e explicar os movimentos migratórios.

Um dos primeiros teóricos a formalizar uma teoria para explicar e caracterizar os movimentos migratórios foi Ravenstein em 1885. No seu estudo sobre as migrações internas na Grã-Bretanha, enumera uma série de leis empíricas da migração para explicar o processo de mobilidade populacional. Estas leis, segundo Ravenstein (1980), são as leis de migração, e o referido autor enumera as mesmas da seguinte forma:

I - Migração e Distância – A maioria dos migrantes deslocam-se para curtas distâncias e os que se deslocam para mais longe preferem fazê-lo para grandes centros de comércio e de indústria.

II - Migração por etapas – O processo de atração de migrantes para uma cidade em rápido crescimento começa pela periferia e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. O processo de dispersão é inverso ao de atração.

III - Correntes e contracorrentes – Cada corrente migratória produz uma contracorrente compensadora; os fluxos migratórios seriam caracterizados pela existência de movimentos populacionais de ida e de volta, ou seja, para todo o grupo de migrantes que se deslocasse em determinada direção (corrente) existiria um movimento na direção contrária e de menor intensidade (contracorrente), que poderia ser representado pelo grupo dos chamados migrantes de regresso.

IV - Propensão relativa das populações rurais e urbanas para a emigração – A população rural é mais propensa a migrar do que a urbana.

V - Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância.

VI - Relação da tecnologia com as migrações – O desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão da indústria e do comércio induzem o aumento dos fluxos migratórios.

VII – Motivos econômicos – Leis opressivas, climas pouco atrativos, agravamento de impostos, foram, e continuam a ser, responsáveis pelas correntes migratórias. Mas nenhuma destas correntes supera as que estão na origem do desejo intrínseco à maioria dos homens de melhorar as suas condições material de existência.

Todas estas modalidades de deslocamento populacional foram associadas ao desenvolvimento do capitalismo, embora tenham sido contestadas ou em outras situações aperfeiçoadas, ainda representam um primeiro passo na tentativa de se compreender os elementos motivadores da migração.

Um autor que reformulou teoria de Ravenstein foi Lee (1980) onde considera que além dos termos enumerados, há um conjunto de outros elementos, que denomina de fatores intervenientes. Qualquer lugar, na perspectiva do migrante, apresentaria fatores positivos, capazes de atrair os migrantes; negativos, responsáveis pela expulsão de migrantes; e neutros. O balanço final entre esses fatores e os obstáculos intervenientes teriam como resultado as decisões de ficar ou sair que, a nível social, configurariam as correntes e contracorrentes criadas pelos deslocamentos.

Portanto, como visto a migração está diretamente relacionada à transformação do espaço, uma vez que, quando a mesma ocorre adiciona ao espaço escolhido, elementos, tais como culturais, sociais e econômico, entre outros. Neste contexto a migração como um fenômeno humano é dinâmico e uma das formas desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado (SANTOS, 1988), assim verificamos que a migração está diretamente relacionada a transformação do espaço roraimense e de Rorainópolis. Diante disso abordaremos as teorias que buscam explicar os fatores determinantes para a escolha de uma pessoa como possível potencial a migrar ou não.

2.3.1 Teorias de Migração

A literatura costuma levantar algumas abordagens para explicar os movimentos migratórios, e dentre elas destacaremos duas por ser mais relevante para na explicação desse estudo: uma delas baseia-se em modelos neoclássicos de escolha individual da migração; e a outra utiliza uma abordagem chamada de histórico-estrutural.

Na primeira, a decisão de migrar ou não é concebida através da análise e da ponderação dos custos e benefícios esperados pelo indivíduo racional nos locais de origem e destino.

Na segunda, o processo migratório é visto como uma decorrência da conjuntura econômica, social e política vigente. Para esta vertente, os movimentos migratórios são determinados dentro de uma esfera histórico-estrutural ampla, capaz de suplantar os interesses individuais dentro do processo de decisão. Considerar o contexto econômico e social no qual estão inseridos os migrantes potenciais é mais importante para se analisar as causas do deslocamento populacional do que a simples análise de custos e benefícios.

Em seguida, cada uma das teorias expostas acima serão estudadas distintamente, visando uma maior elucidação e compreensão do debate sobre as possíveis causas dos movimentos migratórios.

Deste modo, os modelos neoclássicos de escolha individual levam em conta uma estrutura de custos e benefícios que são contabilizados sob o ponto de vista do indivíduo e, em alguns casos, sob o ponto de vista da família. Neste contexto a migração visa, sobretudo, a ascensão social e a melhoria das condições de vida.

O modelo de custo/benefício descrito por Massey (1996) baseia-se numa equação que comporta os custos decorrentes da migração e os ganhos esperados na região de origem e de destino, ambos ponderados pela renda esperada e pela probabilidade de ser empregado em cada uma das regiões envolvidas no processo de decisão. Sempre que o retorno esperado for positivo, o indivíduo irá optar pela migração, já que os benefícios esperados no local de destino seriam maiores do que na região de origem.

Sob a ótica do indivíduo, o peso dado aos custos quanto os benefícios assumem um elevado grau de subjetividade na decisão do mesmo. A importância dada aos custos e benefícios irá depender quase que excepcionalmente da racionalidade do agente. Nos custos considera-se o preço do transporte, o local de destinos, as perdas psíquicas resultantes do afastamento dos familiares ou amigos, pelo custo de oportunidade envolvido no processo de mudança, aumento do custo de vida, etc. Por outro lado, os benefícios enquadram-se a satisfação pessoal no trabalho, aumento nos ganhos futuros, ganho em atividades não relacionadas ao mercado, melhoria da qualidade de vida e outros (MASSEY, 1996).

Outro modelo parecido de custos e benefícios é sugerido por Mincer (1978). A principal diferença, em relação à Massey (1996) consiste na distinção entre as decisões individuais e familiares. Em seu modelo, Mincer (1978) diferencia os ganhos familiares dos ganhos pessoais, e argumenta que as famílias tendem a apresentar menor mobilidade do que os indivíduos, já que a decisão de migrar passa a depender de um número maior de pessoas. Passa-se, portanto de uma decisão independente para uma interdependente.

Em seu modelo, Mincer (1978) explica por que é que os indivíduos solteiros são mais possíveis de migrar do que os casados. Defende também que numa situação em que ambos os membros de um cônjuge trabalhem, a decisão de migrar tende a ser mais complicada do que quando apenas um dos membros auferir vencimento. No primeiro caso, a mobilidade do casal tende a ser menor do que no segundo porque a relação de dependência, pelo menos monetária, não é tão forte quanto a que ocorre quando apenas um dos membros familiares trabalha.

Os autores abordados argumentam que a interação entre o casal geraria externalidades para ambos, e, portanto a função de utilidade da família deveria ser acrescida dos ganhos decorrentes desta interação positiva. Em outras palavras, os ganhos de escala, a

divisão dos custos e de tarefas, o apoio emocional, entre outras, ajudariam o casal a se adaptar ao local de destino.

Borjas (1996) conclui que áreas onde a taxa de retorno por capital humano é superior tendem a atrair pessoas com escolaridade mais elevada, enquanto áreas com taxas de retorno menores atrairiam pessoas de baixa qualificação.

Na abordagem histórico-estrutural (muitas vezes ligada a autores marxistas), os mesmos serão abordados a seguir, para estes a migração seria uma decorrência da desigualdade econômica entre as regiões. Segundo estes modelos, as áreas mais prósperas tenderiam a atrair os migrantes das regiões onde houvesse recessão econômica. A migração seria causada pelo diferencial de oferta e demanda existente no mercado de trabalho. As regiões com escassez de mão-de-obra tenderiam a oferecer salários mais elevados, e, portanto atrairiam migrantes. Já as áreas com excesso de mão-de-obra tenderiam a pagar salários mais baixos, devido à massa de trabalhadores disponíveis no mercado que pressionam os salários dos que estão empregados, e de forma que eles não cresçam, na proporção em que aumenta a produtividade do trabalho (DAMIANI, 2011).

Sob o ponto de vista histórico-estrutural, “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1980, p. 217). Neste contexto as migrações seriam processos historicamente condicionados por características estruturais causadas pelo processo de industrialização.

Ainda em Singer (1980) haveria dois tipos de fatores de expulsão atuando sobre a região de origem: os de mudança e os de estagnação. Nos primeiros, a introdução das relações capitalistas englobando novas técnicas de produção causaria o aumento da produtividade local, provocando assim a redução do nível local de emprego, a migração para outras regiões e, conseqüentemente, a redução do tamanho absoluto da população. Já os fatores de estagnação seriam decorrentes da pressão populacional sobre os meios de produção agrícola. Neste caso, a migração seria uma decorrência do crescimento vegetativo não acompanhado pela ampliação do número de empregos no campo.

Singer (1973) também avalia a migração como um fenômeno estrutural e relacionado com a classe social (ou grupo) do migrante. Por ser um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo, a hipótese básica levantada por Singer (1980, p. 230) é que “[...] o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele”. Em outras palavras, principalmente por razões de cunho

econômico, num primeiro momento determinadas classes seriam postas em movimento e, somente em um segundo momento, haveria uma seletividade dentro destes mesmos grupos.

O exemplo que for empregado para análise da migração, segundo Germani (1974, p.143) deve levar em conta não apenas fatores expulsos e atrativos, como também as demais condições sociais, culturais e subjetivas em que tais “[...] fatores operam, tanto no que diz respeito ao lugar da residência, como no que diz respeito ao lugar de destino”. O referido autor observa a migração como um processo de mobilização social em que o migrante precisa ter informação sobre o local de destino, para que o mesmo possua motivação para migrar ou não.

A abordagem histórico-estrutural foi pressuposto para a maioria dos estudos aplicados as migrações internas no Brasil, e os autores analisados possuem como premissas a referida abordagem. As evidências empíricas aponta que no estudo desta pesquisa foi utilizada a abordagem em tela. No entanto não foi descartada a abordagem neoclássica em nosso estudo, uma vez que em certo momento houve a conjugação das duas abordagens, porque as evidências apontaram para isto, entre outras.

2.3.2 Migrações Internas no Brasil

Discute-se a migração no Brasil sob a luz das teorias e modelos migratórios revelados até aqui. Com intuito de propiciar uma melhor compreensão das mudanças que tem sido observada nas migrações internas no Brasil nos últimos anos.

Serão discutidos e analisados alguns trabalhos sobre migração no Brasil, a exemplos de Lopes (1973), Vainer e Brito (2001), Brito (2002), Sawyer e Rigotti (2001) e Patarra (2003). Procuramos relacionar os movimentos populacionais às características específicas de desenvolvimento e mostrar as mudanças estruturais do processo, dadas às forças econômicas, políticas e sociais vigentes em cada um dos períodos de análise que permitem entender a dinâmica da migração interna no Brasil.

Lopes (1973) em seus estudos dá atenção exclusiva às migrações no Nordeste. Concebe o desenvolvimento sob uma perspectiva histórico-estrutural e atribui ao mesmo à causalidade dos movimentos de população. Aponta o declínio da mortalidade como responsável pela migração das áreas rurais para as urbanas. Esse declínio ocorrido nas décadas de 1950 e 1960 teve o efeito de multiplicar a população gerando uma força de trabalho excedente com três destinos possíveis: (a) migrar para os centros urbanos; (b) empregar-se como força de trabalho temporária nas plantações de grandes propriedades; e (c)

migrar para a fronteira agrícola, onde as terras livres podem reproduzir a agricultura de subsistência.

Vainer e Brito (2001) tentam elucidar a formação do Brasil contemporâneo fazendo uma análise do processo histórico ocorrido no país nos últimos 150 anos. Argumentam que Abolição da Escravatura (1888) e a proclamação da República (1889) constituíram o marco inicial da história migratória recente do Brasil, partindo desses dois pontos históricos discutem a intervenção do Estado para promover ou restringir a migração. Assim aos processos e dinâmicas migratórias ocorridas no Brasil desde a Abolição da Escravatura. Vainer e Brito (2001) separam a história migratória do país em três grandes períodos:

- I. 1888-1930: período de constituição do mercado de trabalho livre, caracterizado pela predominância da migração internacional;
- II. 1930-1980: período caracterizado pelo processo de industrialização e pela ocupação da fronteira agrícola, sendo também dominado pela modernização e proletarização da população rural, propiciando a migração interna para as cidades, estabelecendo um processo explosivo de urbanização e contribuindo para a formação de um mercado nacional integrado de trabalho;
- III. 1980 em diante: período marcado pela queda do crescimento econômico, pela saturação da capacidade de absorção do mercado de trabalho, pelo processo de circulação generalizada da população migrante, pela seletividade, marginalização e exclusão no mercado de trabalho e pela introdução da migração internacional.

Recentemente Brito (2002) analisa o padrão migratório brasileiro a partir da segunda metade do século XX. Analisa a dinâmica econômica e social vigente no Brasil de 1940 até 1998 para explicar o processo histórico das migrações neste período, de acordo com Brito (2002, p. 5) “as migrações constituem processo social, elas não são um evento aleatório, elas têm regularidade empírica que pode ser observada sob a forma dos fluxos migratórios, nas suas diferentes modalidades”.

Num primeiro momento de 1940 a 1960, o referido autor explica que as migrações interestaduais são alimentadas pelos desequilíbrios regionais e sociais advindos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil “[...] servindo como poderoso mecanismo de transferência espacial do ‘excedente demográfico’ de determinada região, incapaz de absorvê-lo em sua economia e em sua sociedade [...]” (BRITO 2002, p. 5). Neste período, as trajetórias dominantes originavam-se principalmente de Minas Gerais e Nordeste, e tinham como destino os estados com maior crescimento urbano industrial, São Paulo e Rio de Janeiro, e as regiões de expansão da fronteira agrícola, Paraná e região Centro-Oeste.

Em segundo momento, de 1960 a 1980, os investimentos públicos e a política econômica agravaram ainda mais as desigualdades regionais. Segundo (BRITO 2002, p. 10) confirmando “[...] o padrão espacial concentrador do desenvolvimento do capitalismo no Brasil [...]” reforçando as trajetórias migratórias que já vinha ocorrendo em anos anteriores. Assim sendo, as políticas públicas de transporte e telecomunicações geraram maior integração entre as regiões e facilitaram as migrações internas na medida em que os custos impostos pela distância e pela assimetria de informação foram sendo reduzidos.

A partir da década de 1980, o país ingressou numa grande crise de transição. A redução do crescimento econômico e a desconcentração espacial da atividade industrial ocorrida nos polos de atração enfraqueceram os fluxos migratórios, ocorridos principalmente do Nordeste e do Estado de Minas Gerais “[...] os dois grandes reservatórios de força de trabalho [...]” (BRITO 2002, p. 40).

Porém, a ilusão migratória continuaram atuando e alimentando os centros urbanos, isso porque “[...] estrutura social ainda impõe a migração como a única alternativa para se “melhorar de vida” ou “ascender socialmente” [...]” (BRITO 2002, p . 38). Entretanto, os imigrantes agora não eram absorvidos pelo mercado formal de trabalho, mas sim pela informalização.

Por outro lado, a ampliação das telecomunicações, hoje mais abrangente que antes, assim como as redes de interação social passaram a atuar contra as correntes migratórias que se dirigiam aos grandes centros urbanos. Através destes dois meios, as grandes virtudes das grandes cidades desapareceram e uma série de amenidades urbanas passou a ser mais bem percebidas por migrantes potenciais. A violência urbana, o desemprego, as dificuldades de acesso aos serviços públicos, entre outros, passaram a atuar como externalidades negativas e conseqüentemente a comprometer a ilusão migratória.

No Brasil recente, sobretudo a partir de 1990 a predominância é da migração urbano-urbana, especialmente em decorrência da redução do estoque da população rural que foi responsável pela maior parte dos fluxos ocorridos no período 1960 a 1980. A redução do fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos se deu em virtude, principalmente, da contribuição da migração de retorno que vem ocorrendo para os considerados grandes reservatórios de força de trabalho, Minas Gerais e Nordeste.

Por fim, de acordo com Brito (2002) o que se pode observar é que a dinâmica da economia e sociedade no Brasil recente têm restringido as oportunidades de emprego, de criação de novas oportunidades ocupacionais e de acesso a terra, esvaziando o conteúdo social

e cultural das trajetórias migratórias dominantes, restringindo as oportunidades de mobilidade social no país.

Sawyer e Rigotti (2001) analisam a migração e a distribuição populacional sob uma perspectiva rural, mas, ao mesmo tempo, buscando relações com o mundo urbano. Colocam no caso da migração rural o que se observa nos últimos cinquenta anos, é uma tendência de esvaziamento do campo que se deve, sobretudo, ao êxodo rural. Ao lado do diferencial regional de salários e a melhoria dos sistemas de transporte, a formação de economias de escala e de aglomeração na região Sudeste também contribuíram para reforçar os fluxos migratórios advindos do Nordeste, do Estado mineiro e de outras regiões do país.

Para Patarra (2003) a compreensão do fenômeno migratório no Brasil se dá a partir das relações entre espaço, migrações e economia em um determinado período histórico. Apresentou de forma esquemática, períodos históricos que permitem entender a dinâmica da migração interna no Brasil. Em cada período histórico os principais fluxos de deslocamento da população tem como principal força os desequilíbrios do desenvolvimento econômico entre as regiões. Os centros de desenvolvimento econômico atraíam população de regiões menos promissoras, caracterizando o fluxo de mão-de-obra.

Para a referida autora o fluxo migratório é, portanto, entendido como o deslocamento de mão-de-obra em potencial, e, neste sentido, Patarra (2003) classifica os períodos históricos do fenômeno migratório da seguinte maneira:

- 1890 a 1930: marcado pelo complexo cafeeiro e formação do mercado interno, iniciado com a instauração da República. Período caracterizado pelo intenso fluxo imigratório para o país. Com o esgotamento do estoque de escravos se tornaram a principal fonte de mão de obra para a cafeicultura. A formação da mão-de-obra empregada na produção de café era composta não apenas por imigrantes internacionais, mas também por brasileiros vindos de regiões cujo ciclo produtor havia chegado ao fim. Sabe-se que o volume de migrantes internos foi modesto, porém existente, vale dizer que o fluxo estruturante da economia e da sociedade brasileira foi o de imigrantes internacionais, principalmente italianos, portugueses e espanhóis.

- 1930 a 1950: consolidação da industrialização do país e da unificação do espaço econômico. O desenvolvimento se dá de forma concentrada, visto com a diminuição nas migrações internacionais e aumento nas migrações internas, acompanhadas pelo alto crescimento vegetativo da população. Período em que o governo brasileiro começou a implantar ações visando à mobilização interna da população impulsionada pela abertura das fronteiras agrícolas e pela política de interiorização do Brasil.

- 1950 a 1980: este período conforme Patarra (2003) é caracterizado por um maior dinamismo da industrialização no Brasil, visto com o surgimento de novos polos industriais no país, contribuindo desta forma para a expansão das fronteiras agrícola, pois o objetivo era a integração comercial e econômica do país, e o avanço da fronteira foi proporcionado pela política de interiorização do país, provocando assim, o fluxo rural-rural iniciado na década de 1930, no Paraná, foi intensificado a partir da década de 1950, incluindo os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Esses Estados vieram a constituir no final da década de 1980, as áreas de fronteira consolidada, apresentando queda das taxas de crescimento, provocada principalmente crescimento das fronteiras agrícolas em expansão, que compreendeu os Estados da Região Norte e o Mato Grosso, que cresceu a partir da década de 1970.

Este período também marca a passagem de um Brasil rural para um Brasil urbano-industrial, processo que ocorreu em virtude de grandes deslocamentos populacionais acompanhadas de importantes mobilidades estruturais no interior da sociedade brasileira. Marcado pelo excedente populacional produzido no rural no período que tinha como pano de fundo a expulsão dos trabalhadores de uma estrutura fundiária que expropriava os trabalhadores de suas terras, e conseqüentemente, a modernização agrícola (Martins, 1991).

- 1980 aos dias atuais, a referenciada pesquisadora Neide Patarra, considera o ano de 1980 como um ponto de inflexão, com novas territorialidades e modalidades ampliadas de movimento populacional, que ocorreram inúmeras transformações nos espaços das migrações do Brasil contemporâneo. Estas transformações são reflexos da reestruturação produtiva, provocada pela internacionalização da economia, proporcionada pela a expansão da globalização e da mudança na forma de ocupação das fronteiras no Brasil, revelando outros espaços de migração.

O processo de reestruturação produtiva que flexibilizou a relação entre capital e trabalho, alterou significativamente o contexto das migrações no Brasil, provocando novos movimentos migratórios, com um novo padrão migratório marcado desta vez, pelo movimento de curta distância e intra-regionais, numa acentuada migração de retorno para as áreas de expulsão de população, sobretudo o Estado de Minas Gerais e a região Nordeste.

Como já observados, foi nas décadas seguintes a Segunda Guerra Mundial, que ocorreram mudanças significativas no padrão de distribuição da população brasileira, período que marca a penetração no Centro Oeste e na Amazônia, em áreas habitadas por uma população indígenas, ou pelos poucos remanescentes das frentes anteriores da mineração e da borracha.

De acordo com Martine (1992) o avanço da ocupação das fronteiras se deu em três períodos, no avanço ao interior do território brasileiro¹. Para o referido autor a terceira e última frente de fronteira se deu na Amazônia no início de 1970, nesta conjuntura os movimentos migratórios exercem papel fundamental para a consolidação da fronteira, sendo responsável pela expansão do modelo e promoção das frentes de atividades (MARTINE, 1992).

Para Sawyer (1984) a fronteira agrícola representaria os limites não da nação, mas da ocupação econômica e demográfica de seu território, o limiar entre o sertão e a “civilização”, assim a expansão da fronteira agrícola abrange, genericamente, todo deslocamento populacional que não se dê no sentido campo-cidade; seria o contrário da urbanização, uma vez que, a mesma provoca o processo de urbanização.

Sawyer (1984) aponta que os fatores responsáveis pela migração para as áreas de fronteiras, especificamente a Amazônia, estão os políticos e econômicos.

No que diz respeito aos fatores políticos, estava à necessidade de deslocamento populacional para essas áreas de fronteira, e entre as principais ações estava à marcha para o oeste, à transferência da capital para Brasília, projetos de colonização, o programa de integração nacional, entre outros. Neste contexto, a migração foi maciça e continuou, durante a implementação dessas políticas. Esses deslocamentos funcionaram como fator direto ou indireto na migração para região amazônica contribuindo desta forma para a transformação do espaço.

Com relação aos fatores econômicos, estavam à necessidade de interligação entre os mercados brasileiros, fatores importantes para a migração nas áreas de fronteira, principalmente a Amazônia, essas medidas proporcionaram a ampliação do sistema de transporte, com a construção de algumas rodovias, a exemplo da rodovia Belém – Brasília, Transamazônica, entre outras, que ligasse a fronteira aos centros urbanos e industriais, outra medida foi promover o acesso a terra, por meio dos projetos de assentamentos. Ações que funcionaram como condição necessária para a expansão da fronteira amazônica.

Ainda para Sawyer (1984) a maior parte dos fluxos migratórios para a grande fronteira se assentou em frentes camponesas, como posseiros, colonos, pequenos proprietários, agregados e parceiros, estes se acrescentaram aos grupos das frentes anteriores,

¹ Três movimentos de expansão da fronteira no Brasil são descritos: a primeira durou aproximadamente 30 anos no Oeste paulista, Norte e Oeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Sudeste do Mato Grosso; a segunda se estende por 20 anos na faixa central do país (Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão); a terceira se estende na região Norte do país, prevista para ocorrer em somente 10 anos finalizando no início de 1990 (MARTINE, 1987).

ainda de acordo com o referido autor a fronteira representa um espaço não só econômico como também social, ou sócio-político.

Os fatores políticos e econômicos implantados nas áreas de fronteiras estiveram assentados na preocupação do governo em manter a segurança nacional e desenvolver a Amazônia, impulsionando com isso a migração para a Amazônia, e, desta forma provocando o crescimento demográfico e urbanização da região, essas políticas posteriormente se estende até a Amazônia setentrional.

Na Amazônia setentrional, o Estado de Roraima funciona como a última fronteira agrícola do Brasil, sendo uma das regiões menos povoadas e mais desconhecidas do território brasileiro, e o que contribui para isso é o fato de sua posição ser distante do centro do país (SOUZA, 2001).

Para alguns autores o processo de ocupação do Estado de Roraima tiveram momentos distintos. Para Souza (2001) o processo de ocupação de Roraima pode ser dividido em dois períodos, com duração e características bem distintas: um, bastante longo, que vai XVII até meados do século XX, e o outro, que se inicia com a criação do território federal do Rio Branco, em 1943.

Já para Barbosa (1993) a ocupação humana de Roraima pode ser identificada em duas etapas; a primeira etapa está dividida em quatro fases a ser identificadas. A primeira fase marca o início da ocupação humana em Roraima, esta procede à mesma forma de ocupação de outras regiões da Amazônia, tais como a instalação das aldeias, ordem religiosa, militares, nativos, entre outros. A segunda fase é marcada pelo fracasso da política pombalina, onde os principais núcleos populacionais entraram em decadência e uma das medidas do poder colonial para estimular a ocupação e permanência da população na região foi a introdução do gado bovino, efeito que foi sentido só no final do século XIX.

A terceira fase se deu entre os séculos XIX e XX, esta marca a introdução da pecuária de corte nas áreas do Rio Branco, além da decadência da borracha, evento importante que marca esta fase, impossibilitando a migração para a região do Rio Branco. A quarta e última fase é marcada pela atividade mineral e a criação do território Federal do Rio Branco, neste período ocorreu o emprego de infraestrutura, com abertura de rodovias e frente de colonização, fatores que proporcionou no intento entre as décadas de 1940 a 1960 altas taxas de crescimento demográfico na região. No início da década de 1960 encerrou-se a primeira etapa de ocupação humana no atual Estado de Roraima.

Conforme Barbosa (1993) a segunda etapa de ocupação humana em Roraima, inicia-se a partir da década de 1960, marcada pela tentativa de retirar a região amazônica do declínio

econômico e resolver os conflitos de terras em outras regiões do país, principalmente do Nordeste. Dentro das políticas do governo para direcionamento de migrantes em áreas da Amazônia. Roraima acabaria por ser um dos últimos espaços vazios a serem ocupados na Amazônia devido ao seu isolamento até recentemente proporcionado pelo difícil acesso a esta região. Entretanto a pressão fundiária em outras regiões, a maior facilidade de acesso, a expansão mineral e a política local proporcionaram uma invasão humana nos últimos anos a região. Atualmente a segurança das fronteiras parece não ser mais causa principal da ocupação em Roraima, mas sim o crescente interesse econômico sobre os recursos minerais na região.

Para Diniz (1998) a história de ocupação de Roraima pode ser dividida em cinco períodos distintos: o primeiro vai da “descoberta” do rio Branco pelos portugueses até o início do século XIX; o segundo vai do início do século XIX até a criação do município de Boa Vista; o terceiro inicia-se em 1890 e termina com a criação do território Federal do Rio Branco; o quarto vem desde 1943 até a construção da rodovia BR-174, e o quinto e último período vem de 1970 até os nossos dias.

Como visto, o processo de migração internas no Brasil, Amazônia e Roraima, estiveram em sua grande parte, no contexto da abordagem histórico-estrutural, que nos subsidiou nos estudos sobre as mesmas, uma vez que os autores analisados estão amparados à luz dessa abordagem que consideram como fatores determinantes para a migração tanto as áreas de atração (demanda por força de trabalho nas cidades e oportunidades econômicas) e de expulsão (áreas de estagnação geradoras de excludente populacional) (SINGER, 1980).

Ainda sobre a perspectiva histórico-estrutural, dentro das migrações internas no Brasil, verificamos que a maioria dos migrantes, que se dirigiam rumo às fronteiras de expansão agrícolas, a exemplo a fronteira amazônica, tinha, como elementos resultantes dessa migração os fatores de estagnação, que seriam resultantes da incapacidade dos produtores das áreas rurais de elevarem a produtividade da terra e se adequarem aos novos padrões de produção exigidos (SINGER, 1980). Contudo, não se esgota a possibilidade que haverem migração proporcionada por escolha individual, do tipo neoclássica no estudo em tela.

Portanto, analisados os principais elementos que contribuíram para as migrações internas no Brasil, e suas respectivas abordagens, destacaremos suas contribuições para o estudo das políticas de ocupação da Amazônia, uma vez que, para o governo (a maioria militar), a ocupação da área de fronteira era a preocupação dos mesmos em “resolver” as tensões sociais que surgem na região Nordeste, a partir do momento em que há um grande índice de desemprego, que pode acarretar uma revolução, preocupando o governo, forçando-o

a promover meios de solução para conter a massa em conflito, e desta forma promovendo um arsenal de políticas para ocupação da região.

2.4 POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

O processo de ocupação da Amazônia iniciou-se em anos anteriores, a exemplo da instalação dos fortes, como o de São Joaquim no período da colonização, exploração da borracha, entre outras. Contudo foi durante o governo do presidente Getúlio Vargas que se procurou fortalecer as funções do governo central na Amazônia, neste período o mesmo elaborou e executou programas de desenvolvimento nacional, e, entre as regiões alvo estava a Amazônia.

As políticas implementadas por Vargas para fixação humana na Amazônia estava baseada no binômio, desenvolvimento e fixação do homem a terra, considerada por ele como deserta, desconhecida e isolada, e nesta conjuntura em 1941 o presidente estabeleceu a “marcha para o oeste”, uma poderosa política de interiorização do Brasil, a partir desse momento, por meio da intervenção do Estado foram implantados na região, ações na implantação de redes de infraestrutura, energética e de telecomunicações.

O cenário pós-segunda guerra mundial de reconstrução da Europa contribuiu para que houvesse alterações teóricas acerca do papel do Estado, neste contexto passou a ser predominante a ideia de intervenção do Estado na economia, necessária ao desenvolvimento econômico. Essas ideias influenciam diretamente a formulação e a implementação de políticas de ocupação patrocinadas pelo Estado nacional para a Amazônia.

As forças dessas convicções contribuiriam para que a Constituição Federal de 1946, estabelecesse um programa de desenvolvimento para a Amazônia, o plano só entrou em vigor em 1953 com a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, que abrangia toda a Amazônia legal², assim o plano tratava da necessidade da realização de diversas obras públicas.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) continuou com uma política voltada para a integração da região amazônica ao resto do país. No âmbito do Plano de Metas, surge a rodovia Belém-Brasília, que abria o primeiro elo terrestre da Amazônia com o resto do país, propiciando maior mobilidade populacional para e na a Amazônia e a rodovia Cuibá-Porto Velho, que se configurariam nas décadas seguintes importantes eixos de ocupação da

² Amazônia legal é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Para, Mato Grosso, Tocantins, mais a porção oeste do meridiano de 44°W do Estado do Maranhão.

Região Norte. Sob o ideal que indicava que qualquer nação, para se desenvolver teria que necessariamente integrar seus mercados internos (MIRDAL, 1968). Esse período possibilitou um elevado crescimento populacional na região.

A partir do golpe militar de 1964, a primeira ação dos militares voltada para a Amazônia foi, em 1966, a “Operação Amazônia”, que representou a criação de leis e instituições voltadas para intensificar a ação do Estado na integração econômica e na defesa das zonas de fronteira amazônica.

Dentro da “Operação Amazônia” surge a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituindo a SPVEA; o Banco de Crédito da Borracha transforma-se em Banco da Amazônia (BASA); incentivos fiscais também foram desenvolvidos para atrair investimentos neste período, assim, em 1967 é instituída a Zona Franca de Manaus (ZFM). O novo modelo de planejamento regional da SUDAM foi profundamente transformado em relação ao da antiga SPVEA. Neste contexto, o que se observa, foi que a transformação da SPVEA em SUDAM, em 1967, teve como pressuposto, a urgência de colocar em prática um modelo racional, burocrático, que fosse capaz de assegurar outra composição de forças (CASTRO; MARÍN, 1989).

As políticas de intervenção do Estado na região foram alteradas e ampliadas, e neste contexto, constituíram-se um marco histórico em termos da ampliação da importância exercida pelas políticas federais sobre mudanças na organização social e econômica da Amazônia. Os militares tinham como principal motivação para agir sobre a Amazônia, assentados no binômio segurança e desenvolvimento. Desta forma, o Estado autoritário, a partir de convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional, formulou uma doutrina de intervenção interna, que formou formas específicas no caso da Amazônia (OLIVEIRA, 1994).

Para os governos militares a ocupação da região era estratégica para a segurança nacional e protegia a Amazônia da cobiça internacional. Então desenvolveram políticas para viabilizar a integração com o restante do país, e na defesa das áreas fronteiriças, com isso, decidiram ocupar a Amazônia atraindo para a região empresas nacionais e internacionais.

Vale ressaltar que o crescimento demográfico da região amazônica se estabeleceu a partir de 1970, em função da abertura de novas rodovias ligando a Amazônia ao centro do país. Nesse sentido, “[...] as ações planejadas, tanto nas instâncias regionais como na federal, foram fundamentais [...]” (SOUZA 2001. p. 52).

Em 1970 o governo do General Médici lança o Programa de Integração Nacional (PIN). A criação desse programa é um marco da ação mais ostensiva do Governo Federal

sobre a região Amazônica. Esse programa previa três diretrizes para serem implantadas; a exemplo a rodovia Transamazônica, a rodovia Cuiabá-Santarém. Para facilitar a ocupação da Amazônia, o governo militar determinou que as faixas de 100 km de cada lado de todas as rodovias federais na Amazônia passariam a jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Como um dos objetivos do programa consistia na construção de infraestrutura básica de transporte e comunicações para interligar a Amazônia ao restante do país, e assim promover o fluxo migratório ao longo das rodovias, e os efeitos desse programa para Roraima foram à construção da rodovia BR-174 que ligava Manaus a Boa Vista até a Venezuela, da rodovia BR-401 que vai de Boa Vista a Normandia na fronteira com a Guiana e da rodovia BR- 210 ou Perimetral Norte para ligar o Para – Roraima e Manaus, ainda não concluída (RODRIGUES, 2006).

As políticas para a Amazônia, desenvolvidas no período de (1972-1974), com a implementação I PND, juntamente com PIN, que se articulavam com o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA, fundamentada ao lema que consistia “integrar para não entregar”. Os objetivos desses programas era ocupar as regiões que os militares consideravam como “vazios demográficos” na Amazônia com os excedentes populacionais, oriundos principalmente do Nordeste. Contudo, na afirmação de Martins (1991, p. 62), a doutrina de ocupação dos espaços vazios foi criada pelos militares para justificar as medidas governamentais de promover a ocupação da Amazônia, visto que:

A Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região amazônica já foi ocupada segundo os critérios e as circunstâncias que essa ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos os modelos anteriores. De certo modo, o que se pretende é o impossível: consertar os supostos erros da História. Por isso, não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastadores, expulsando, violando direitos e princípios.

No que tange a colonização como política de ocupação na Amazônia, o I PND determinou a ocupação das áreas as margens das rodovias, podemos citar o projeto de colonização dirigida da Transamazônica (PIC Altamira/PA) foi implantado como experiência pioneira, diante disso para administrar as ações relativas à ocupação e distribuição de terras, foi criado em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. (SOUZA, 2001).

Neste contexto, o INCRA criou um modelo complexo de colonização, o projeto integrado de colonização - PIC³, projeto que o mesmo teve muitas dificuldades⁴ na sua implantação no Estado paraense e em outras áreas, o que levou o referido órgão a buscar modelos alternativos, como os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD) e os projetos de Assentamentos Rápidos (PAR), mais ágeis e menos burocráticos. Os estados que a colonização dirigida se desenvolveu foi no Estado do Para, Mato Grosso e Rondônia (SOUZA, 2001).

A abordagem do planejamento do desenvolvimento regional apoiava-se na ideia da Amazônia como uma fronteira de povoamento, que a terra disponível abriria possibilidade de absorver contingentes de trabalhadores de diversas regiões do país, e desta forma a Amazônia como fronteira de povoamento foi expressa pelo slogan “homens sem terra para uma terra sem homens⁵” Como se observa:

A região nordestina, com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia” ou, como preferia dizer o General Médici, “vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia.” PIN e INCRA foram às peças deste jogo (OLIVEIRA 2007, p. 122).

A partir da segunda metade da década de 1970 o plano de desenvolvimento dos militares apresenta sinais de esgotamento, e sob os efeitos da crise pós-milagre econômico, o Estado passou a repensar a sua participação direta na expansão da fronteira, intensificando o chamamento à iniciativa privada nacional e internacional para participar do processo de desenvolvimento da Amazônia. Essas medidas do governo ditatorial vão de encontro, do que afirma Martins (1989, p.79) de que a Amazônia tornou-se uma espécie de “colônia do grande

³ Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra (§ 2º, art. 25, do Estatuto da Terra), e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infraestrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização socioeconômica dos parceiros. Cabe também ao INCRA outorgar aos beneficiários o título definitivo de propriedade da parcela.

⁴ As dificuldades estavam centrada na falta implantação de infraestrutura física, titulação, assistência técnica, comercialização, saúde e educação aos assentados por parte do INCRA. Levando este a vender seus lotes para os grandes projetos agropecuários e forçando os mesmo a migrarem para outras terras de valor menor ou alojarem-se nas periferias dos núcleos urbanos.

⁵ Para Oliveira (1994) a Amazônia não era uma "terra sem homens para homens sem terra", mas sim uma região habitada por índios, posseiros e seringueiros, atravessada por conflitos fundiários que se agravaram depois da construção das estradas, dos Grandes Projetos e dos incentivos fiscais.

capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas e ampliação da infraestrutura econômica pelo governo”.

Na tentativa de manter as taxas de crescimento econômico o Governo Geisel lança o II PND (1975-1979), com ele o processo de ocupação da Amazônia foi intensificado e priorizou os investimentos de grande porte. Em consonância, foi lançado o II PDA - Plano de Desenvolvimento Nacional, em que a tônica era a fomentação dos polos de desenvolvimento (agropecuários e minerais).

É então estabelecido no ano de 1974 o POLAMAZÔNIA, política que preconizava que o melhor caminho para se desenvolver regiões atrasadas seriam através de um desenvolvimento que deveria ser polarizada, para isso foram criados 15 polos de desenvolvimento, cada polo especializado em uma atividade produtiva, considerados áreas prioritárias selecionadas na região amazônica. Seriam os seguintes polos de desenvolvimento: Xingu-Araguaia; Carajás; Araguaia-Tocantins; Trombetas; Altamira; Pré-Amazônia Maranhense; Rondônia; Acre; Juruá Solimões; Roraima; Tapajós; Amapá; Juruena; Aripuanã e Marajó.

Neste contexto o governo convoca os empresários “para essa nova cruzada – ocupar economicamente a Amazônia e corrigir as deficiências da colonização dirigida” (BITTENCOURT, 1974, p. 38). Pretendia-se manter aquecida toda a economia nacional e, criar novos espaços de investimentos e produzir em larga escala para o mercado externo. Na Amazônia os produtos alvos para a exportação eram a madeira, carne bovina e minérios. Política que privilegia as grandes empresas na Amazônia na visão de Castro (1989, p. 144) mostra como é a “inconsistência da política industrial dada a sua subordinação aos desígnios externos “[...] e a impotência do planejamento estadual diante do centralismo decisório e de domínio do setor financeiro”. Martins (1991, p.46) complementa, que pontos como esses são muito importante porque nos “revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua, “[...] tipo de política denuncia claramente o Estado brasileiro como um Estado de classe”.

As iniciativas de colonização dirigidas foram abandonadas e o objetivo agora é a instalação de grandes projetos mobilizadores de grandes quantidades de capitais para dinamizar a economia da região. Projetos que tinha por finalidade promover o aproveitamento da potencialidade agropecuária, agroindustrial e florestal em áreas prioritárias da Amazônia – áreas ou pontos que deveriam irradiar desenvolvimento para toda a região.

O II PND já não se mostrava mais capaz de manter o crescimento econômico, em face da crescente crise econômica e em meio aos problemas econômicos o regime militar passava por uma crise de legitimação.

Em busca de soluções para a superação da crise financeira, o Governo vê necessário intensificar o processo de exploração amazônica, dessa maneira, sob a égide do III PND (1980-1984) e do III PDA (1980-1984) foi instituído o principal instrumento para a ocupação da Amazônia, o Programa Grande Carajás (PGC), que abrangia uma área de 825.265 km² o que representa 10,6% da área do país, abrangia terras do Estado do Pará, Maranhão e do atual Tocantins (LÔBO, 1996).

Dentre os programas implementados pelos governos para a Amazônia o Calha Norte pode ser caracterizado como um dos últimos grandes projetos intervencionistas traçado pelo Estado para a região, uma vez que, a meta do referido programa era a vigilância da fronteira, a implantação da atividade econômica, o estímulo à migração e aumento da presença do Estado na zona de fronteira.

Estes projetos impulsionados por meio da política de ocupação da Amazônia ocasionaram vários impactos no território no que se refere à economia, ao meio ambiente e a sociedade local como: consolidação processo de concentração fundiária, intenso fluxo migratório para a região, aumento dos índices de pobreza urbana e rural, conflitos pela posse da terra, entre outros.

A fronteira amazônica no século XXI entra em outro contexto político, econômico e social, desaparecem os incentivos que sustentaram a fronteira nas décadas anteriores, que provocaram uma migração generalizada no país inteiro. Na Amazônia a expansão neste novo cenário passa a ser comandada por madeireiras, empresas agropecuárias, já instaladas na região. A expansão da fronteira hoje é bem diferente das décadas de 1960 e 1970 que foi planejada pelo Estado, pois, no século XXI é comandada por forças globais (Becker, 2007).

Nesse sentido segundo Becker (2007) a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores.

3 AS CIDADES BROTAM NA FLORESTA AMAZÔNICA

Nos estudos sobre a formação econômica e social brasileira tem sido destacado que a agricultura teve um papel importante na formação das cidades no Brasil, assim como a indústria no processo de urbanização (OLIVEIRA, 1972). Na Amazônia, as diversas formas de ocupação estimularam, em vários momentos, o nascimento do urbano⁶.

Nesta pesquisa o estudo sobre a formação das cidades na floresta amazônica não possui por objetivo o esgotamento deste assunto e sim, contribuir de forma expressiva no entendimento da gênese das cidades da Amazônia setentrional, especificamente a cidade de Rorainópolis no Estado de Roraima.

Assim o processo de formação das cidades na Amazônia e, conseqüentemente, sua urbanização ocorreu em períodos diversos e relacionado a uma ação de ocupação geoestratégica e militar. O discorrer da história do surgimento das cidades na Amazônia se deu dentro desse contexto, e suas novas feições foram modeladas pelos interesses econômicos e do capital dentro da geopolítica dos dias atuais.

O processo de ocupação da região Amazônia, ao longo dos séculos, ocorreu e vem ocorrendo de forma arbitrária, prevalecendo a força e o domínio do capitalismo. Segundo Corrêa (1987), a Amazônia é incorporada ao processo de expansão capitalista do Brasil, envolvendo diversos agentes, propósitos e ações, bem como conflitos também distintos.

Trabalhar no estudo da origem das cidade amazônica necessita contextualizá-las no tempo e no espaço e, para isto, torna-se necessário buscar entender suas tipologias, assim sendo, precisa-se percorrer a alguns estudos, como Vicentini (1994), Trindade Jr. (1998), Sant'Anna (1998) e Sathler (2012) que trabalharam com a ideia de tipologia para as cidades amazônicas.

Vicentini (1994) destaca as seguintes tipologias para as cidades amazônicas: cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades espontâneas vinculadas ao garimpo ou a projeto extrativistas e as *company towns*⁷. Trindade Jr. (1998) ressalta o novo dinamismo das cidades

⁶ A definição principal de “urbano” no Brasil depende, na prática, do *status* político de uma localidade: uma cidade serve necessariamente como um município ou sede de governo. Geralmente, é necessário uma população de mais de mil para se obter o *status* de município e subsequente acesso a fundos estaduais e federais. De fato, no Brasil, conforme a população de um lugar cresce, a localidade exerce pressão política nas autoridades estaduais para obter *status* de município. Apesar deste critério político complicar uma medida precisa da população urbana na Amazônia, a proliferação contemporânea de novos municípios na Amazônia é em si indicador de urbanização regional. (BROWDER e GODFREY, 2006, p. 20).

⁷ A *company town* é um núcleo implantado por uma grande empresa industrial que controla tudo o que ali se passa. Seu papel é o de ser local de residência da força de trabalho e dos quadros médio e superior, e centro de apoio às atividades da empresa praticadas nas proximidades do núcleo (CORRÊA, 1987, p.56).

ligadas aos setores da mineração, indústria madeireira, siderurgia e à construção civil, o que alterou as redes urbanas regionais. Tendo em vista o sistema de transporte na Amazônia, Sant'Anna (1998) destaca os principais polos de desenvolvimento capaz de gerar movimentos na região: os polos predominantemente minerais; os polos predominantemente agropecuários e florestais; e os polos de fronteira. Sathler (2012) classifica as cidades considerando a importância com base nas centralidades do ponto de vista da história do crescimento urbano e do desenvolvimento econômico e regional: Cidades da borracha, as cidades mineradoras (cidades da grande empresa e/ou cidades do garimpo) e as cidades de apoio a projetos agroindustriais.

Corrêa (1987) no estudo sobre a rede urbana⁸ na Amazônia propõe uma periodização no processo de configuração das cidades na região amazônica e trata de sua evolução histórica e cronológica do processo de urbanização.

O autor mencionado considera um período histórico inicial de implantação da cidade de Belém e o início da conquista do território, que marca a criação dos primeiros núcleos urbanos (Bragança, Cametá, entre outros); um período de expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias, embriões de futuras cidades nos séculos XVII e XVIII; um período de desenvolvimento da vida econômica com a criação da companhia Geral do Grão-Pará; um período de estagnação econômica e urbana subsequente, e que se estende do final do século XVIII à metade do século XIX; um período de boom econômico da borracha marcado pela expansão urbana da metade do século XIX ao final da 1ª Guerra Mundial; um período de estagnação após a crise da borracha que se estende até 1960, e, finalmente, o período a partir de 1960, caracterizado por um intenso processo de transformação econômica e social.

Na presente pesquisa a classificação no tempo e no espaço do período histórico de formação das cidades na Amazônia possui como aporte teórico os trabalhos citados anteriormente, e, a partir dos mesmos classificar as cidades, de acordo com os objetivos pretendidos.

A classificação da formação das cidades na Amazônia possui como enfoque as cidades surgidas no período pré – ciclo econômico da borracha; período em que a ocupação da Amazônia pela colonização portuguesa foi movida por interesses políticos de fincar pontos avançados, com fortificação em lugares estrategicamente relevantes, e distantes, para demarcar a presença portuguesa nessa imensa região (CASTRO, 2009).

⁸ Segundo (CORRÊA, 2011, p.93) rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros.

Cidades do período do ciclo econômico da borracha que se refere ao boom econômico dessa atividade na Amazônia que se estende de 1850 a 1920 proporcionando o fortalecimento econômico da região com a extração do látex, *hevea brasiliensis*, conseqüentemente, ocorrendo o deslocamento de pessoas para a Amazônia, bem como investimentos de capitais nacionais e internacionais na vasta região, favorecendo a formação de novos povoados, vilas, cidades, e revigoramentos de núcleos urbanos (ROCHA, 2013).

Cidades do período pós-ciclo econômico da borracha; as cidades surgidas nesse período estão vinculadas aos grandes projetos econômicos ou a projetos de infraestrutura, definindo as Company Towns, e, também as vinculadas ao processo de colonização, constituídas basicamente por agrovilas e agropólis. E as cidades espontâneas vinculadas ao desenvolvimento de atividades e serviços complementares, relativos aos grandes projetos econômicos (VICENTINI, 2004).

Portando as cidades na Amazônia guardam as marcas de sua historia no período colonial, assim como de suas trajetórias, nos anos da extração da borracha e também na atualidade verificamos que o surgimento das mesmas se deram principalmente em virtude do processo migratório para a fronteira amazônica, que a cada dia estava ganhando destaque. Partindo desse pressuposto, esboça-se com mais detalhes a classificação da formação dessas cidades.

3.1 CIDADES ANTERIORES AO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA

A ocupação da Amazônia neste período, segundo Castro (2009, p. 17):

Foi presidida pelos interesses econômicos, e que pode ser visto por ações do estado colonial e em sua legislação, como também no modo de produção e de exploração da mão-de-obra praticadas nos povoados das missões religiosas espalhadas no território do Grão-Pará e Maranhão, em sítios estratégicos localizados na interseção entre os cursos d'água e a floresta. Esse misto de poder de conquista de um território e de organização dos interesses econômicos está presente na formação do modelo de povoamento no momento inaugural da colonização portuguesa na Amazônia, e perduraria depois de assentados os primeiros núcleos urbanos.

A mencionada autora relata que as cidades coloniais na Amazônia têm, basicamente, duas motivações: o interesse econômico na região, e o modo de produção e de exploração da mão de obra no povoado das missões religiosas. O surgimento dessas cidades segue o avanço da organização do sistema extrativista, do transporte de mercadorias, do processo de catequese e da dominação de indígenas para o trabalho servil (CASTRO, 2009).

O estudo sobre a ocupação urbana e territorial da Amazônia no período anterior ao econômico ciclo da borracha se constrói sob o ponto de vista de que esta ocupação possibilitou a existência de cidades na Amazônia. Objetiva-se com isso articular a importância da construção dessas cidades enquanto detentora do urbano na Amazônia.

A ocupação do território pela Coroa Portuguesa, no advento da União Ibérica (1580-1640), permitiu a constituição das primeiras cidades na Amazônia, no início do século XVII, que iniciou com a instalação do Forte do Presépio em 1616, hoje a cidade de Belém, capital do Estado do Pará. A instalação de fortes e missões religiosas na região amazônica é uma marca do padrão europeu de ocupação, tentando impor seu domínio sobre o espaço e sobre o pensar e agir dos povos que aqui habitavam (LIMA, 2008).

De acordo com Corrêa (1987), a expansão desses fortes e a criação de aldeias missionárias deram suporte à expansão territorial, ocupação e exploração extrativista com a coleta das “drogas do sertão”⁹ realizada pelos índios aldeados sob a tutela das ordens religiosas na floresta amazônica. A ampliação dos fortes e das aldeias missionárias se davam em pontos estratégicos que posteriormente se tornaram vilas. A instalação desses povoados obedecia ao traçado da rede fluvial por onde se fazia a circulação.

Como a estratégia era a criação de fortes militares e de missões religiosas, mais tarde esses aglomerados eram transformados em povoações, algumas delas foram elevadas posteriormente a condição de vilas e cidades. Em 1669 fundou-se um marco na estratégia de ocupação portuguesa na região amazônica, com a criação da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, onde mais tarde se tornaria a atual cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Esse forte marca a consolidação da conquista portuguesa na região (OLIVEIRA e SCHOR, 2009).

A importância da instalação de fortes na região para os portugueses era porque os mesmos permitiriam que dos pequenos núcleos junto a eles, partiriam os novos povoadores, criando núcleos de povoamento que, posteriormente passaram a se transformar em cidades, consolidando as estratégias de domínio territorial, na qual a cidade era considerada como o lugar de apoio logístico, com ênfase na apropriação e expropriação de riquezas (VICENTINI, 2004).

A implantação de comunidades, vilas e povoações, buscava a formação de uma rede de cidades integradas que tinha como objetivo controlar a ocupação do interior. Essa integração se daria de sua localização em pontos estratégicos. Um dos objetivos com a criação

⁹ Produtos valorizados na Europa, utilizados como condimentos, em uso farmacêutico, enfeites e como material de construção: cacau, cravo, canela, a salsaparilha, a baunilha, o pau-cravo, etc.

das cidades interligadas era o aproveitamento das potencialidades dos territórios inexplorados e, com isso, também incluía as populações indígenas que seriam utilizadas como força de trabalho na agricultura e na construção das vilas (GOUVÊA; ÁVILA; RIBEIRO, 2009).

Algumas atividades estão diretamente ligadas à ocupação promovida pela atuação e expansão das missões religiosas na Amazônia entre os séculos XVII e XVIII, que deram origem posteriormente as cidades. Entre essas atividades estão os aldeamentos e missões; exploração de engenho para a fabricação de açúcar; fazenda para criação de gado; pacificação e conversão de grupos indígenas variados e atividades ligadas ao comércio das “drogas do sertão”.

Ao passo, que se evidenciam o surgimento de vilas e cidades que se originaram na Amazônia em consequência de aldeamentos e fazendas missionárias, a exemplo de Barcelos - AM surgiu da parte da ordem religiosa Carmelita, da missão Mariuá. Já Santarém surgiu da ordem religiosa dos Jesuítas, da missão de Tapajós; e Boa Vista surgiu da parte da ordem religiosa Carmelita, da missão Nossa Senhora do Carmo, a mesma atuaram além de outros lugares na Amazônia, também na bacia do rio Branco e neste local em 1814 o povoado de São Joaquim já contava 103 moradores e o aldeamento de Nossa Senhora do Carmo, concentrava 161 moradores entre índios e não índios, por sua vez, esses lugares serviram de bases para posterior penetração na bacia do rio Branco (OLIVEIRA, 1988; VICENTINI, 2004; SILVA, 2007).

Segundo Machado (1999), estes pequenos núcleos pouco contribuíram para a gênese do urbano na região Amazônica. A mencionada autora adianta que, só pode se falar em urbanização da Amazônia a partir da economia da borracha sendo, portanto, um erro considerar urbanização as aglomerações surgidas durante o período colonial, ou mesmo, considerar as aglomerações como cidades.

3.2 CIDADES DO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA

O ciclo econômico da borracha foi o primeiro a ter grandes implicações para a economia amazônica e para o desenvolvimento das cidades na região (MACHADO, 1999). O boom econômico da borracha, que se deve ao interesse do mercado exterior, uma vez que, “[...] fez aparecer vilas e povoados que deram origem posteriormente a cidades, fortalecendo algumas delas de forma mais expressiva, como Belém e Manaus” (CASTRO, 2009, p. 18).

O auge da atividade de extração da borracha, foi responsável pelo primeiro surto de ocupação no interior da Amazônia, não se restringindo apenas as proximidades de Manaus,

maior polo de desenvolvimento regional da porção ocidental da Amazônia, e de Belém, grande cidade portuária (MACHADO, 1999). A ascensão da economia da borracha, a malha de produção e troca de mercadorias estende-se por um território maior, abrindo novas áreas de povoamento. E desta forma:

[...] A rede que organizava a produção e a circulação pré-existentes foi base da produção inicial da borracha, pois, em todas as bacias de igarapés e de rios com recursos e possibilidades de exploração localiza-se um posto ou comércio que tinha função de canalizar a produção agroextrativa trazidas das terras interiores e de drena-las para os portos de cidades maiores base da extensa rede de aviamento (CASTRO, 2009, p 18).

Ainda segundo a autora, praticamente todas as cidades deste período eram portuárias. Mas só as cidades que eram portos de exportação tiveram seu crescimento expressivo, como por exemplo, Belém, pela proximidade ao oceano ao Atlântico e por ser a porta de entrada da Amazônia, e, Manaus, por possuir uma posição privilegiada no escoamento da produção do médio Amazonas e afluentes.

O comércio da borracha definiu o surgimento de novas aglomerações e o desenvolvimento inicial da forma urbana. A hierarquia destas aglomerações era o reflexo da hierarquia imposta pelo comércio da borracha. Os seringais¹⁰ eram os lugares de produção e a cidade, o lugar do comércio, por sua vez, a borracha representa o momento mais importante no povoamento, no fortalecimento das redes de cidades e no processo de urbanização da Amazônia em função dos fluxos econômicos (CASTRO, 2009).

Face a escassez de mão de obra para a extração da borracha, a imigração foi a solução, aumentando a população regional, pois Segundo Machado (1997, p. 14):

A economia da borracha gerou um importante fluxo migratório do Nordeste em direção à Amazônia. Estimativas do número de imigrantes variam de 160.000 a 260.000 entre 1872 e 1900, enquanto a população total aumentou de aproximadamente 250.000 em 1860 para aproximadamente 700.000 em 1900. Entretanto, a distribuição da população nacional não foi alterada, uma vez que, no mesmo período, a população de São Paulo passou de quase 850.000 para mais de 2.000.000. Em 1912, a borracha havia se tornado o segundo maior produto de exportação nacional, perdendo apenas para o café.

Os migrantes brasileiros na Amazônia vindos da região Nordeste, geralmente agrupavam-se as margens dos principais rios em entrepostos comerciais formados para a extração e transporte da borracha.

¹⁰ O seringal é, assim, um lugar de escravidão/liberdade. Viver dessa dialética saldo/liberdade é a condição da escravidão. Aqui o saldo conseguido por alguns alimenta a esperança daquele que está em dívida (GONÇALVES, 2005, p. 173).

A inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho se deu em virtude da exportação da borracha para o mercado europeu, como matéria-prima alimentando a indústria de pneumáticos em expansão. Assim, para Corrêa (1989), essa demanda pela borracha no mercado europeu possibilitou a ampliação da área ocupada e da produção de borracha, gerando a necessidade de novos núcleos urbanos, ao mesmo tempo em que revigora muitos dos centros urbanos preexistentes, que passam a dispor, de um produto extrativo valorizado em suas hinterlândias.

Esses novos núcleos urbanos, em sua maioria eram sedes de seringais, locais de concentração de borracha e de produtos para o “aviamento”, sistema marcante neste período, sobre seu funcionamento observa-se que:

No topo, ficavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, que funcionavam como financiadoras abastecedoras e intermediárias, fornecendo os bens de consumo e instrumentos de trabalho necessários à exportação dos seringais e cauchais de um aviador menor, que podia ser o dono de um estabelecimento comercial em povoados próximos aos seringais. Este, cobrando juros, aviava o seringalista que, por sua vez, através do regime de barracão (local onde os produtos eram armazenados e onde era marcada a dívida do extrator que ali, compulsoriamente, se abastecia), aviava o coletor e, depois disso, a cadeia se invertia, começando o processo de entrega da borracha, até chegar ao mercado internacional: o extrator entregava o produto coletado ao seringalista, que o entregava ao comerciante e este à casa exportadora em Belém e Manaus. A partir daí a goma elástica chegava ao seu destino na Inglaterra, Estados Unidos e outros países (OLIVEIRA, 1983, p. 236-237).

Com a demanda do mercado europeu pela borracha todo o comércio atraiu investimentos em transportes e infraestrutura. Partindo desse pressuposto compreende-se a constituição do modo de exploração e circulação dos produtos extrativos, e o sistema de aviamento como um dos suportes mais importantes para a consolidação de um conjunto de cidades na região. A partir do exposto acima se compreende que:

À medida que a demanda externa por borracha crescia, o sistema de transporte ia sendo modernizado e ampliado, as necessidades de mão-de-obra, satisfeitas, capitais iam sendo aplicados, quer como crédito à produção, quer em obras de porte, a produção de borracha aumentava, e os efeitos sobre a rede urbana e ao revigoramento demográfico e econômico dos núcleos urbanos preexistentes e, de outro, à intensificação, via mecanismo de “aviamento”, das relações entre os núcleos de povoamento. Os efeitos fizeram-se sentir, também, no âmbito das cidades mais importantes através de melhoramentos urbanos (CORRÊA, 2006, p. 206-207).

Esta expansão marca o investimento do capital internacional e nacional no transporte da borracha e, desta forma, foram criadas algumas empresas. Entre esses investimentos está à

construção da Ferrovia Madeira Mamoré pela Mamoré Railway Company, demonstrando assim a superação dos obstáculos fluviais e terrestres para expandir a produção da borracha.

Neste contexto, o evento que marca o surgimento das primeiras cidades empresariais na Amazônia. A exemplo está à cidade de Porto Velho que nasceu, como novo marco escolhido para a construção ferroviária, a partir da empresa construtora (Mamoré Railway Company).

Portanto, o fim da construção da ferrovia coincide com o declínio da produção da borracha na Amazônia. A região estava perdendo a primazia do monopólio de produção da borracha, porque os seringais plantados pelos ingleses na Malásia (principal responsável pela queda do monopólio brasileiro), Ceilão e África tropical, com sementes oriundas da própria Amazônia, passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade e a custos menores, o que os fez assumir o controle do comércio mundial do produto.

3.2.1 Estagnação da Economia da Borracha e os Reflexos na Formação dos Núcleos Urbanos

A Região amazônica passou por um período de estagnação que se estendeu de 1920 a 1960. Tudo isso acarretou um grande refluxo populacional para as áreas de origem e o afluxo migratório para a Amazônia. A partir de 1920 ocorreu a crise do comércio de borracha, caracterizado pela baixa do preço no mercado mundial, o que resultou na decadência de vários núcleos urbanos regionais.

A decadência do extrativismo da borracha, gerando certo refluxo de população para suas áreas de origem, e a relativa população dos seringais, liberando-se de parte do 'aviamento' de procedência urbana, estão na base da estagnação das pequenas cidades, em alguns casos verificando-se o declínio absoluto de população (CORRÊA, 1989, p. 263).

Ainda assim, entre 1920 e 1960, alguns núcleos demonstraram crescimento econômico e demográfico significativo através da mudança de estrutura econômica ou da valorização de outro produto amazônico para exportação.

Com isso, as cidades que surgiram e se desenvolveram durante o ciclo econômico da borracha, responsável pelo grande impulso dado a Manaus e Belém, tiveram que encontrar um modo alternativo de sobrevivência com a decadência dessa atividade econômica (MARTINELLO, 1988).

Alguns desses centros urbanos inferiores, que se beneficiaram com o ciclo econômico da borracha, ganharam dinamismo com a incorporação de atividades econômicas diferenciadas, favorecendo que algumas cidades tivessem sua sobrevivência e prosperidade ligadas ao florescimento de novos ciclos econômicos, como da castanha e produtos ligados à produção mineral, tais como a cassiterita, ouro e outros.

Com o declínio da produção e extração da borracha o processo de interiorização do crescimento econômico e demográfico da Amazônia ficou a cargo da atividade mineradora que garantiu após algumas décadas, a continuidade desse processo.

Outro evento político importante para fortalecer os centros urbanos, revigorar o processo imigratório e estimular o desenvolvimento econômico para a Amazônia foi à criação dos territórios federais do Acre e Rio Branco (Roraima) em 1943.

Assim sendo, foi a partir da segunda metade do século XX, o Estado aparece como ator principal na definição de estratégias de interesses de intervenção no território com consequências sobre a urbanização na Amazônia (CASTRO, 2009). Este período marca a proliferação das cidades na região, as quais possuem especificações quanto a sua gênese e tipologias.

3.3 CIDADES DO PÓS-CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA

O período pós-1960 é marcado por nova dinâmica no processo de urbanização da Amazônia. De acordo com Gonçalves (2005) a Amazônia é atingida por uma organização espacial denominada de “estrada-terra-firme-subsolo”, como uma forma de diferenciá-la de outro modelo que perdurou desde o início da ocupação do território, o modelo “rio-várzea-floresta”.

Assim, à medida que ocorreu a expansão da fronteira ocupacional, com a implantação dos projetos de colonização, dos grandes projetos econômicos, as novas cidades foram estruturadas para atenderem às demandas dos setores empresariais e da população, especialmente a migrante que, rapidamente, cresceu ao longo de toda fronteira (HIGA, p. 110).

Neste contexto, a Amazônia é atingida por uma nova organização espacial a partir da década de 1960, segundo Vicentini (2004, p. 34):

A velocidade de formação de novas cidades, particularmente a partir das décadas de 1960 e 1970, foi fruto de uma intensificação das políticas públicas e privadas de ocupação do território, em um período fortemente demarcado pela intervenção do

Estado Brasileiro. Apesar do arrefecimento das estratégias geopolíticas, com o fim do “Nacional Desenvolvimentismo”, na década de 70, a rede de cidades continua a se expandir, demonstrando, para a última década, uma transformação no significado dessa expansão, tornando-se a expressão diferenciada da ocupação na Amazônia, o que colocou as cidades como meio primordial de ocupação.

Essa organização espacial pós – 1960 sintetiza bem o processo de urbanização regional e a diversidade de tipos de cidades existentes na Amazônia. A partir desse contexto da fronteira urbana, procura-se demonstrar uma tipologia das cidades existentes na região neste período.

Face às mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, a implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração, hidrelétricos e mínero-metalúrgicos refletem e viabilizam o surgimento das cidades dos grandes projetos implantados na região amazônica.

Essas cidades tem sua formação a partir da década de 1960, marcado pelo interesse pela exploração de matérias-primas minerais, um maior conhecimento dos recursos potenciais da bacia amazônica e da viabilidade de extração mineral. Introduzem novos padrões de construção de cidades, com intensificação de instalação de Company Towns, ou cidades fechadas, vinculadas a empreendimentos, e expansão das novas metrópoles, entre outras formas (VICENTINI, 2004).

Os grandes empreendimentos responsáveis pelo surgimento dessas cidades estão vinculados ao potencial energético e de exploração mineral. Tais projetos, localizados preferencialmente junto às áreas de extração mineral, interfeririam na formação da rede de cidades, como, também introduziriam novos padrões de urbanização. Cidades, estas que propiciaram o aparecimento, nesta região, de atividades modernas em larga escala.

A company town implantada na Amazônia, como em outras regiões, é uma criação planejada, dotada de moderna infraestrutura e dos serviços essenciais, e onde tudo está sob o controle, direto e indireto, da empresa que a criou e a administra. A criação da cidade e sua manutenção fazem parte, na realidade, dos investimentos necessários para tornar viável a exploração, em larga escala, dos recursos naturais em área não habitada e sem nenhuma infraestrutura. Cria-se então um “enclave” urbano dotado de abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, policiamento próprio, transporte coletivo, instalações de telecomunicações e moderno aeroporto (CORRÊA, 1987, p.62).

Neste contexto Trindade Jr (2010, p. 116, 117) é contundente em afirmar que esses núcleos urbanos foram criados para atender aos “[...] ‘grandes objetos’ econômicos, implantados na região principalmente a partir da década de 1960, e que ficaram conhecidas também como company towns ou como cidades-empresa [...] são aquelas que tendem a se

articular principalmente às demandas externas da região fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana [...]” (TRINDADE JR, 2010, p. 118).

Ainda seguindo as tipologias de cidades consideradas dos pós-ciclo borracha, apresentamos as cidades da colonização, que são os núcleos urbanos provenientes dos projetos de colonização financiados pelo governo federal, no final da década de 1960, e faziam parte de uma tentativa de acelerar o desenvolvimento do país e de promover a ocupação de vastas áreas no interior do país, como da região da Amazônia. No planejamento desses projetos destaca-se o papel do Estado no financiamento e desenvolvimento da região e a ideia de vazío demográfico, considerada uma questão de segurança nacional.

Mesmo que, estes projetos de colonização tenham desempenhado um papel importante na ocupação de áreas na Amazônia Legal, promovendo o estabelecimento e o avanço de uma grande fronteira na Região, estas medidas não foram capazes de promover a ocupação no interior amazônico, se restringindo as intermediações do “arco rodoviário”.

A política do Estado para os projetos de colonização tinha por objetivo concentrar a população rural em pequenos núcleos de povoamento e na criação de uma rede hierarquizada de pequenos serviços. Como descreve Vicentini (2004, p.155):

Os projetos de colonização, foram implantados em Agrovilas, em média com 50 famílias, uma escola primária, um posto de saúde e comércio local. Circundando as agrovilas, a distancias de que variam de 500 m a 5 km, estavam os lotes rurais de 100ha. Modelo de organização, territorial previa uma Agropolis, que deveria polarizar, em média, 20 agrovilas. Esta contaria com uma cooperativa, um posto de assistência social e de saúde, um posto de assistência técnica e serviços urbanos de infraestrutura. Era pensada como um centro administrativo dos órgãos públicos e deveria ser instaladas a cada 40 km. O modelo espacial, incluía, ainda, uma Rurópolis ou centro principal, concebido como ponto de integração entre agrovilas e agrópolis, podendo originar-se do desenvolvimento de algumas agrovilas. Deveria surgir, aproximadamente, a cada 140 km .

Portanto, como se pode observar existia uma diferenciação hierárquica desses núcleos de povoamento, que era formada por agrovila, agrópolis e rurópolis, contudo, essa política durou pouco tempo, pois se passou a privilegiar os grandes projetos agropecuários (IANNI, 1979).

Outra forma de tipologias de cidades surgidas a partir da década de 1960, são os núcleos urbanos espontâneos, que se constituiu em habitat rural, com concentração de assalariados rurais temporários, em lugares próximos aos locais de prestação de serviços, povoados que retratam a instabilidade no mercado de trabalho, pois os deslocamentos acompanham as frentes de trabalho. A principal consequência desse processo é o surgimento

de áreas ocupadas desordenadamente, formando, assim, cidades espontâneas com inúmeros problemas urbanos, sociais e de infraestruturas.

Esses núcleos urbanos estão ligados às atividades e serviços complementares, informais e não institucionalizados, relativas aos grandes projetos. Também possui ligação com a extração do ouro no vales do rio Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins, Negro e de seus afluentes e nas áreas de extração em depósitos não aluvionários como em Serra Pelada, no sul do território paraense.

Os núcleos espontâneos constituíam-se, inicialmente, nas áreas rurais, comportando pequenos lavradores e posseiros em grande parte. Com a expansão das fazendas de gado, ocorre à expropriação dos posseiros e a ampliação da mão de obra assalariada.

Pode-se afirmar que a lógica de ocupação desses núcleos espontâneos se deu no espaço agrário ao longo das rodovias que acabou por produzir uma forma específica de urbanização que está diretamente associada ao mundo rural. Como se observa,

A eventual consolidação de pequenas reivindicações de terras em grandes latifúndios ao longo da rodovia Belém-Brasília promoveu uma forma específica de urbanização: as vilas de migrantes pobres que pareciam, inicialmente, favelas rurais. Desprovidos do acesso à terra, muitos migrantes tinham pouca escolha além de congregarem-se em uma série de povoados espontâneos ao longo da rota da rodovia Belém-Brasília nos estados de Goiás, Maranhão e Pará (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 86).

Esse padrão de urbanização, que nascia com esses núcleos, estava ligado ao rural, e surgiu espontaneamente às margens de rodovias e ferrovias com a chegada de migrantes que montavam acampamentos improvisados como força de trabalho móvel dos grandes projetos econômicos na região amazônica.

Portanto, das quatro formas de tipologias de cidades que surgiram a partir da década de 1960, considerada cidades do pós-ciclo da borracha, a últimas analisada por este estudo são as cidades tradicionais que, incorporam uma das mais significativas expressões da Amazônia brasileira. Dispostas ao longo dos rios amazônicos, em sua maioria, tiveram suas origens relacionadas à implantação de atividades extrativistas, com a função de se tornarem pontos de referência para a comercialização e o embarque dos produtos extraídos da floresta. Essas cidades passaram por transformações recentes, decorrentes dos impactos social, cultural e ambiental promovidos pela introdução de novos modelos de produção e de inovações tecnológicas na região (VICENTINI, 2004).

As cidades ribeirinhas são consideradas cidades tradicionais por guardarem seu histórico de organização e ocupação obedecendo ao padrão “rio/várzea/floresta”, sendo,

portanto, anteriores ao padrão de organização “rodovia/subsolo/terra firme” (GONÇALVES, 2005). Por sua vez, as mesmas se caracterizam pelo cotidiano pacato, marcado por temporalidades específicas e alheias à dinâmica das grandes cidades. Atividades econômicas, classificadas como urbanas, praticamente inexistem nestas cidades, sendo a atividade rural a principal ocupação de sua população (HIGA, 2011).

Ainda analisando as cidades tradicionais, Trindade Jr e Malheiro (2009, p. 4) consideram que:

As cidades ribeirinhas na Amazônia não podem ser analisadas como formações urbanas que simplesmente estão à beira-rio, uma vez que a localização absoluta não é o único elemento definidor das mesmas. De igual maneira, elas não estão perdidas em um tempo passado e nem mesmo podem ser definidas simplesmente como contraponto às cidades à beira da estrada. Tratam-se, antes, de formações sócio-espaciais em que o rio não define apenas os seus contornos físicos, mas está presente como meio de circulação, como referência para o imaginário, como meio de sobrevivência, sendo, assim, por onde navega a economia, a cultura, os símbolos, os ritos, a experiência social expressa nessas pequenas aglomerações urbanas.

Cabe destacar que algumas cidades tradicionais criadas nas margens dos rios, a partir do novo momento de ocupação baseado na “estrada-terra-firme-subsolo”, passaram a dialogar tanto com o sistema fluvial, como rodoviário ganhando importância e centralidade regional.

As políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado em âmbito regional fez com que vários núcleos urbanos viessem a se tornar cidades, principalmente, ao longo dos principais eixos rodoviários. A partir dessas políticas verificam-se um relativo aumento dessas novas aglomerações urbanas proporcionando várias modelos de urbanização na Amazônia, a partir do surgimento de novas cidades. As políticas desenvolvidas determinam um novo padrão urbano para a Amazônia, com o aumento do número de cidades.

Neste contexto, em 1960, eram 165 cidades, passando para 212 em 1980, chegando a 264 em 1991, atingindo 449 em 2000, ou seja, só na última década foram criadas 185 cidades, número superior à quantidade de cidades existentes em 1960, e por sua vez, quase sempre, são pequenos núcleos que se emancipam com fraca ou nenhuma infraestrutura cuja base econômica é o repasse de recursos públicos (OLIVEIRA, 2004).

3.4 URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA

Roraima, considerada a última fronteira da Amazônia, o seu processo de urbanização, ainda é considerado um movimento recente. De acordo com Silva (2007) a urbanização nessa parte da Amazônia setentrional é classificada como um processo tardio,

incipiente e precário, e neste contexto, a urbanização de Rorainópolis iniciada no final da década de 1970, teve como características desse processo a imbricação dos padrões de urbanização estudados por Becker (1990), principalmente dos modelos de urbanização dirigida, espontânea e de áreas tradicionais.

Assim sendo, o padrão de urbanização de Rorainópolis, está inserido num contexto diversificado do meio urbano na Amazônia, e esse fenômeno urbano regional pode ser adequadamente expresso pelo termo urbanodiversidade (TRINDADE JR, 2010). Esse acontecimento expressa a grande diversidade do fenômeno urbano na região amazônica, assim como o urbano em Rorainópolis.

Assim na Amazônia, o avanço da fronteira decorre da presença pública. O Estado formula um projeto de intervenção do qual resultaria da abertura da fronteira que acelerou o mercado de terras de recursos e migração. A fronteira é um espaço em construção, em movimento, transformado ao longo dos anos. “[...] A fronteira é o encontro das várias origens que obedecem a racionalidades distantes, mas que acabam por conformar relações sociais e um novo campo de sociabilidade [...]” (CASTRO, 2010, p. 22).

Segundo Becker (1990, p. 131), a fronteira é a outra face do espaço urbanizado; sua integração é a integração ao espaço urbanizado e se efetua através do urbano, e neste aspecto, como parte integrante da sociedade nacional, a fronteira é definida em relação a um espaço estruturado, e sua potencialidade alternativa é circunscrita a limites impostos pela formação social em que ela se situa, assim como uma extensão da totalidade nacional, a fronteira também influi:

Espaço não plenamente integrado no espaço global, a fronteira pode ser definida como espaço de manobra das forças sociais. É também o espaço de projeção para o futuro, da expectativa, um espaço ideológico. A virtualidade histórica contida em tão ampla escala geográfica, torna a fronteira amazônica a região estratégica por excelência da ação do Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para integrá-la no espaço global, mas ao mesmo tempo faz concessões aos diversos segmentos sociais e na dimensão ideológica manipula a preservação da imagem do espaço alternativo (Becker, 1990, p. 132).

A estruturação da fronteira se viabiliza pela intercessão do urbano que é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação, uma vez que, os núcleos urbanos são constituídos como aparelhos espaciais garantidores da circulação, principalmente da força de trabalho e do capital, bem como da “circulação que responde por seu crescimento e pela organização da rede; são à base da ação político-ideológica do Estado e, embrionariamente;

exercem papel generativo na região” (BECKER, 1990, p. 134). Ainda em Becker (1990, p.134), ressalta que a concepção de uma rede de núcleos diversificados é:

[...] condição e expressão da estruturação da fronteira – investimentos estatais seletivos em locais estratégicos atendem a interesses de grupos sociais e a políticas diversas. Tais investimentos seletivos somam-se a dinâmica econômica local, gerando núcleos diferenciados quanto à sua função e hierarquia que compõem redes variadas nas sub-regiões em formação (BECKER, 1990, p. 134).

Becker (1990), destaca quatro movimentos que foram identificados nas décadas de 1970 e 1980 quanto ao crescimento urbano, sob o comando da nova circulação, tais como: a) a expansão-consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais que constituem a base de operações produtivas de frentes impulsionadas por iniciativa do Estado, ao longo das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho; b) a expansão da malha urbana e a concentração demográfica na metrópole belenense e nas capitais estaduais; c) a reprodução de pequenos núcleos dispersos – povoados e vilas – vinculados à mobilidade do trabalho que, finda a frente de trabalho se retraem ou extinguem, logo reaparecendo junto a novas frentes; e d) a retração de núcleos antigos, que ficaram à margem da nova circulação (rodovias).

A rede urbana regional compõe um gigantesco arco em torno da Amazônia, assumindo configuração sub-regional diferenciada. Tal diferenciação expressa o ritmo e a escala das transformações espaciais associadas à diversidade das relações estado-sociedade civil e das formas de organização dos mercados de trabalho locais (BECKER, 1990). Alguns modelos de urbanização podem ser esquematizados tomando como base principalmente a Amazônia oriental e o norte de Mato Grosso, com podemos observar na (Figura 2).

Figura 2 - Quadro dos padrões de urbanização regional na Amazônia

URBANIZAÇÃO ESPONTÂNEA	O modelo de urbanização espontânea, o conjunto de núcleos, expressando a pobreza da massa de população, configura uma rede caracterizada pela importância de povoados e vilas dispersos e diretamente dominados pelos centros regionais com quase ausência do escalão de cidades médias, a rede é constituída, principalmente, pela a circulação de migrantes e de mercadorias constituindo um sistema de circulação da força de trabalho.
URBANIZAÇÃO DIRIGIDA	O modelo de urbanização dirigida é o da colonização planejada e executada diretamente pelo Estado ou companhias colonizadoras, baseada na filosofia do urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que prevê um sistema de núcleos urbano-rurais hierarquizados a partir de Rurópolis, polo de desenvolvimento rural integrado para uma área de influência constituída de agrópolis e agrovilas. Tem como base a rodovia, é superimposta a velha estrutura vinculada ao comando da circulação fluvial. O conjunto de núcleos forma uma rede em que as cidades antigas, revividas, comandam agrovilas e povoados espontâneos.
URBANIZAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS	O modelo de urbanização dos grandes projetos corresponde aos projetos de grande escala, distantes, interessados em investimentos de longo prazo na terra, e na produção principalmente de gado, madeira e mineral efetuando por vezes investimentos experimentais com outros recursos. É caso típico da “fronteira de recursos” isolada, composta por uma organização transnacional cujas relações socioeconômicas e políticas são mais visíveis com o externo do que o regional e a localidade onde situam os projetos; os mesmos são semi-auto-suficiente dependendo, portanto de uma base urbana para instalações próprias, residência de pessoal técnico numeroso e trabalhadores permanentes, e atendimento à massa de trabalhadores assalariados temporários.
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS TRADICIONAIS	O modelo de urbanização em áreas tradicionais é o daquelas áreas onde a expansão de frentes e o crescimento das capitais estaduais não foram suficientemente dinâmicos para alterar o padrão tradicional de um centro regional comandando a rede de povoados de uma artéria fluvial.

Fonte: Becker (1990), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Baseado nos modelos de urbanização descrito acima se verifica que na Amazônia o processo de urbanização da região gerou um conjunto de aglomerados humanos que a caracteriza como uma “fronteira urbanizada” (BECKER, 2004). Neste contexto parte-se do

princípio de que a “[...] urbanização é um dos fatores decisivos no processo de transformação territorial, e as cidades são seus elementos catalizadores [...]” (MOTA, 2011, p.15).

Como se observou, a urbanização da fronteira guarda profunda relação com a lógica intencional do Estado de ocupação da região, principalmente a partir da década de 1960 quando os índices de urbanização se intensificaram na região. O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo poder público e o incentivo a grandes empreendimentos, asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana (TRINDADE JR, 2011).

Segundo Machado (1999), a urbanização define o modo de produção do espaço regional e é o elemento organizador do sistema de povoamento, que define a estrutura, o conteúdo e a evolução deste sistema. É neste espaço dinâmico que concentra a maior parte da população atualmente e que já se caracterizava como ambiente de maior atração populacional na metade do século XX no Brasil.

A Amazônia nas últimas décadas vem sofrendo um processo de urbanização crescente que transforma fortemente o cenário regional, visto que cidades que antes ocupavam um papel diminuto no cenário amazônico são, atualmente, polos marcados por processos de urbanização. Vale ressaltar, ainda, que processos de urbanização não estão relacionados apenas às grandes cidades. Como já mencionado, estudos sobre urbanização podem ser focados também para pequenos municípios e seus processos de desenvolvimento.

Enquanto o Brasil como um todo experimentou uma transição urbana durante a década de 1970, de acordo com os resultados oficiais do censo demográfico, a região Norte brasileira tornou-se predominantemente urbanizadas durante os anos 1980. De acordo com o Censo demográfico de 2010, a população urbana da região amazônica era composta por 73,53%, contra 84,36% do território nacional (Tabela 1).

Tabela 1 - Crescimento populacional e urbanização no Brasil e na região Norte, 1940 – 2010.

Ano	Brasil		Região Norte	
	População	Urbano	População	Urbano
1940	41.236.315	31,20	1.627.608	27,70
1950	51.944.397	36,20	2.048.696	31,50
1960	70.992.343	44,70	2.930.005	37,50
1970	94.508.583	55,90	4.188.313	45,10
1980	121.150.573	67,60	6.767.249	51,70
1991	146.917.459	75,00	10.257.266	57,80
2000	169.799.170	81,00	12.900.704	69,87
2010	190.755.799	84,36	15.864.454	73,53

Fonte: IBGE, (2010).

Podemos visualizar na tabela 1 acima, que os dados demográficos mostram que, até os anos de 1940, 68,80% da população brasileira vivia no campo, por sua vez, na região norte esse quantitativo era de 72,30%. A partir das décadas seguintes observamos um movimento importante no movimento demográfico brasileiro, com fluxo migratório do campo para as cidades, caminhando desta forma para um processo definitivo de urbanização, e neste sentido observamos que, no Censo demográfico de 1970, a maioria da população brasileira já vivia nas cidades, enquanto a região norte só vai passar por essa transformação na década seguinte em 1980.

A Amazônia aparece como uma região urbanizada, se tomarmos os dados do século XX e se os compararmos com situação nacional da época. Em 1940, as taxas de urbanização da Amazônia (27,7%) – “[...] uma região distante e isolada do resto do país, com vias de comunicação restritas praticamente a navegação marítima e só depois também a aviação aérea [...]” (CASTRO, 2010, p. 19) – não eram tão díspares em comparação com as do Brasil de 31,20%, demonstrando pouca alteração nas taxas, que as mantem-se até o Censo de 1970.

Em contraste a população urbana, a população rural vem perdendo importância desde a década de 1940. E partindo dessa perspectiva observamos o progressivo aumento da população urbana no Brasil, expressos nos indicadores demográficos que nos mostra que, em

1970 a maior parte da população já vive nas áreas urbanas 55,90%, assim sendo essas taxas passa para 67,60% em 1980, para 75,00% em 1991 e atingem 81,00% em 2000 e atingindo a 84,36% em 2010, e neste aspecto observamos que o crescimento urbano da região norte mostra uma certa defasagem em relação ao crescimento urbano do Brasil, no que diz respeito ao seu processo de urbanização, uma vez que, em 1970 apenas de 45,1% das pessoas viviam nas cidades, e esse percentual passa para 51,7%, em 1980, alcançado 57,80% em 1990.

Apesar da redução da migração inter-regional dirigida para áreas rurais ou urbanas (CASTRO, 2010), contudo a população urbana na Amazônia continuou crescendo, cerca de 69,87%, vivia nas cidades, em 2000, chegando a 73,53% em 2010, um dos fatores que contribuiu para esse aumento foi o processo de emancipação de novos municípios e muitas vilas e distritos ganharam o *status* de cidades, a exemplo do município de Rorainópolis que foi emancipado em 1995, e a antiga vila do INCRA, ganhou o *status* de cidade.

Nas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado, com destaque para a interiorização do fenômeno urbano, a criação de novas cidades, visto pela acelerada urbanização das áreas de fronteira, dentro desse contexto, analisaremos o crescimento populacional e urbanização dos Estados da região Norte (Tabela 2).

Tabela 2 - Crescimento populacional e urbanização por Estado da região Norte, 1960 – 2010.

Ano	Acre		Amapá		Amazonas		Para		Rondônia		Roraima		Tocantins	
	Pop. Total	Urbana %	Pop. total	Urbana %	Pop. total	Urbana %	Pop. total	Urbana %	Pop. total	Urbana %	Pop. total	Urbana %	Pop. total	Urbana %
1960	158.184	20,70	67.750	51,40	708.459	32,90	1.529.293	40,20	69.792	43,30	28.304	42,90	328.486	17,63
1970	215,299	27,60	114,359	54,60	955.235	42,50	2.167.018	47,20	111.064	53,60	40.885	42,80	537.563	25,07
1980	301,303	43,80	175.257	59,20	1.430.089	59,90	3.403.391	49,00	491.069	46,50	79.159	61,60	738.688	40,10
1991	417,165	61,80	288.690	80,90	2.102.901	71,40	5.181.570	50,40	1.130.874	58,20	215.950	64,60	920.116	57,68
2000	557.526	66,40	477.032	89,03	2.812.557	74,92	6.192.307	66,50	1.379.787	64,11	324.397	76,15	1.155.913	74,30
2010	733.559	72,56	669.526	89,77	3.483.985	79,09	7.581.051	68,48	1.562.409	73,55	450.479	76,55	1.383,45	78,79

Fonte: IBGE, (2010).

Observando o contexto histórico já exposto e analisando os dados da tabela 2, fica notável o rápido o crescimento urbano e demográfico dos Estados da Região Norte, que se tornou uma região totalmente urbana a partir da década de 1980. Em contrapartida o Estado do Amapá a população urbana superou a rural ainda na década de 1960, enquanto o Estado de Rondônia viu esse processo em 1970, sendo revertido na década seguinte, período que esse Estado recebeu um grande quantitativo de migrantes vindo das várias regiões do Brasil, com destaque para a região sul, em particular o Estado do Paraná, esse fluxo migratório se dava principalmente para áreas rurais do referido Estado, evidenciando o aumento da população rural no período em destaque.

Já os Estados do Amazonas e Roraima a população urbana superou a rural na década de 1980, o primeiro com 61,60%, e o segundo com 59,90%. Os Estados em que esse processo se deu mais tarde, na década de 1990 foi o Para com 50,40%, e o Acre com 61,80%. Nas décadas seguintes em todos os Estados houve crescimento da população urbana, atribuído por alguns fatores como os fluxos migratório urbano-urbano, rural-urbano, assim como a criação de novas cidades na região, entre outros.

Diante do exposto sobre o processo de formação das cidades na Amazônia, destacamos a importância de entender a gênese das cidades roraimenses, servindo com aporte teórico, bem como a dinâmica promotora do urbano nesta parte da Amazônia setentrional.

3.5 AS CIDADES BROTAM NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Quanto ao surgimento das cidades roraimense, na Amazônia setentrional, a origem das mesmas podem ser expressa no argumento de Beaujeu-Garnier (1997, p. 73) quando a autora diz que, “pode dizer-se que o nascimento das cidades corresponde a três motivos possíveis: econômicos, políticos e defensivos. Assim, cada cidade, encontra-se marcada, desde sua origem, - e por vezes de maneira indelével – pela escolha inicial”.

Quanto aos três motivos expostos encontram-se visivelmente demarcados na realidade roraimense, integrando-se ao período histórico que, por sua vez, pode ser um “[...] determinante econômico, tal como os garimpos, ou político, a exemplo do evento rodoviário e dos projetos de colonização e dos defensivos como os pelotões militares de fronteira” (SILVA, 2007, p. 80). Assim sendo, surge o interesse em investigar o surgimento das cidades roraimense.

E neste aspecto, as primeiras linhas de penetração para o Estado de Roraima se deram por via fluvial, e por este meio de circulação está à origem das possíveis cidades de Roraima, mais tarde o evento rodoviário vem reeditar nova dinâmica nas vias de penetração cortando o estado de norte a sul, em parte de leste a oeste (SILVA, 2007).

De acordo com Silva (2007), o princípio de ocupação de Roraima desde o século XVII, perpassa por diferentes determinantes advindos pela pecuária, pelo garimpo, a criação do território federal, os esforços de colonização dirigida implantados pelo governo federal nos planos de integrar a região ao restante do país, além dos pelotões de fronteira.

Sobre o período de ocupação de Roraima entre os séculos XVII a XVIII, Silva (2007, p. 83) identifica o mesmo como “célula-mater do urbano em Roraima”. Neste contexto buscam-se as principais características neste intervalo que propiciaram o nascimento do urbano em Roraima.

Tornam-se necessário periodizar os principais acontecimentos desse período, sendo que, a periodização nesta pesquisa não possui por objetivo a classificação da rede urbana de Roraima, e, sim contribuir como os principais eventos e determinantes do período em foco são de suma importância para compreender a constituição do urbano nesta parte da Amazônia setentrional, especificamente o urbano em Rorainópolis.

A conquista e o povoamento das terras do rio Branco possuíam algumas características que dificultava a penetração humana nessa parte da Amazônia, de acordo com Barros (1995, p. 45) “[...] a sua posição excêntrica em relação aos sistemas de fluxos que prevaleceram no Brasil, pois este território esteve sempre no limite da penetração na ampla bacia Amazônica”, por sua vez, na análise de Silveira e Gatti (1988, p. 48), outro fator que dificultou a “ocupação do Território foi à inexistência de outra via de transporte que não a fluvial, uma vez que, sofria limitações durante a vazante que ocorre no ‘verão’, nos meses de outubro a abril.”

O rio Branco entre maio e setembro, período de chuvas em Roraima, é francamente navegável até Caracaráí, enquanto no período de estiagem a navegação só é acessível a pequenas embarcações. Contudo, no trecho compreendido entre Caracaráí e Boa Vista, mesmo no período chuvoso, é difícil navegar devido à presença das cachoeiras de Bem-Querer e de Cojubin, agravando-se na estiagem com o surgimento de bancos de areias (SILVA, 2007).

Ainda conforme Silva (2007, p. 84) “as terras do rio Branco representavam a parte terminal da linha de penetração portuguesa no decorrer dos séculos XVII e XVIII, com exceção de algumas expedições que se interiorizavam”. Para o referido autor as primeiras

expedições para essa parte da Amazônia se deram pelo leito do rio Branco em meados do século XVII com o intuito de usar o indígena como força de trabalho na coleta das drogas do sertão e a primeira forma de ocupação ordenada se deu a partir dos jesuítas, religiosos da Ordem de Santo Inácio de Loyola que fundaram em 1657, uma aldeia Nossa Senhora da Conceição, na bacia do rio Branco. Por volta de 1725 a Ordem dos Carmelitas com a tarefa de catequizar os silvícolas fundaram a povoação de Santa Maria para dar início a sua obra.

Por meio da capitania de São José do Rio Negro fundada em 1755 (atual Estado do Amazonas) começaram a penetração e posse efetiva na bacia do rio Branco, essa era a estratégia de Portugal para dominação da região e proteger a capital da Capitania, Barcelos, dos possíveis invasores oriundos das atuais Guianas e Venezuela.

Na ocupação na área da região do rio Branco na tentativa de evitar as sucessivas invasões por parte dos ingleses, holandeses e espanhóis, ocorreram vários embates entre Portugal e os colonizadores. Uma das estratégias dos portugueses para evitar que não lusitano de se apossarem desta região foi fortificar a áreas. Para Silva (2007, p. 86):

[...] O Forte de São Joaquim significava uma espécie de fronteira, implantada para a proteção de Barcelos, capital da Capitania de São José do Rio Negro, atual estado do Amazonas, o que possivelmente explique a ocupação desse espaço roraimense pelos portugueses, que passou a figurar como parte da referida capitania.

A construção de uma fortaleza teria por objetivo proteger essa área, o que desencadeou a construção do forte de São Joaquim entre 1775 e 1778, marco administrativo e militar português na região. Esse período marca a expulsão dos religiosos e a entrega dos aldeamentos indígenas aos militares do forte.

Fixado na necessidade de ocupação e domínio da região, a fortificação e povoamento das terras conquistadas, representavam em prioridade para resguardar suas bases territoriais. A construção do forte proporcionou a ocupação efetiva por meio do povoamento e aldeamento indígena nas proximidades do forte, assim surgiram às primeiras povoações dentre elas São Felipe, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria e São Martinho a maioria desses núcleos populacionais eram constituídos de indígenas e localizados em locais estratégicos.

Analisando a construção do Forte de São Joaquim nesses limites aponta-se que “a partir desse momento da história, foi possível considerar o início de uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora nessa região (BARBOSA, 1993, p. 125). Para Silva (2007, p. 89) este observa-se a construção do Forte como “[...] um marco na história de

ocupação de Roraima e antecipamos que esse proporcionou o início da ocupação ordenada desse espaço, quando a partir dele se fundou aldeamentos e fazendas, nacionais e particulares”.

Muitos dos núcleos existentes, desapareceram ainda no século XVIII, uma vez que, a maioria desses núcleos eram constituídos por indígenas, devido às péssimas condições de vida que lhes eram impostas, trabalho em regime de escravidão, imposições severas dos coloniais. Esses tratamentos que fizeram com que os índios aldeados se rebelassem abandonando e destruindo os aldeamentos existentes, com exceção de Nossa Senhora do Carmo¹¹.

Esse primeiro levante dos índios representou apenas o início de outras revoltas que ocorreram nesse espaço amazônico. Época em que se planejava ocupar e povoar através de aldeamentos indígenas. Em uma das revoltas acometidas pelos indígenas, houve um violento combate às margens do rio Branco, local que ficou conhecido como o lugar de “praia do sangue”, onde os militares suprimiram uma tribo indígena (SILVA, 2007; BARBOSA; 1993).

Depois da construção do forte e aldeamentos, no processo de ocupação do espaço roraimense tem destaque a produção da pecuária. Época que foram instaladas as fazendas reais de São Bento, São José e nacional de São Marcos, ambas próximas ao forte de São Joaquim. Acontecimentos que marcam o processo de ocupação da bacia do rio Branco no final do século XVIII. Com a introdução do gado nos campos próximo ao forte, que tinha por objetivo ocupar a região efetivamente através da “pata do boi¹²” abastecer a capitania de São José do Rio Negro, além de evitar invasões coordenadas por estrangeiros.

Sobre a introdução do gado no espaço roraimense, existem diferentes versões como se observa:

[...] há indícios de que [...] Lobo D’Almada teve a primazia de ter introduzido o rebanho bovino nos campos do rio Branco, com espécies trazidas da Ilha de Marajó em sua expedição datada de 1787.

Como também há suposições de que foi ele, Lobo D’Almada, quem fundou as fazendas nacionais com o rebanho comercializado ou resgatado dos espanhóis que haviam fugido, quando os portugueses os expulsaram em 1775. Da mesma forma, relata-se que o gado trazido de Tefé, Amazonas, foi usado para fundar a primeira fazenda denominada São Bento, fundada no ano de 1789, praticando a atividade pecuária num processo em que ocorreu expansão e ocupação. Em 1794, foi criada a segunda fazenda, denominada São José e, em 1799, fundado a terceira fazenda chamada de São Marcos (SILVA, 2007, p. 94).

¹¹ Posteriormente, na área desse aldeamento se instalaram a Fazenda Boa Vista em 1830 e a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1858 (SILVA, 2007, p. 92).

¹² Forma de ocupação a partir da introdução do gado bovino nesse espaço (SILVA, 2007, p. 95).

As fazendas nacionais tiveram seu tempo áureo, mas entraram em decadência como é o caso da fazenda São José, que foi anexada a fazenda São Marcos¹³, que tinha sua povoação sede do forte de São Joaquim. Na mesma proporção foram criadas fazendas particulares por militares do forte e por imigrantes que se deslocavam de outras regiões do norte e nordeste, entre elas, a fazenda Boa Vista fundada em 1830, as margens do rio Branco (SILVA, 2007).

A ação geopolítica portuguesa de instalação das fazendas era uma forma de assegurar a posse desta região através da atividade pecuária e tinha como forma abastecer de carne bovina as áreas do rio Negro e Amazonas. Essa prática mercantilista fez com que se multiplicassem as fazendas particulares no decorrer só século XIX.

Como atesta Silva (2007) no ano de 1886, já se contavam oitenta fazendas particulares, tendo alterado esse número no ano de 1906 para 142, com um rebanho bovino estimado em 2.000 cabeças de gado.

A criação de núcleos populacionais que abrigassem tal rebanho poderia estimular e propiciar um real e mais abrangente povoamento desta região. Assim sendo pode-se afirmar que a inserção do rebanho bovino nas terras que hoje é o estado roraimense serviu “como forma de estímulo a fixação humana” (BARBOSA, 1993, p. 128).

Com a introdução do gado como estímulo a fixação humana na bacia do rio Branco, várias fazendas foram criadas tal como a sede da [...] fazenda Boa Vista, fundada no ano de 1830, às margens do rio Branco, que deu origem à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, que originou a atual Boa Vista (SILVA, 2007, p. 96). A partir desse determinante, entre outros começa a florescer o urbano no espaço roraimense.

3.5.1 Determinantes para a Genealogia do Urbano na Amazônia Setentrional

O Estado de Roraima atualmente é constituído por 15 municípios (Figura 3), e cada município possui uma característica peculiar em sua genealogia, ou o arranjo de mais de uma característica, e no espaço roraimense o migrante aparece com um dos principais sujeitos responsável pela genealogia e dinâmica urbana desses municípios.

¹³ Segundo Silva (2007) em 1915 as fazendas passaram a administração do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, sendo que a fazenda de São Marcos é a única existente até hoje, sendo a reserva indígena São Marcos, demarcada e homologada em Roraima.

Figura 3 - Mapa da divisão de Roraima em municípios.



Fonte: Oliveira (2006).

A introdução da pecuária na bacia do Rio Branco pelos portugueses além de outros fatores citados anteriormente da época foi determinante para o surgimento de cidades em Roraima dentre essas cidades que atribui seu nascimento a introdução da pecuária estão, Boa Vista, Caracará e Bonfim.

Outro fator de suma importância que esteve diretamente ligado como um determinante do urbano em território roraimense foram os garimpos, dentro desse contexto Barros (1995, p. 55) afirma que “os primeiros e ainda reduzidos sinais de garimpagem de ouro e diamantes em Roraima datam de 1917”. Esta atividade que ganhou importância com a crise da borracha que iniciou em 1920 na Amazônia, e consequentemente com a perda da

importância da pecuária no rio Branco. Diante destes acontecimentos a mineração se torna a principal atividade econômica de Roraima (SILVA, 2007).

A descoberta de minas de ouro e diamantes no norte de Roraima fomentou a chegada de garimpeiros de toda a região amazônica (BARBOSA, 1994). Alguns grupos, que se ocupavam da coleta da borracha, passaram a se dedicarem à atividade garimpeira, atraídos pela possibilidade de mineração de ouro e de diamante, na região montanhosa da fronteira entre o Brasil e a Guiana.

Diante das circunstâncias diversos grupos começaram a se deslocar para as áreas de mineração, se organizando em aglomerados que originaram centros urbanos em Roraima. A mineração é definida por Silva (2007, p 110) como “[...] a terceira economia da área, que surge após a pecuária e a coleta no baixo rio Branco”.

De acordo com Rodrigues (1996, p. 16), constatamos que a história da atividade garimpeira nas terras roraimenses pode ser dividida em três períodos. O primeiro considera as ocorrências iniciais; o segundo período aponta as transformações tecnológicas e sociais; e o terceiro, o auge do eldorado.

No primeiro período o intervalo de tempo considerado da descoberta das primeiras minas em 1912, próximas da fronteira com a então Guiana Inglesa, na localidade do rio Urucá, divisor dos rios Maú e Cotingo, se estendendo até 1965, quando do declínio da produção nesse período (RODRIGUES, 1996). Os grupos que se deslocavam para a exploração da mineração na região a norte de Boa Vista começaram a formar pequenos aglomerados populacionais que serviram de embrião para futuras cidades em Roraima.

O segundo período para Rodrigues (1996), se estende de 1966 ao ano de 1979, com um intervalo, de apenas treze anos, período marcado pelas transformações tecnológicas e consequentemente alterações sociais na garimpagem. As áreas geográficas da atividade de mineração permanecem as mesmas do período anterior. O diamante, o ouro era extraído com equipamentos modernos que comprova o início da mecanização dessa atividade, provocando, assim novas alterações nas relações de trabalho onde a divisão do produto passa a ter outra proporção.

O terceiro período é considerado a era dourado de Roraima. Teve início na década de 1980, uma vez que, o ouro assume a dianteira da produção mineral, acarretando mudanças sociais, políticas e econômicas no Estado. Todavia a partir de 1990 ocorre intervenção da exploração aurífera em Roraima pelo governo federal, e com isso a decadência dessa atividade proporcionou a queda do preço do ouro e o aumento dos custos da produção (Rodrigues, 1996). As atividades desenvolvidas para exploração de ouro e diamante no rio

Contigo e igarapés afluentes, fez nascer a vila do Caju e a vila de Uiramutã (RODRIGUES, 1997).

Ainda no que diz respeito à atividade garimpeira, segundo Barros (1995), é na década de 1930 que a mineração se amplia, basicamente a partir de 1936. Já para Silva (2007) o período do auge da mineração ocorre entre 1941 e 1943, com o intenso processo de deslocamento de migrantes originários de várias regiões do Brasil.

Assim sendo assevera Silva (2007, p. 111):

“[...] a atividade garimpeira não significava povoamento definitivo. Eram áreas remotas onde principalmente homens se assentavam em acampamentos, que eram abandonados após o declínio da atividade”.

Dos vários núcleos rústicos criados em termo do garimpo entre os anos de 1930 e 1950, muitos desapareceram, outros restaram como resíduos.

O abandono de muitos dos núcleos formado na época dos garimpos se deu principalmente em virtude do declínio da mineração nos anos de 1960 (BARROS, 1995). E os núcleos que resistiram ao período de crise do garimpo, e se tornaram cidades, como o caso de Normandia, Uiramutã e Amajari.

Acompanhando os principais determinantes para a genealogia e dinâmica do urbano em Roraima, observamos que, baseado no princípio de segurança nacional, defesas das fronteiras, e ocupação do território o governo Getúlio Vargas, na década de 1940, tornou-se medidas para articular as áreas de fronteira da Amazônia entre elas a criação dos territórios federais do Amapá, do Guaporé, hoje Rondônia e do Rio Branco em 1943.

A ocupação nessas áreas da Amazônia mostrava-se necessária dentro da visão geopolítica de segurança nacional adotada por Vargas, uma vez que possuía uma escassez populacional, sendo que os núcleos populacionais que existiam tinham acanhadas populações, que segundo dados do censo do IBGE de 1940 mostravam que o atual Estado de Roraima detinha uma população de apenas 10.509 habitantes. Neste contexto ficava evidente segundo o governo da época a fragilidade da região.

Segundo (SILVA, 2007), esses territórios foram criados, em parte pela necessidade de se povoar as fronteiras, em especial onde o Brasil teve problemas de demarcação de limites com a França, Inglaterra e também com a Bolívia.

O interesse do Estado nacional na região da bacia do rio Branco que corresponde atualmente o Estado de Roraima, a partir do início da década de 1940, foi intenso, visto que para o mesmo a ocupação da região significaria a segurança nacional. Contudo, “Isso não

pode ser justificado apenas pelas questões sociais e econômicas ou geopolíticas, mas por uma conjugação de todas elas” (LIMA, 2011, p. 43).

A localização geográfica de Roraima, a instabilidade política internacional do período o fato de a região fazer fronteira com a Venezuela e Guiana Inglesa e está muito próxima de outros países, ajudou o Estado a justificar suas ações no período (LIMA, 2011).

Recém-instalado o Território Federal do Rio Branco, o governo territorial deu início aos trabalhos de infraestrutura, realizando obras no setor de saúde, no abastecimento de água e construindo diversas estradas, entre elas o princípio da BR-174, de grande importância regional” (SILVA, 2007).

Neste contexto, as políticas patrocinadas pelo governo federal foram importantes para o aumento demográfico de Roraima no período correspondido entre os anos de 1940 a 1950, visto pelo censo do IBGE de 1950 que somou 18.116 habitantes contra 10.509 no censo de 1940.

Durante a primeira década da criação do Território Federal do Rio Branco foi verificado um crescimento populacional. As demandas por alimento aumentaram junto com o crescimento da população, com isso implementa-se os incentivos para o cultivo de produtos agrícolas com o objetivo, de abastecer o mercado interno com esses produtos. E a iniciativa do Governo do Território foi fundar colônias agrícolas e neste período foram criadas as colônias agrícolas de Fernando Costa, Brás de Aguiar e Coronel Mota.

Segundo Barros (1995, p. 61):

É razoável se supor que essa decisão política-administrativa de criar colônias agrícolas em Roraima, tomada em 1944, faz parte do conjunto de atitudes geopolíticas do “estado novo¹⁴”, em relação às fronteiras, visando povoá-las no momento em que estas passaram para direta gestão federal, posto que os territórios são criados em 1943.

De acordo com Barbosa (1993, p. 139) “Este ato teve o intuito de suprir em alimentos e baratear o custo de vida em Boa Vista, que abrigava o centro administrativo do território e seria o ponto de referência para os novos colonos que chegariam.” O povoamento dessas colônias foi feito por famílias em maioria nordestinas (LIMA, 2011), assim essas políticas implementadas foram responsáveis pelo surgimento de novos centros urbanos em Roraima.

¹⁴ O Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937, vigorou no período de 1937 a 1945, instituído por um golpe de estado ocorrido em 10 de novembro de 1937.

As colônias agrícolas criadas no período em questão foram as de Fernando Costa, que deu lugar ao núcleo urbano de Mucajaí, a de Brás de Aguiar, atual núcleo urbano de Cantá, e por sua vez a de Coronel Mota, que determinou o surgimento do núcleo urbano de Alto Alegre.

Outro fator que está diretamente ligado ao surgimento do urbano nesta parte da Amazônia setentrional diz respeito, a implantação dos grandes projetos rodoviários na Amazônia, acompanhado com o mesmo, a política de colonização o que provocou mudanças significativas em Roraima. Como a Amazônia se tratava de uma região carente em transporte rodoviário, energia e comunicação, neste contexto o governo federal tomou algumas medidas para interligar a Amazônia ao restante do país.

Para resolver o problema de isolamento da Amazônia o governo lançou o PIN (Programa de Integração Nacional), em 1970 que tinha por objetivo estender as rodovias e implantar projetos de colonização na Amazônia. No mesmo ano foi criado o INCRA, responsável pela política de colonização na região. No II PDA, que corresponde ao período de inauguração das rodovias BR-174 e BR- 210 em Roraima.

A efetivação desta política no Território Federal de Roraima se deu com a criação do POLORORAIMA em 1975, implementada dentro do Programa de Polos da Amazônia. O primeiro período do POLORORAIMA, que corresponde aos de 1975 a 1979, entre os gastos do programa estava previsto a conclusão da BR-174 e parte da BR-210, para a efetiva ocupação física e territorial da região.

Para Oliveira (2003, p. 188) nas décadas de 1960 e 1970,

O Território Federal de Roraima viveu a euforia das novas imigrações, atraídas pelas obras do governo local em parceria com o federal na renovação de infraestruturas e construção de rodovias federais e estaduais, dos novos núcleos de assentamentos, das construções militares (unidades administrativas e vilas) e civis (unidades residenciais).

No decorrer da década de 1970, a rodovia BR-174 começou a ser aberta pelo exército que enfrentou sérios problemas com os índios que habitavam a área de floresta no sul do Estado, a exemplos dos Os waimiri-Atroari, grupo indígena predominante naquela região, durante a construção os indígenas surpreendidos atacavam as máquinas à noite, com o objetivo de proteger seu território dos invasores, tendo ocorrido diversos conflitos entre eles e o exército, que provocou muitas mortes, principalmente de indígenas,

Na afirmação de Silva (2007, p. 127):

Em 1976, a BR-174 é entregue ao tráfego e em 1975 a BR-210 alcança a vila de Caroebe, localizada próxima à divisa com o Estado do Pará no sudeste de Roraima. Na realidade, isso se deu efetivamente em 07 de abril de 1977, inaugurada pelo Presidente da República Ernesto Geisel, de maneira que se mostrava como apenas um rasgo no meio da floresta sem asfalto e quase impossível de ser percorrida.

A rodovia BR-174, interliga a cidade de Manaus a Pacaraima, corta o Estado de Roraima de Norte a Sul, só conseguiu a pavimentação asfáltica e substituição das pontes de madeira a partir da década de 1990, neste contexto, as rodovias BR-174 e 210 efetivamente romperam o isolamento do Estado de Roraima, além de promover grandes fluxos populacionais imigrantes para essa região até então com uma população escassa.

Algumas políticas foram implementadas pelos governos tanto Federal como locais entre os anos de 1975 e 1979, como por exemplo, a ocupação humana ao longo dos eixos rodoviários com a instalação de núcleos habitacionais para a prestação de serviços e apoio a população de colonos (SILVA, 2007).

Antes da conclusão da BR-174, algumas iniciativas já haviam sido tomadas em nível regional, visando à interligação rodoviária e a ocupação humana na região, assim sendo a primeira iniciativa de abertura da estrada que interligava a cidade de Boa Vista a Manaus foi realizado pelos beneditinos na década de 1930, a partir da concessão a Companhia Industrial do Rio Branco, pertencente ao Mosteiro de São Bento (BARROS, 1995). Convém analisar que na época esse empreendimento resultou na criação de um pequeno trecho entre Boa Vista e Mucajaí, mas, pela falta de manutenção, rapidamente passou a condição de intrafegável (GUERRA, 1957).

A partir da criação do Território Federal em 1943, houve outras tentativas de reiniciar a rodovia, todavia sem sucesso, e neste sentido, segundo Silva (2007) a proposta efetiva de construção da rodovia BR-17, antecessora da BR-174, a partir do eixo existente, se deu em 1950, com o plano rodoviário nacional. Essa ligaria Manaus a Boa Vista com um percurso de mais de mil quilômetros, da mesma forma, se planejou a construção da ligação entre Boa Vista e a Guiana através da então BR-71 que se efetivou em 1972.

Acompanhado da construção das BRs 174 e 210, o Governo Federal iniciou projetos de assentamentos humanos ao longo das estradas, regido pelo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, principalmente entre o final dos anos 1970 e início dos anos de 1980. A base desses assentamentos no Território foram os projetos de assentamentos rápidos – PAR, Alto Alegre, Apiaú e Baraúna, próximos a capital de Boa Vista e, no sudeste, projetos de assentamentos dirigidos PAD Anauá, Jatapu e Equador, o PAR Jauaperi.

A partir desses núcleos, várias vilas agrícolas foram se formando, tais que São João da Baliza, São Luiz e Rorainópolis (Vila do Incra), as chamadas cidades pioneiras (BARBOSA,1993). Observa-se, a partir dessa segunda fase de colonização, uma mudança nos produtos cultivados, centrados principalmente na exploração madeireira e na formação de pastos para a pecuária (MAGALHÃES, 2008).

Os programas de assentamentos agrícolas e o evento rodoviário, como verificados nas características acima supracitadas, deram origem as vilas agrícolas embriões para formação de futuras cidades em Roraima, a saber: Iracema, São João da Baliza, São Luiz, Caroebe e Rorainópolis.

Ainda na busca de compreender a genealogia do urbano em Roraima, observamos que, a política de ocupação da Amazônia promovida pelo governo brasileiro teve no evento rodoviário o alicerce de integração do Amazônia ao restante do país, assim sendo a maioria das políticas de ocupação se deram no período dos governos militares, desse modo muitos pelotões foram instalados na fronteira do Brasil com outros países, inclusive com a Venezuela.

Assim sendo, a formação de núcleos urbanos tendo como determinante a instalação de pelotões de fronteiras é analisada por Silva (2007, p. 134).

No trajeto entre Boa Vista e Pacaraima, ao longo da BR-174, um dos aspectos que chama a atenção é a ausência de aglomerados urbanos num percurso de 215 km de distância. Existem quatro precários “paradouros”, onde se comercializam alguns tipos de lanches e bebidas para os viajantes que por ali trafegam, além de um posto de gasolina com uma lanchonete, assim como algumas “malocas” indígenas, inclusive a sede da atual reserva indígena São Marcos.

Ainda sobre a organização de um pequeno aglomerado na fronteira do Brasil com a Venezuela, os pesquisadores Silveira e Gatti (1988, p. 50) relatam que ao “[...] norte da fazenda São Marcos, há relatos da existência de um pequeno povoado instalado, com algumas dependências de um Batalhão de Fronteiras, denominado de Vila de BV-08¹⁵”.

Havia, portanto uma ausência de um aglomerado urbano na região do marco de fronteira entre Brasil e Venezuela de número oito até os anos setenta do século XX, que de acordo com as políticas exercidas pelos militares a segurança do Brasil, dependia da ocupação das faixas de fronteiras, e assim formação de núcleos urbanos nestes locais estavam incluídas na política de proteção da região amazônica. Imbuídos nesses objetivos o pequeno núcleo na fronteira Brasil-Venezuela, deu lugar a cidade de Pacaraima.

¹⁵ Sigla se refere ao marco de fronteira entre Brasil e Venezuela de número 8.

E, neste aspecto, assentados nas características abordadas, as mesmas foram determinantes para o nascimento do urbano em Roraima, partindo desse pressuposto, abordaremos os principais fatores responsáveis para a genealogia das cidades roraimense (Figura 4) e suas dinâmicas.

Figura 4 - Quadro da genealogia dos Municípios de Roraima

Cidades	Gênese e determinantes
Boa Vista	Criação do município e cidade: instalado em 1890. Sede de uma fazenda à margem direita do rio Branco, com o nome de Fazenda de Boa Vista aproximadamente, 32 km do Forte São Joaquim. Em 1841, o povoado de São Joaquim foi transferido para a vila de Boa Vista. Devido aos conflitos indígenas no século XVIII o aldeamento de Nossa Senhora do Carmo foi o único a sobreviver, e onde se estabeleceu esse aldeamento foi o local escolhido para ser sede da fazenda Boa Vista, na margem ocidental do Rio Branco. A freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco foi transformada no município de Boa Vista do Rio Branco, sendo a freguesia elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, passando por vila e constituindo-se em cidade.
Caracaraí	Criação do município e cidade: Lei Nº 2.495 de 1955. Surgido no final do século XIX e início do século XX, em consequência do pioneirismo pecuário espontâneo, este lugar foi outrora um simples campo destinado ao embarque de gado em trânsito de Boa Vista para Manaus e de transporte fluvial entre as referidas cidades. O distrito sede desse povoado teve suas primeiras residências erguidas no ano de 1900, pelos vaqueiros empregados do Coronel Bento Ferreira Marques Brasil, então proprietário daquelas terras.
Bonfim	Criação do município e cidade: Lei Federal n. 7.009 de 1982. Surgidos no final do século XIX e início do século XX, em consequências do pioneirismo pecuário espontâneo e do garimpo. O baiano Manoel Luiz da Silva que nomeou essa localidade em homenagem ao padroeiro de sua terra, o Estado da Bahia, Nosso Senhor do Bonfim. A consolidação do núcleo urbano de Bonfim se deu com a implantação do segundo Batalhão Especial de Fronteira (2º BEF), que beneficiou a então vila com inúmeras obras, tais como pista de pouso, quartel do pelotão e a vila militar.
Uiramutã	Criação do município e cidade: Lei Estadual Nº. 98 de 1995. Surgido na década de 1910, em virtude da atividade garimpeiras que fez nascer a vila do Caju e a vila de Uiramutã. Este lugar está diretamente ligado ao desbravador Severino Pereira da Silva proveniente do Estado da Paraíba que encontrou ouro e diamantes. Dedicou-se a atividade da mineração e fundou a vila do Socó, pequena corrutela que permanece até hoje como uma pequena vila. Em 1911, Severino Pereira da Silva se estabeleceu em um lugar que denominou de Uiramutã.
Normandia	Criação do município e cidade. Lei Federal n. 7.009 de 1982. Nascidos na década de 1930, em consequência da atividade garimpeira e localizada na fronteira com a República Cooperativista da Guiana. Normandia foi fundada por um refugiado francês, chamado Maurice Habert, o Papillon, fugitivo do Presídio Ilha do Diabo, localizado na Guiana Francesa, ele e seu grupo se estabeleceram em um local que foi por eles denominado de Normandia, em homenagem a região de origem do fugitivo. A presença de inúmeros garimpeiros no local fez com que Maurice Habert organizasse o pequeno povoado para assentar esses novos habitantes dando novas feições ao povoado.
Amajari	Criação do município e cidade: Lei Estadual Nº. 097 de 1995. Em 1975, num entroncamento de uma estrada que levava as fazendas da região às margens do rio Amajari, estabeleceu-se um pequeno comércio e, em seguida uma igreja e uma escola, além de um bar de propriedade do senhor Brasil, originando a Vila Brasil, e um intenso movimento garimpeiro nesta região deu nova dinâmica ao local que se tornou sede do município de Amajari.

Continuação: Figura 4 - Quadro da genealogia dos Municípios de Roraima

Mucajaí	Criação do município e cidade: Lei Federal n. 7.009 de 1982. Criado em 1951, conhecido como colônia agrícola Fernando Costa, esse núcleo teve impulso a partir 1970, servindo de base para a instalação de uma unidade do 6º Batalhão de Engenharia e Construção nas margens do rio Mucajaí, para construir a BR-174. Na época, já havia um pequeno núcleo comercial e de repouso. Durante a construção da ponte sobre o rio, foram criadas moradias para as famílias dos operários, próximo ao acampamento militar, florescendo no local núcleo urbano de Mucajaí.
Cantá	Criação do município e cidade: Lei Estadual Nº. 099 de 1995. Em 1951 foi instalada a colônia agrícola de Braz de Aguiar e em 1953, essa colônia, já contava com 58 famílias que se dispersavam dentro da floresta. Na base de instalação da colônia de Brás de Aguiar surge um pequeno aglomerado urbano a Boa Vista 32 km, que foi posteriormente denominado de Cantá.
Alto Alegre	Criação do município e cidade: Lei Federal n. 7.009 de 1982. Originado a partir de 1944, em consequência da implantação de um projeto de assentamento agrícola no território federal do Rio Branco. No ano de 1955, foi fundada colônia a Coronel Mota na região do Taiano, e com apoio do Governo brasileiro e com ajuda do Japão em 1956 foram instaladas onze famílias japonesas, além de famílias provenientes do nordeste brasileiro. A partir da colônia do Taiano, novos aglomerados foram se formando, e no processo de interiorização no ano de 1968, maranhense Pedro da Costa Viana, instalou-se nas terras que se transformaria na sede do atual município de Alto Alegre.
Iracema	Criação do município e cidade: Lei estadual Nº. 82 de 1994. No intento de 1972, o imigrante Militão Pereira Costa acompanhado de sua esposa Iracema Aguiar Pereira, maranhenses compraram um lote agrícola na região as rodovia BR-174, e iniciou a formação de um aglomerado que passaria a ser chamado de Vila Nova. Doou parte da terra para os parentes que chegavam da terra natal. E a antiga Vila Nova se torna sede do município em homenagem a Iracema Aguiar Pereira esposa de Militão Pereira Costa precursores do município.
São Luiz e São João da Baliza	Criação dos municípios e cidades: Lei Federal N. 7.009 de 1982. Na década de 1970 se deu o início da ocupação onde hoje se localizam os municípios de São João da Baliza e São Luiz. Essa ocupação pioneira se deu pela estrada recém-aberta rodovia BR-210, e a partir dessa ocupação espontânea, esses aglomerados populacionais nasceram com ofertadores de serviços a viajantes, aos numerosos migrantes que chegavam a partir de 1970, fazendo surgir então às futuras cidades de São Luiz, São João da Baliza.
Caroebe	Criação do município e cidade: Lei Estadual Nº. 82 de 1994. Núcleo urbano, que surgiu com as pequenas vilas denominadas Entre Rios e Jatapu, que apareceram com a construção da BR- 210 (Perimetral Norte) na década de 1970. Formando assim a terceira cidade ao longo da Perimetral Norte.
Pacaraima	Criação do município e cidade: Lei Estadual Nº. 096 de 1995. A sede desse município originou-se de uma vila denominada BV-08 (Marco de Fronteira Brasil Venezuela de número 08), habitada principalmente por militares e seus familiares que ali se instalavam dentro da política de ocupação da fronteira. Hoje Pacaraima é a porta de entrada pelo extremo norte do Brasil pela BR 174 (Pacaraima / Boa Vista/Manaus).
Rorainópolis	Criação do município e cidade: Lei Estadual Nº. 100 de 1995. Em 1979 o INCRA criou o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, que estimulou o surgimento de um pequeno aglomerado que passa a se chamar Vila do Incra, pois havia uma base do instituto nesse lugar as margens da rodovia BR-174, que foi crescendo e mais tarde se transformou na cidade de Rorainópolis, para onde um intenso fluxo migratório ocorre no final da década de 1990, estabelecendo-se como uma das quinze cidades do estado.

Fonte: Silva (2007); Barros (1995), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Assim sendo, as cidades foram surgindo, movidos pela migração induzida ou espontânea, e desta forma as mesmas foram crescendo demograficamente, junto com Estado de Roraima (Tabela 3). Contudo, apesar da população de Roraima na maioria ser urbana, haja vista essa urbanização não é uniforme entres os municípios.

Tabela 3 - Crescimento populacional e urbanização dos municípios em Roraima

Município	Censo de 1980		Censo de 1991		Censo de 2000		Censo de 2010	
	Total	Urbana %	Total	Urbana %	Total	Urbana %	Total	Urbana %
Boa Vista	51.552	-	122.600	98,00	200.568	98,27	284.313	97,00
Caracarái	4.990	-	8.773	58,57	14.286	57,65	18.398	59,00
Bonfim	4.524	-	5.436	22,46	9.326	32,17	10.943	33,00
Uiramutã	-	-	12.612	1,99	5.802	9,05	8.375	13,58
Normandia	7.713	-	5.223	21,94	6.138	24,44	8.940	25,85
Amajari	-	-	10.903	2,74	5.294	15,09	9.327	13,06
Mucajaí	3.163	-	11.278	46,3	11.247	62,5	14.792	60,40
Cantá	-	-	4.042	10,58	8.571	13,48	13.902	16,23
Alto Alegre	3.475	-	11.211	29,93	17.907	29,01	16.448	29,06
Iracema	-	-	2.163	62,69	4.781	67,52	8.696	46,84
São Luiz	2.101	-	3.778	60,03	5.311	64,90	6.750	66,00
Caroebe	-	-	3.647	24,4	5.692	34,73	8.114	40,96
São João da Baliza	1.531	-	6.328	36,48	5.091	76,25	6.769	70,16
Pacaraima	-	-	4.099	30,95	6.990	39,48	10.433	43,26
Rorainópolis	-	-	5.946	26,51	17.393	41,30	24.279	43,95
Roraima	79.159	61,6	217.583	67,46	324.397	76,15	450.479	76,55

Fonte: IBGE, (2010).

Podemos visualizar na tabela 3 acima, que os únicos municípios de Roraima que possuem população urbana superior a rural são Boa Vista com 97%, São João da Baliza com 70,16, São Luiz possui 66%, Mucajaí com 60,40%, e Caracaraí com 59%. Os demais municípios a população rural é superior a urbana, mostrando de certa forma uma disparidade com relação aos demais municípios a exemplo de Uiramutã e Amajari que só possuem 13% de sua população vivendo nas cidades.

Os dados da tabela 3 também nos revela que o processo de transição urbana em Roraima de acordo com o Censo do IBGE de 2010 só aconteceu em seis municípios de Roraima, ou seja, apenas seis cidades do Estado possui a maioria de sua população vivendo nas cidades. Alguns municípios com grande população rural revelam que, a constituição de sua população é composta por indígenas, sendo grandes partes desses vivem em suas comunidades.

Diante todas as transformações no Estado de Roraima as cidades foram surgindo e o novo mapa de Roraima, ficou configurado com os seus atuais 15 municípios.

4 RORAINÓPOLIS: A EMERGÊNCIA DE UMA CIDADE NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

A cidade de Rorainópolis, cidade que brotou em meio à floresta, teve os migrantes como sujeito de sua genealogia e também de sua dinâmica urbana, pessoas que vieram de todas as partes do Brasil e mais especialmente, aquelas que vieram do Nordeste e que foram tão bem retratadas na música de Eliakim Rufino (2009):

Eu tenho um pé no Ceará
O meu avô era de lá
Eu tenho um pé no Maranhão
Eu tenho mais eu tenho a mão
Eu tenho um pé no Piauí
Rio grande do norte passa por aqui
Eu tenho um pé em Pernambuco
Tenho uma perna no sertão
Eu tenho um braço na Bahia
Uma costela em Alagoas
Na Paraíba o coração
Quem é filho do norte
É neto do nordeste....

A cidade de Rorainópolis localiza-se as margens da rodovia BR-174, sua população atualmente é de 10.273 habitantes (IBGE, 2010). Localizada no Estado de Roraima na região norte do Brasil, de acordo com a divisão do IBGE, a mesma fica na macrorregião sul e na microrregião sudeste do Estado, já de acordo a regionalização realizada pelo pesquisador Pedro Pinchas Geiger, que classifica os Estados brasileiros em regiões geoeconômicas insere-se na Amazônia, em sua porção setentrional do país, juntamente com as cidades de São Luiz, São João da Baliza e Caroebe. O seu surgimento está diretamente relacionada às ações geopolíticas e geoestratégias do governo central na política de interiorização do Brasil, que, por sua vez, teve início com o governo Getúlio Vargas (1930 -1946 e 1951 - 1954), que tinha por objetivo ocupar as áreas despovoadas visando o interesse econômico aliado ao apoio do capital e no discurso geopolítico de defesa do território.

Uma das medidas adotadas por Vargas para a ocupação humana e territorial na Amazônia foi a instalação das colônias agrícolas dirigidas. Em Roraima foram instaladas as colônias agrícolas de Fernando Costa, Brás de Aguiar e Coronel Mota; porém, as medidas não tiveram o efeito esperado no crescimento demográfico da região devido à falta de infraestrutura de transporte e comunicações, além das precárias condições de vida a que foram submetidos os colonos (SOUZA, 2001).

Nesta conjuntura, a partir da década de 1960, as ações geopolíticas de ocupação da Amazônia foram retomadas pelos governos militares, neste período, conforme (SANTOS, 2006) os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, graças à extrema intencionalidade de sua produção e localização, assim o mesmo daria mais fluidez a este espaço permitindo que os fatores de produção, trabalho, mercadorias e o capital passe a apresentar uma grande mobilidade.

A intervenção do Estado brasileiro no espaço amazônico pode ser explicada a partir do conjunto indissociáveis dos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006). Neste contexto, o sistema de objetos refere-se às formas, naturais (a floresta) ou artificiais (rodovias, projetos de assentamentos, entre outros), que são apropriados ou criados com finalidades técnica, assim são chamados objetos técnicos e são criados pelo homem para ser a fábrica da ação (SANTOS, 2006). A cidade de Rorainópolis também é considerada um objeto técnico.

Os objetos se constituem em sistemas, porque nascem cada vez mais interrelacionados entre si – lembrando-se que o estabelecimento dessas interrelações só acontece através das ações. As ações são os movimentos e atividades que se utilizam desses objetos com finalidades diversas; por exemplo, para a produção, para fins socioeconômico, cultural e políticos, ou seja, as ações acionam os objetos técnicos. Cada vez mais específicos em suas finalidades, os objetos técnicos forçam as ações que lhes são impostas, assim as ações devem estar cada vez mais imbuídas de conhecimento para lidar com esses objetos. É partindo dessa concepção que iremos buscar entender como se deu a genealogia e a dinâmica urbana de Rorainópolis, tendo o migrante como sujeito dessa genealogia, além de sua dinâmica.

Neste aspecto, para efetivar a ocupação da região foram adotadas algumas medidas como a implantação de infraestrutura como a construção de rodovias estrategicamente para garantir a ocupação, baseado no discurso de que a Amazônia era um imenso vazio demográfico, desconsiderando as populações tradicionais que aqui habitavam, dentre elas os indígenas.

Com a construção dessas rodovias, iniciou-se um novo fluxo migratório para a região amazônica, oriundos de todas as regiões do Brasil, com destaque para a macrorregião Nordeste; inclusive Roraima recebeu parte desse fluxo, que Souza (2001) afirma que se deu de forma dirigida como espontânea, constituindo um novo padrão de povoamento na Amazônia, que antes se localizava ao longo dos rios e passou a localizar ao longo das novas estradas.

4.1 RODOVIA BR-174: EMBRIÃO DE UMA CIDADE

Podemos ressaltar que no intento de 1847 se deu a primeira tentativa de abertura de uma rodovia ligando Manaus, capital do Estado do Amazonas, até a cidade de Caracaraí no Estado de Roraima, tendo como meta a ligação entre a bacia amazônica com a do Prata, ligando esta região ao Centro-Oeste, pois essa rodovia partia da cidade de Cáceres em Mato Grosso, situada a margem esquerda do Alto Rio Paraguai (ESCOBAR, 1998; SOUZA, 1977).

Apesar das primeiras tentativas de abertura da rodovia no século XIX, somente nos anos de 1970 do século passado, mediante a um conjunto de políticas propostas através dos discursos de segurança, desenvolvimento e integração nacional, bem articulados, buscando a inserção da Amazônia no contexto econômico globalizado, é que ele ocorrerá, de fato. Dentro desse discurso, a ocupação da Amazônia tinha por meta principal de desenvolver e integrar a região com o emprego de infraestrutura por meio de abertura de rodovias, o que Santos (2004, p. 32) chama de “consumidores de espaço, famintos por infraestruturas”.

Nesse contexto, mediante convênio entre o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e o ministério do Exército que teve início a construção da rodovia BR-174, com a finalidade de proporcionar uma ligação terrestre entre Manaus e o Marco BV-8 na fronteira do Brasil com a Venezuela.

O objetivo da construção da rodovia BR-174 era consolidar a ligação rodoviária de Roraima e o restante do Brasil, visto que esta ligação era extremamente precária, uma vez que a trafegabilidade na região Sul do Estado era comprometida. O acesso fluvial ao estado só era possível apenas até a cidade de Caracaraí e de forma intermitente, sendo interrompido durante os períodos de baixas vazões do rio Branco (DINIZ, 1996; SOUZA, 1977).

De acordo com Souza (1977), a construção da rodovia BR-174 com extensão de 970 quilômetros tinha por objetivo integrar o Brasil e Roraima ao sistema Panamericano, uma vez que do Amapá parte a rodovia BR-210 (Perimetral Norte) que atinge Roraima até Mitu, cidade colombiana que faz fronteira com o Brasil (ainda não concluída). Durante a construção da rodovia BR-174, ao alcançar Boa Vista a referida rodovia bifurca-se para oferecer o surgimento da BR-401, rumo às povoações de Bonfim e Normandia, esta já localizada à fronteira da República da Guiana, completando dessa forma a ligação ao sistema Panamericano.

A execução da obra da rodovia BR-174 ficou a cargo do 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), sediado em Boa Vista e Manaus, que trabalhou em duas frentes, uma com sede em Manaus e outra em Caracaraí. A obra foi dividida em dois sub-trechos e

iniciada no primeiro com 359 km através da Primeira Companhia do 6º BEC, entre Manaus (Marco Zero) e o rio Branquinho (destacamento Sul); o segundo, a extensão de 629 km pela segunda Companhia, entre o Rio Branquinho e o marco da fronteira BV-8, (destacamento Norte), e, ainda, restauração da estrada: Boa Vista-Caracará. Destacamos, por sua vez, que no trecho Manaus – Caracará esses dois eram os únicos núcleos populacionais consolidados no período.

Neste sentido, o tempo de construção da rodovia BR-174, foi sete anos e o efetivo populacional trabalhando nesta rodovia foi de 565 militares e 704 civis, no emprego da edificação da rodovia, dentro das distintas funções destes trabalhadores estava as construções das chamadas obras de arte que eram os bueiros e as pontes de madeira (SOUZA, 1977).

Durante o período de construção da referida BR no eixo de Manaus até Caracará foram edificados alguns acampamentos (Tabela 4) para repouso dos trabalhadores que estavam incumbidos a construir a rodovia em tela:

Tabela 4 - Acampamentos no período de construção da rodovia BR-174.

Localidade	Estado do Amazonas		Divisa AM/RR	Estado de Roraima				
	Santa Cruz	Abonari		Município de Rorainópolis		Município de Caracará		
			Alalaú	Jundiá	Arara Vermelha	Martins Pereira	Parapanema	Caracará
Km	122	207,5	255	328	386	470	511	624

Fonte: Souza (1977), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Como podemos observar na tabela 4 acima, no período de construção da rodovia BR-174 foram construídos oito acampamentos, sendo dois no Estado do Amazonas, um na divisa entre o Estado do Amazonas e Roraima e cinco no Estado de Roraima, sendo três no município de Rorainópolis e dois no município de Caracará, isso no trecho de Manaus a Caracará.

Os acampamentos que estavam dentro do perímetro da área que corresponde ao município de Rorainópolis era o de Alalaú, na divisa do Estado de Roraima com o Amazonas, o de Jundiá, Arara Vermelha e Martins Pereira. Ressalta-se que, o acampamento de Parapanema mesmo não fazendo parte da área que corresponde ao município de Rorainópolis, o mesmo ficava localizado a 11 quilômetros, da vila de Novo Paraíso (conhecida também

como km 500) no sentido de Boa Vista, pertencente ao município de Caracaraí, uma vez que esse acampamento tinha grande importância por estar localizado no entroncamento das rodovias BRs 174 e 210 (Perimetral Norte).

Nesta perspectiva, os acampamentos de Jundiá, Arara Vermelha e Martins Pereira, funcionaram como possíveis focos populacionais para o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, haja vista que o mesmo já demandava certa estrutura que facilitaria a aglomeração de pessoas neste local (Figura 5).

Figura 5 - Foto de acampamento no período de construção da rodovia BR-174 em 1974.



Fotografia cedida por Luiz Mario Severo Avila

A figura 5 acima ilustra como era a estrutura dos acampamentos do BEC, no período de construção da rodovia BR-174 no ano de 1974.

Neste sentido, o acampamento de Parapanema pertencente ao município de Caracaraí, devido sua localização estratégica, era o local ideal para surgimento de um núcleo urbano de um possível município por se encontrar no entroncamento de duas BRs, ofuscando de certo modo o nascimento do núcleo urbano de Rorainópolis; contudo este lugar não prosperou a ponto de se tornar uma cidade, servindo apenas de instalações para a vila de Novo Paraíso.

A rodovia BR-174 é hoje a principal ligação entre Manaus e Boa Vista, entretanto, o ideal de segurança nacional e desenvolvimento da Amazônia contrasta com o que representou

a construção dessa rodovia que tinha por objetivo do governo militar o acesso a fontes de energia e ocupação das áreas consideradas pelo governo e empresários de “vazio demográfico” (AMAZONAS, 2012).

Na busca desse objetivo o governo militar durante a construção da rodovia utilizou-se de aparatos bélicos em favor de interesses privados e cometeu o genocídio dos Waimiri-Atroari, uma vez que a construção da rodovia passaria por dentro da reserva indígena. Estimativas demográficas realizadas pelo Padre João Giovanni Calleri, a serviço da FUNAI, que realizou um levantamento em 1968 sobrevoando os rios Uatumã, Abonari e Alalaú, estimou a existência de 3.000 indígenas. Em 1983, o pesquisador da UNB (Universidade de Brasília) Stephen Grant Baines percorrendo todas as aldeias, contabilizou apenas 332 pessoas sobreviventes, dos quais 216 eram crianças ou jovens com menos de 20 anos; ou seja, desde o início da construção da rodovia até a sua conclusão mais de 2.000 indígenas Waimiri-Atroari desapareceram lutando para defender seu patrimônio, de muita biodiversidade, do qual se consideravam administradores (AMAZONAS, 2012).

Em 06 de abril de 1977 foi inaugurada a rodovia BR-174, e dessa forma concluída a ligação terrestre entre Manaus e o marco BV-8 na fronteira do Brasil com a Venezuela. Após a inauguração da referida rodovia, foi erguido um monumento (no ponto de passagem da linha do Equador) com o seguinte registro: “Em homenagem àqueles que deram suas vidas pacificando os índios Waimiri-Atroari. Não morreram em vão. Abril de 1977” (SOUZA, 1977).

Durante a inauguração da rodovia foi proferido um discurso ressaltando que “quatro militares e 28 civis desapareceram em holocausto ao seu surgimento” (SOUZA, 1977, p. 267). De acordo com os relatos em nenhum momento foi ressaltado que no mesmo período desapareceram mais de 2.000 indígenas lutando bravamente para proteger seu território dos invasores.

Contudo, todos os percalços relatados, durante o período da construção da rodovia BR-174, estabeleceram em Rorainópolis os seus primeiros moradores, e no ano de 1976 chegou a essas terras o seu primeiro morador e fundador, onde é a atual cidade de Rorainópolis, o senhor Francisco Carvalho Duarte, que reside até hoje na mesma. Assim, apontamos a construção da referida rodovia como embrião da cidade de Rorainópolis na Amazônia setentrional.

Portanto, a produção do espaço urbano de Rorainópolis aliou-se a um padrão de ocupação em que a rodovia ganha grande relevância para a circulação de pessoas,

mercadorias e informações, marcado pelo contexto em que a floresta também se torna residência dessas pessoas.

4.2 PROJETO DE ASSENTAMENTO PAD-ANAÚ: A CONSOLIDAÇÃO DA VILA DO INCRA

Em nome da segurança nacional e desenvolvimento do país o governo brasileiro estabelece o Decreto-lei Nº 1.164 de 01/04/1971 (BRASIL, 2013) e declara indispensáveis a segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal já construídas, em construção ou projetadas.

O Decreto-Lei em questão ampliou o controle do governo federal¹⁶ sobre as terras amazônicas, e, para dar continuidade a este projeto, o INCRA passou a executar um número ilimitado de programa da chamada “reforma agrária”, por corresponder à política militar e elitista de colonização. A política de colonização imposta pelos governos militares foi uma medida de reorientação do fluxo migratório para as regiões de pequena densidade demográfica, a fim de diminuir a direção rural-urbana desse fluxo, e, com isso, a limitação pelo Estado das condições de mobilização social dos movimentos camponeses tanto no Nordeste como no Sul (IANNI, 1979). Nesta lógica o Estado criou uma representação ideológica que afastando a possibilidade de reforma agrária, a colonização seria a única solução para a crise fundiária brasileira.

Assim, as rodovias que estavam em construção no Estado de Roraima nesse período, a saber: rodovia BR-174, rodovia BR- 210 (Perimetral Norte) e rodovia BR- 401. As faixas de cem quilômetros dessas rodovias seriam destinadas aos projetos de assentamentos promovidos pelo INCRA. Concomitante a construção da rodovia BR-174, estava à rodovia BR-319, conhecida com Porto Velho-Manaus. Foi durante a construção de outras rodovias na Amazônia que um grande fluxo migratório se deu em direção ao Estado de Rondônia por intermédio da região Centro-Oeste; esses fluxos se davam de todas as regiões do Brasil, mais precisamente da região Sul, tendo o Estado do Paraná como destaque dessa migração.

¹⁶ Para Martins (1984, p. 50). “a federalização das terras da Amazônia era condição necessária à geopolítica da centralização. Era impossível sobrepor o poder federal ao poder local e regional sem confiscar a sua principal base de sustentação, que é a terra, e o controle dos mecanismos de distribuição de terras entre os membros das oligarquias. O combate à oligarquia implicava em expropriá-la do seu principal meio de poder, que é a terra. A federalização e a militarização das terras da Amazônia transformaram-se na condição para que o desenvolvimento regional saísse das mãos da oligarquia, dos comerciantes e proprietários tradicionais, e abrisse espaço ao grande capital, cedesse terreno à acumulação dos grandes grupos econômicos, cuja escala de operação e de interesse faz deles justamente os efetivos agentes econômicos da centralização do poder”.

Como muitos posseiros de Rondônia estavam sendo expropriados de suas terras pelas capitalizadas empresas agropecuárias e por grileiros, o governo brasileiro já se antecipava e considerava que após a conclusão da rodovia Porto Velho – Manaus sucederia um grande fluxo migratório de Rondônia para outras áreas da Amazônia setentrional.

Sabendo da existência de terras devolutas no Sul do Território Federal de Roraima, no ponto do entroncamento da Perimetral Norte (BR-210) com a BR – 174, o governo central por intermédio do INCRA, através da resolução Nº 141 de 07 de outubro de 1975, autoriza a criação e a implantação do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre com sede em Caracaraí. Os recursos financeiros destinados a este projeto tinham como objetivo a criação de unidades agrícolas, e também aplicadas nos trabalhos preliminares necessários à implantação do mesmo.

Devido às dificuldades de efetivação do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre, o INCRA por meio da resolução Nº 95 de 11 de junho de 1979, cria o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá PAD/ANAUÁ (Figura 6) em substituição ao projeto anterior, para novas localizações e para atender as necessidades do grande fluxo migratório em direção ao Território Federal de Roraima em especial a região ao sul do Estado, uma vez que a rodovia BR-174 e BR-210 já estavam concluídas, possibilitando o deslocamento populacional que estava ocorrendo neste período.

Com as mudanças ocorridas o PAD/ANAUÁ passa a ter os seguintes limites: ao norte, pela rodovia Perimetral Norte (210); ao Sul, pelo Igarapé do Jaburú e pelo Juaperi; ao Oeste, pelos rios Anauá e Barauna; a Leste, pelo rio Jauaperi. Com os referidos limites o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD/ANAUÁ abrangia uma área de 221.832,2046 hectares, com capacidade para instalação de 3.460 famílias, e deste 1.690 títulos foram expedidos.

Consolidado parcialmente por meio da resolução INCRA/SR (25)/RR/Nº 01, de 31 de outubro de 2002, o PAD/ANAUÁ sofre novas alterações, visto que os objetivos esperados pelo INCRA não foram alcançados, uma vez que, não houve mudanças significativas no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas em função da consolidação do referido projeto. O INCRA argumentava que, devido às situações diversas e por sua complexidade, o inviabilizariam qualquer tentativa em consolidar de fato o referido projeto e promover a integração das famílias ao desenvolvimento local e regional.

Figura 6 - Foto da sede do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD-ANAUÁ.



Fotografia: Roniel Vitor de Oliveira (2013).

De acordo com o INCRA (2013), situações diversas impossibilitaram o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Porém, o que impossibilitou tal desenvolvimento foi as condições em que essas famílias viviam, uma vez que, foram “plantadas no meio da floresta”. As condições de instalação dessas famílias eram precárias, faltava infraestrutura básica para a sua sobrevivência como estradas, eletricidade, malária agressiva somada à falta assistência médica, falta de assistência técnica, entre outras. Todas essas condições sociais contribuíam para a baixa produtividade agrícola desses assentados.

Por meio de estudos técnicos, o INCRA identificou 16 áreas distintas no PAD/ANAUÁ, com características próprias em termos de desenvolvimento das famílias, infraestrutura viária, de abastecimento d’água e energia elétrica, sustentabilidade ambiental, assim como titulação de bens imóveis.

Dadas às características, o INCRA considerou insubsistente a consolidação parcial do PAD/ANAUÁ, revogando a resolução que consolidou parcialmente o projeto em 2005. Partindo desse pressuposto a Superintendência Regional do INCRA no Estado de Roraima em 2005 mudou a área total e as unidades agrícolas familiares, passando para 21.855,3140 hectares, incluindo o perímetro urbano de Rorainópolis com capacidade para 285 unidades agrícolas familiares.

Considerando insubsistente a viabilização do projeto no seu total, o INCRA realiza a subdivisão do mesmo em 16 novos projetos (Tabela 5), ambos localizados no município de Rorainópolis.

Tabela 5 - Projetos de assentamentos surgido a partir do PAD - ANAUÁ

Projeto	Data da Criação	Área	Vicinais	Nº de Famílias	
				Capacidade ¹⁷	Assentadas
PA/Anauá	07/10/1975	50.792,2730	BR-174, BR-210, 01 e 02	528	528
PA/Caju	28/11/2006	7.108,5190	1-A	118	40
PA/Campina	28/11/2006	12.113,5846	4, 25, 34	225	73
PA/Chidaua	28/11/2006	9.994,5163	21, 22, 23, 24	158	39
PA/Curupira	28/11/2006	9.815,2571	11, 12	159	84
PA/Garapaja	28/11/2006	9.951,9751	14/A, 29	162	44
PA/Jenipapo	28/11/2006	4.412,6066	5, 33, 35	84	41
PA/Juari	28/11/2006	16.565,3215	3, 10, 19	280	79
PA/Monte Sinai	28/11/2006	16.415,1584	10, 12, 14	267	79
PA/Muriru	28/11/2006	9.688,2589	30, 31, 37	193	98
PA/Pirandira	28/11/2006	9.693,6727	7, 17, 26	176	51
PA/Sucuriçu	28/11/2006	16.013,6043	41, 42, 43, 44	320	297
PA/Tepurema	28/11/2006	9.033,6043	15, 20	150	53
PA/Tucumã	28/11/2006	12.403,3750	9, 27	225	60
PA/Ajuri	28/11/2006	12.949,8615	16, 18, 38, 39, 40	217	51
PA/Maguari	28/11/2006	11.798,9392	6, 8, 28, 32, 36	193	66

Fonte: INCRA (2013), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

¹⁷ Observamos que a quantidade de assentados nesses projetos aparece em número bem inferior à capacidade dos mesmos, de acordo com informações do INCRA, 2014, está relacionado ao fato que, muitos dos assentados ainda não estão cadastrado no novo Sistema de Informações de Projetos de Reformas Agrária – SIPRA.

A subdivisão do PAD/ANAUÀ em 16 novos projetos, de acordo com o INCRA facilitaria a implementação de novas obras de infraestrutura, assim como a consolidação dos assentamentos, visando desta forma combater o alto índice de evasão, além da compra e venda ilegal das parcelas no local.

A partir da década de 1990, proliferam os projetos de assentamentos em Roraima, tanto que num período de cinco anos, passam de 6 para 31 assentamentos, na região sudeste do Estado triplica os números de assentamentos além da expansão dos já existentes (MOURÃO, 2008). Nesse sentido, devido ao fluxo migratório que se dava a porção sudeste do Estado de Roraima, principalmente Rorainópolis, novos projetos de assentamentos foram criados no município de Rorainópolis a partir de 1992 (Tabela 6).

Tabela 6 - Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA no município de Rorainópolis a partir do ano de 1992.

Projeto	Data da Criação	Área	Títulos de Propriedades expedidos	Nº de Famílias	
				Capacidade	Assentadas
PA/Equador	02/09/1992	11.728,4914	31	176	175
PA/Jundia	19/10/1995	13.355,1885	44	190	153
PA/Ladeirão	19/10/1995	21.384,5100	24	322	193
PA/Integração¹⁸	19/10/1995	26.702,8663	119	400	342
PA/Trairi	15/09/2008	5.156,6405	1	73	17

Fonte: INCRA (2013), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Como podemos visualizar na tabela 6 acima, esses novos projetos de assentamento criados no município de Rorainópolis, a partir de 1992, ficam localizados na porção sul do município, os mesmos foram criados para atender a nova demanda de migrantes que se dirigiam a esta porção sul do município de Rorainópolis.

¹⁸ O projeto de assentamento Integração, a maior parte de sua área e famílias pertence ao município de São Luiz, e outra área ao município de Rorainópolis.

Uma das características que podemos observar na tabela 6 acima, que nesses projetos de assentamentos do INCRA¹⁹, as famílias assentadas ainda se encontram em número inferior a capacidade do mesmo. Confirmando a grande disponibilidade de terras, constituindo assim uma grande esperança de assentamentos para trabalhadores sem terra (DINIZ, 1998). De acordo com os dados do INCRA (2013), dos 1.161 lotes disponíveis no município de Rorainópolis apenas 880 estão ocupados. Vale lembrar que muitos dos lotes ocupados são aqueles próximos aos aglomerados rurais, ao eixo da rodovia BR-174, onde há estradas vicinais e energia elétrica. Os lotes que se encontram desocupados de acordo o INCRA (2013) é por não possuir infraestrutura mínima, dificultando o assentamento de famílias. Outro fato que nos chama atenção é o pequeno número de títulos expedidos para os assistidos de cada projeto.

No que diz respeito à pequena quantidade de títulos expedido pelo INCRA junto aos assentados, nos propõem a conclusão de que a política de assentamento de trabalhadores rurais na Amazônia respondeu à necessidade de se “distribuir alguma terra para não distribuir as terras, esse acabou sendo o lema de fato da política governamental de colonização dirigida” (IANNI, 1979, p. 81).

A falta de título de propriedade dos assentamentos muitas vezes inviabiliza por partes das famílias assentadas o investimento em suas parcelas, pois em grande parte os mesmos ainda não se sentem donos de seus lotes, além de não poder contrair empréstimos junto às empresas creditícias para investir efetivamente em “suas terras” por falta da referida documentação.

O INCRA estabelece seus programas de apoio à colonização e com ajuda dos políticos locais, desenhou um projeto de colonização e com metas a cumprir, cujos objetivos principais eram: regularização fundiária, assentamento de novos colonos com a expansão de projetos já existentes e criação de outros, concessão de créditos para a produção agropecuária, construção de caminhos vicinais, organização de cooperativas, assistência técnicas aos colonos e supervisão de créditos. Estes assentamentos teriam 15 anos para se emanciparem. Na prática estes critérios ficaram longe de serem cumpridos (MOURÃO, 2008, p. 4).

Ainda de acordo com Mourão (2008), a maioria dos projetos de assentamento nessa região são frutos de interesses políticos locais que são criados sem planejamento e levam os colonos aos lotes em condições ínfimas a sua sobrevivência. Assentamentos que são marcados pela ingerência política dos órgãos públicos pela falta de fiscalização e gestão faz com que

¹⁹ Os procedimentos técnicos e administrativos para a seleção de candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, estão disponível na Norma de Execução Nº 45, de 25 de agosto de 2005. DOU 166, de 29/08/2005, seção 1, p.122 – B.S. 35, de 29/08/2005.

esses projetos fiquem condenados ao abandono e constituem, principalmente, territórios de domínio político e econômico. Assim, a política de assentamentos se torna diferenciada, pois nem todos os colonos logram a consolidar-se e melhorar seu nível de vida, o que reforça a concentração de terras e a expulsão de colonos empobrecidos. Dessa forma, a avaliação social é desalentadora e leva os colonos ao abandono ou à venda de seus lotes, por outro lado a pecuária com um tipo de produção extensiva contribui para acelerar a diferenciação da estrutura agrária nos assentamentos rurais.

Portanto, foi a partir da instalação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ que se vislumbrou a consolidação da Vila do INCRA, núcleo embrionário urbano da atual cidade de Rorainópolis.

4.3 PRIMEIROS MIGRANTES - O DESPERTAR DE UMA CIDADE

A construção da rodovia BR-174, transformou a paisagem roraimense, proporcionado pela intensidade que se manteve nas relações entre os homens que estiveram engajados nessa nau. Além de modificar a paisagem roraimense, também colocou o Estado de Roraima em outro contexto, o de ir e vir promovido pelo transporte rodoviário, a mesma proporcionou o surgimento do embrião para o nascimento da cidade de Rorainópolis, uma vez que foi durante a construção da referida rodovia que se instalaram neste lugar os seus primeiros moradores.

Os trabalhadores da rodovia se estabeleceram nessas terras no sul do Estado de Roraima, destacando-se como os primeiros migrantes (Figura 7), os quais foram responsáveis diretamente pela genealogia do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, durante o processo de ocupação humana e territorial desse núcleo embrionário, que mais tarde veio a se tornar a atual cidade de Rorainópolis. Assim as pessoas não naturais deste lugar correspondem a maioria dos habitantes que residem na mesma, comprovando assim o papel de importância do migrante como sujeito na formação e consolidação deste espaço, possibilitando o nascimento desse lugar urbano se constituísse num fato geográfico.

Figura 7 - Foto de trabalhadores do período de construção da rodovia BR-174 no ano de 1975



Fotografia cedida por Luiz Mario Severo Avila

A figura 7 acima mostra os trabalhadores civis e militares do período da construção da rodovia BR-174 no ano de 1975, em um acampamento, muitos deles foram responsáveis para o surgimento do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis.

Assim, buscamos investigar como se deu o surgimento da cidade de Rorainópolis, para tanto, tornou-se necessário entrevistar seus primeiros moradores, ao todo foram entrevistados oito pessoas, que foram identificados por meio de uma sigla, como por exemplo, o primeiro entrevistado foi identificado da seguinte forma: (M (o) I, 1976), desta forma o M (migrante), o (o) identifica o gênero, o I a ordem da entrevista e o 1976 o ano de chegada neste núcleo embrionário urbano, atual cidade de Rorainópolis. Foi a partir da análise de seus depoimentos que verificamos como os primeiros migrantes vieram para esse lugar que remonta ao período da construção da BR-174, e ainda neste contexto, procuramos saber como os primeiros moradores tiveram conhecimento desse lugar em Roraima, especificamente Rorainópolis na Amazônia setentrional e como foi o processo de deslocamento até aqui, bem como as dificuldades que encontram.

Olha eu tava procurando um lugar pra mim morar, queria saí do Maranhão, eu não tava gostando da região que eu tava, sai do maranhão e vim conhecer a Amazônia que eu ainda não conhecia eu vim pra Amapá, Santarém, vim pra Manaus, Porto Velho, Cuiabá, Campo Grande voltei fui pra Rio Branco do Acre, Cruzeiro do Sul aí voltei novamente pra Manaus aí eu vim pra Roraima eu cheguei em Roraima em

1975, vim pra Mucajaí, as terras do Mucajaí não mi agradou aí um compadre meu era empeleiteiro desses bueiros e nos se topemo lá, meu primo e meu compadre aí ele mi falou dessas terra aqui que ele tava trabalhando, que era empeleiteiros dos bueiros, que era uma região boa, aí falou se eu queria olhar aí eu disse quero, aí vim mais ele no carro dele, porque ninguém ípodia passar que o BEC não deixava aí eu vim e mi agradei aí resolvi vim logo com a família, não deixava ninguém passar mais por intermédio dele no carro dele eu passei com a família, chegei nesse local em 1976 (M (o) I, 1976).

Eu tava em Imperatriz eu tava assim na calçada aí eu assuntei um cabra falar de Roraima aí eu cheguei pa perto dele aí digo rapaz a donde fica isso aí, ele disse, mi contou e por donde a gente vai, vai aqui, por Belém aí eu digo e tu mora lá, disse moro eu digo mi diz uma coisa se a gente arrumar assim uma viagem pra ir contigo com você ele disse é o maior prazer rapaz a Roraima está desabitada e tá querendo de gente, para habitar a Roraima aí eu digo que dia tu vai, daqui uns vinte dias eu to viajando aí eu falei com a mulher aí digo olha tem um pé de mercadoria aí, aí tu fica com teu povo e do meu que eu vou procurar um lugar se eu mi der bem, aí ela [...] queria vim comigo essa coisa toda eu disse oia você vai mais eu, mais donde nós chegar nós não temos o que eu tenho aqui e saí com criança ai vai dar trabalho aí não que num queria, mais a gente vei. Tomei a iniciativa de vim, a primeira cidade que fiquei foi Mucajaí, vim de barco pelo Rio Branco, eu encontrei com o [...] que tava trabalhando na estrada, rapaz tem como teu patrão me coloca lá, ele disse tem [...] aí falou pode levar se é maranhense pode levar, aí eu vim como trabalhador da estrada. Quando cheguei aqui e olhei pras terras aqui, aqui é o meu lugar que eu vou ficar, porque ta entre duas capitais e essa estrada nunca haverá de morrer então Chico Reis, como já tava mais velho trabalhando na estrada junto com o primo dele, eu falei compadre eu vou tirar um lote pra mim (M (o) II, 1976).

Eu morava em Imperatriz, nós tava lá um veim chegou lá conversou mais nós lá e nos queria possuir terras [...] ele disse que aqui já tava bom pra tirar terra, [...] nos vimo mais ele, ele já morava aqui ele que incentivou nós, aí nós saímos de la pela Transamazônica, Santarém nos pegamos um barco pra Manaus, de Manaus nois passamos 4 dias no Abonari, porque essa estrada em 1977 não tava liberada ainda, na época que nós viemo aí o tenente do BEC, passou 4 caminhão carregado de telha indo pra Boa Vista de uma empresa, conversemos com ele, aí ele ajeitou com ele lá aí nós viemo pro INCRA, naquele tempo o INCRA quais num funcionava a estrada ainda não tava liberada em 1977, nós acampemo aqui na BR tiremo lote trabaiamo cheguei aqui em 1977. Eu vim mais [...] um senhor já tava com uma morada dele aqui pra la do INCRA, ele vei mais nós desde Imperatriz ele foi daqui e de lá nós viemo pra cá porque ele era de lá (M (o) III, 1977).

Meu cunhado vei pra cá em 1974, meu cunhado foi que foi buscar nós, meu cunhado foi no final de julho, nós saimo em agosto de 1976, eu vim de Alto Alegre de Santa Luzia pegemo o ônibus em Açailândia pra Belém, em Belém passamo três dias aí despois que nós viemo, fiquemo outros dias em Santarém passamos dois dias Manaus só pegano os pior transporte, cheguemos com 17 dia que tinha saído de lá, cheguei em 1976 em Caracarai aí em 1977 liberou a 174, ai como meu cunhado já estava aqui ele vei trabalhar na estrada, e marcou nossas terras aqui pra família toda, cheguei aqui em 1977 com a inauguração da BR. (M (a) IV, 1977).

Saí de Cascavel para Ji-Paraná Rondônia em 1980, aí lá em Rondônia a gente não se deu bem [...] ficamos apenas um ano e pra nós não voltar pra Cascavel sem nada só com um carro e com as crianças um que nasceu em Rondônia, porque eu vim grávida pra Rondônia e um menino de 5 pra 6 anos, aí a gente [...] soube que tava vindo gente de Rondônia aqui pra Roraima, que aqui era bom que a gente encarou uma estrada de chão vindo pra Porto Velho- Manaus, aquela estrada ali né horrorosa

dormindo pelas beiras de estrada no carro na estrada na areia, viemos parar aqui, quando nós chegamos no Jundiá, aí acabou o dinheiro, aí nós pegamos umas terras lá aí ficamos um ano lá, as coisas não iam muito bem falta de emprego, aí eu peguei uma terra na vicinal 06 aí nos viemos embora, aí em seguida comecei trabalhar rapidinho, eu cheguei em Jundiá em 12-09-1981 dia 12-09-1982 eu vim pra cá tudo aniversário, e dia 01 de janeiro de 1983 eu comecei a trabalhar na secretaria de saúde como funcionária federal (M (a) V, 1982).

Um cunhado meu, cunhado de segundo grau, terceiro porque a mulher dele é filha de uma irmã do meu pai em 1983 era executor dessa unidade, eu nunca tinha visto ele, então foi fazer uma visita a esposa dele que tinha chegado de Brasília lá no Maranhão e aí a minha irmã perguntou se aqui não tinha uma vaga para uma pessoa desempregada, aí eu vim através dele, eu entreguei meus documentos pra ele em fevereiro e o contrato saiu em setembro, eu cheguei onze hora do dia e quatro da tarde eu assinei, eu vim mais ele, ele já era daqui, o executor da unidade na época [...] eu cheguei em 1983 (M (o) VI, 1983).

Eu fiquei sabendo por que no Maranhão se fala muito em Roraima aí eu fiquei com vontade de conhecer, vim do Zé Doca, de lá peguei [...] eu vim pro Marabá eu peguei a Transamazônica direto pra Santarém era época de verão passei dois dias até chegar em Santarém, vim de barco de Santarém até Manaus, de Manaus vim de carona de caminhão, não tinha mais dinheiro pra pagar, porque nesse tempo era fácil pegar carona [...] aí meu irmão morava no Equador aí eu fiquei lá morei nove anos [...] cheguei em 1978, aí nós passamos esse tempo lá uns 8, 9 anos aí nós viemos pra cá, mudamos pra cá, lá era muito atrasado aí pra cá mesmo vim em 1989 (M (o) VIII, 1989).

Levaram umas passagens pra buscar umas pessoas de lá do Maranhão, através do deputado, do governador, aí eles ajuntaram as parentes deles, a mãe deles, as tias deles o sobrinho deles aí sobrou 15 passagens pra vim cá, aí ele pegou agente lá no Tuntum e trouxe agente, eu morava em Tuntum Maranhão, nós viemos 49 pessoas, incluindo 15 crianças [...] da minha família veio 8 pessoas minha mãe, minha irmã, meus filhos e sobrinhos [...] agente pegou o pau de arara, que é um caminhão, ele jogou todo mundo dentro, viemos de Tuntum pela Barra do Corda aí viemos pra Belém aí pegamos um barco até Santarém, de Santarém nós pegamos outro barco até Manaus, nós pegamos outro caminhão aí jogamos as coisas encima, um caminhão do governo [...] aí eu cheguei aqui em 03 de setembro de 1995 (M (a) VIII, 1995).

As trajetórias percorridas pelos migrantes até se estabelecer a este município de acordo com as entrevistas presenciamos a migração como um fenômeno impulsionado por redes sociais, e que a decisão de migrar não evidenciou como um ato isolado, mas que envolveria a família, a comunidade e as redes sociais em que o migrante estaria inserido, e neste contexto buscamos a contribuição de Diniz (2003, p. 6 e 7) afirma que nesse processo as:

[...] redes sociais são mecanismos de sobrevivência, uma vez que a migração na fronteira é fruto de uma complexa rede social que transcende o tempo e o espaço. Essas mudanças são fortemente baseadas em canais informais de informação e

migrações por “corrente”, que conectam comunidades localizadas a milhares de quilômetros de distância. Neste processo, um determinado colono (inovador) chega à fronteira em busca de terra. [...] tão logo a primeira onda de “seguidores” ganha acesso a terra, sucessivas ondas de “migrantes seguidores”, com algum grau de relação, chegam ao destino.

Nos depoimentos dos migrantes entrevistados, observa-se que a maioria é de origem nordestina, (Tabela 7). Ressalta ainda que a maioria realizou a migração por etapas, visto que dos oito entrevistados, três são do Estado do Maranhão, dois do Estado do Piauí, um de Pernambuco e um do Estado do cearense e apenas um do Estado paranaense, região sul. O que chama atenção desses migrantes é o fato de terem migrado para Rorainópolis vindos do Estado do Maranhão, já num segundo ou mais processo de migração.

Tabela 7 - Origem dos migrantes entrevistado

Migrante	Estado de Origem
M(o) I 1976	Maranhão
M(o) II 1976	Maranhão
M(o) III 1977	Pernambuco
M(a) IV 1977	Piauí
M(a) V 1982	Paraná
M(o) VI 1983	Maranhão
M(o) VII 1989	Piauí
M(a) VIII 1995	Ceará

Organizado: Roniel Vitor de Oliveira

A despeito do processo migratório, observamos entre os entrevistados a presença da migração por etapas, proposta por Ravenstein (1980), que ficou nítida durante o processo migratório realizado pela Migrante (M (a) V, 1982), pois o último deslocamento da migrante em questão foi realizado no corredor migratório que o Estado previa com a construção da BR-319 (Porto Velho – Manaus) e a construção da rodovia BR-174, a duas rodovias ligava via terrestre o Estado de Rondônia a Roraima com intersecção com o Estado do Amazonas. A realização da migração para a região sudeste de Roraima se daria pela a existência de terras devolutas no sul do Estado de Roraima.

Contudo, verificamos nas entrevistas que as políticas públicas do governo criando corredores migratórios como alternativa de absorver fluxos populacionais para a expansão da fronteira agrícola surtiu efeito em Rorainópolis, uma vez que essas políticas eram voltadas para acomodar pessoas que estavam sendo expropriados de suas terras ou ocupavam áreas de fortes tensões sócias em outras regiões do Brasil e também na Amazônia, como o caso de Rondônia. Assim, o sudeste de Roraima se tornava uma alternativa pela manifesta facilidade de acesso a terra.

A migração causada pelos fatores de estagnação no local de origem proposta por Singer (1980) provocado principalmente pela introdução das relações capitalistas, gerando a redução do nível local de emprego, foi observada nas entrevistas. Nesta conjuntura ficou manifesto que na maioria dos depoimentos houve à presença das redes de interações sociais e de parentesco como impulsionadora da migração, e, esteve diretamente relacionada ao processo de formação urbana em Rorainópolis, tendo deste modo o migrante como sujeito responsável por essa genealogia e dinâmica urbana.

A forma como os migrantes ficaram sabendo de Rorainópolis e/ou dos que aqui chegaram de forma espontânea para produzir este espaço urbano, foram marcados por grandes desafios desde o início do processo migratório até a sua chegada a região sudeste de Roraima. Os deslocamentos realizados pelos primeiros moradores de Rorainópolis partiram geralmente de Estado da região Nordeste do Brasil, sendo que a maioria era proveniente do Estado do Maranhão. Assim a formação deste espaço urbano na Amazônia setentrional se deu, sobretudo em virtude dessa mobilidade populacional.

Os dois primeiros migrantes entrevistados (foram também os primeiros moradores de Rorainópolis) saíram do Estado maranhense e vieram para Roraima, destacamos que o (M(o) I, 1976), sua primeira ocupação foi a colônia agrícola de Fernando Costa (atual Mucajaí), depois em consequências da construção da rodovia BR-174, migrou para o núcleo embrionário urbano em 1976, já o segundo (M(o) II, 1976), veio atuar como trabalhador da referida rodovia, chegando nessa porção sul do Estado também no ano de 1976, este período marca a chegada de outros migrantes como trabalhadores da rodovia e futuros moradores permanentes que contribuíram para ocupação humana e territorial do município de Rorainópolis.

Neste sentido, a construção da rodovia BR-174, marca o primeiro evento de ocupação e formação de núcleos embrionários urbanos ao longo da rodovia, inclusive o de Rorainópolis, sendo evidente pela presença e concentração de seus primeiros moradores. Segundo evento se deu no ano de 1977, pois marca o término da construção da já mencionada

rodovia e conseqüentemente a sua abertura para o tráfico de veículos e de pessoas, e, possibilitou a chegada de muitos migrantes e para favorecer aos recém-chegados foi instalada a sede do INCRA, na denominada Vila do INCRA, atual cidade de Rorainópolis, com isso possibilitou a fixação de maior contingente de migrantes com a facilidade de acesso a terra. Como exemplo desse acontecimento, evidenciamos nos depoimentos dos entrevistados.

Os migrantes começaram a dar corpo e formar esse núcleo embrionário urbano e uma das primeiras iniciativas no período da construção da rodovia, foi à ocupação espontânea das terras as margens da rodovia, à escolha dos lotes eram sugeridos pelos moradores, sendo 500 metros a área de cada terreno, como observamos no relato do (M(o) III, 1977), “antes do INCRA nós media 500 metros”, e o (M(o) II 1976) acrescenta “nós ficava 500 metros uns dos outros”. No ano de 1977 o INCRA instala a sua sede neste local, de acordo com o (M(o) I 1976), primeiro morador deste lugar:

O INCRA fui eu que trouxe ele pra cá, encontrei com o professor Moisés, que foi o primeiro executor lá no 500, ele tava procurando um lugar pra implantar a sede do INCRA, aí nós viemo com ele e que tinha esse lugar muito bom alto uma piçarreira boa aí pediu pra vim mais nós pra olhar se agradou ai conseguiu a sede do INCRA pra cá [...] a sede do INCRA foi construída em 1977.

Desta forma, destaca a experiência do morador que para sobreviver na floresta se tornava necessário buscar melhorias, haja vista a precariedade de elementos necessários à sobrevivência como gêneros alimentícios, assistência à saúde, transportes, entre outros. Para tanto seria essencial atrair órgãos públicos para desenvolver este núcleo embrionário urbano, uma vez que traria nova estrutura para absorver novos migrantes além de reduzir as dificuldades. A instalação da sede do INCRA nesse lugar proporcionaria a regularização da área. Neste sentido evidencia que a experiência do morador em buscar melhorias se deu pelo fato ter vivido em vários lugares do Brasil (como relato anterior).

A organização socioespacial das relações sofre interferência a partir da implementação do PADÁ-NAUÁ, essa área foi escolhida a partir da experiência do migrante mencionado acima, esse fato contribuiu de forma significativa para efetivar e consolidar sua ocupação.

A partir da implantação da sede do INCRA, começa regularizar as terras dos moradores que já estavam assentadas espontaneamente neste espaço, e assentando os migrantes que estavam chegando. Partindo desse pressuposto, afirmamos que após a criação do Projeto de Assentamento Anauá (PAD-ANAUÁ) em 1979, em substituição ao projeto de

assentamento anterior Coronel Raimundo Vinagre, que se consolida a Vila do INCRA como aglomerado populacional, que posteriormente se tornou o núcleo urbano do então Município de Rorainópolis.

Fixada a sede do INCRA em 1977, contudo foi a partir de 1979, que o projeto de assentamento ganha maior dinamicidade, período em que já existiam algumas famílias vivendo às margens da recém-construída rodovia BR-174. Os moradores residentes já se articulavam para a formação de uma vila como observamos na entrevista de uma migrante que fez parte da formação desse espaço urbano, que relata “nós fazemos reunião com o executor do INCRA todo mundo nas suas barraquinhas na BR, lá em casa, a chefe de fazer as caminhada que buscava pra gente ta aqui era eu, porque meu marido era na roça” (M(a) IV, 1977).

Assim, o processo de formação da Vila do INCRA ganha ânimo, como relata outro morador (M(o) III 1977), “nós juntamos 70 home e derrubamos até o Chiquim da borracharia nós tiremo esse trecho ali pra fazer as casas aí, aí começou a vila, aí depois o finado Ottomar fez aquela COBAL (Companhia Brasileira de Alimento)” neste sentido a ação de construção da vila continua, como observamos no depoimento da migrante (M(a) IV 1977), que acrescenta o “pessoal começou ajuntar, pra formar a vila foi dois dias de roço nessa área aqui todia, 92 home trabalhando aqui 92 home com as foíce na mão”. De acordo com outro morador a formação do futuro espaço urbano do município de Rorainópolis passou por mais uma etapa:

Agente se acoletou no lote e quando o INCRA chegou e nos assentou nós ficava 500 metros uns dos outros, cuma o Ottomar era um homem muito estudado, quando da visita dele, ele vei, e disse vocês tem que criar uma vila, que eu não posso pra cada um botar um colégio, ai diz vocês caça ai um lugar, ai o administrador da BR, era o Gentil que era o empeleitante, foi botado ele como administrador da BR, ai ele foi com o professor Moisés, que foi o executor primeiro daqui, e ele doou essa parte de frente, pra fazer a vila, ai nós reunimo um mutirão broquemo, derrubemo, aí nessa época era município de Caracaraí, ai quem era o prefeito na época era o Diomédio, ai o Diomédio ofertou cinco ou seis corrente de motosserra e um quarto de boi e mandou e assim nós fizemo a primeira etapa, ai quando queimou o Ottomar chegou e reuniu o povo e perguntou que era o mais véi na idade, era eu e o chico Reis, ai o Chico Reis era o mais velho na idade, ai ele botou o Chico Reis como administrador e eu como vice. Ai fumo cortar os terrenos pra doar pro povo e foi assim que começou a vila (M(o) II 1976).

Analisando as entrevistas notamos que a mobilização para a formação de uma da vila neste local, primeiramente partiu dos moradores que estavam disperso as margens da rodovia, que se reuniram e foram diretamente a sede do INCRA, para que o órgão cedesse uma área para a construção da vila, que obtiveram êxito e começa a construção do núcleo embrionário

urbano de Rorainópolis, e neste contexto começam a surgir as figuras políticas como do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto. A participação desses políticos estiveram diretamente relacionados às políticas de ocupação humana e territorial de Roraima.

A atuação dos governos do território nos últimos anos da década 1970, foi fundamental no processo que culminou com a transformação do Território Federal de Roraima em Estado de Roraima, notadamente a partir do Governo do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, que administrou o Território Federal de Roraima de 1979 a 1983.

Nesse período a área que corresponde ao município de Rorainópolis pertencia ao município de Caracará, cujo prefeito da época era Diomedes Oliveira (1981), contudo com a emancipação do município de São Luiz em 1982 a Vila do INCRA passa a pertencer ao município recém-emancipado.

A Vila do INCRA que teve como embrião a rodovia BR-174, pois através desta possibilitou a chegada de seu primeiro morador em 1976, e teve sua consolidação a partir da instalação da sede do INCRA neste local em 1977, assim sendo as primeiras tentativas de mobilização para a construção de uma vila surge no despertar de 1979, pelos moradores locais, pela atuação política federal, pela presença do INCRA e pela constituição de administrador local da vila.

Podemos apontar como o período áureo para a formação e produção do atual espaço urbano de Rorainópolis a década de 1980, isto porque existiam dificuldades em reunir os moradores em virtude de os mesmos estarem dispersos espacialmente as margens da BR, e dedicados ao serviço na roça, e as tentativas de reunir os mesmos se dava por suas esposas como o caso da moradora (M(a) IV 1977), que foi perspicaz nas suas tentativas para reunir os moradores para constituição da vila e lutar pela prestação de serviços como saúde, educação, entre outros.

Portanto, todos os elementos para o desenvolvimento dessa povoação estavam alicerçados, os anos anteriores serviram de maturação para o êxito deste fato geográfico, desse modo em 1981 ocorreu o mutirão para formação da vila. Nesta lógica em 1982, a vila estava consolidada e em franco processo de expansão.

No que se refere ao processo de produção deste espaço urbano, verificamos que desde a chegada de seu primeiro morador em 1976 até 1983, como por exemplo da chegada do morador (M(o) VI 1983), o aglomerado populacional já se mostrava em expansão, quando afirma “quando cheguei aqui tinha 18 casas neste lugar”, (Figura 8). Destacando também que existiam moradores ao longo da BR que posteriormente vieram a incorporar esse núcleo

populacional, além de outros migrantes que aqui adentraram diante do processo migratório em evidência.

Buscando compreender a contribuição do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana de Rorainópolis, observamos que a partir de 1982, há intensificação no processo de migração proporcionado principalmente pelas redes de interações sociais. De acordo com Martins (1996, p, 17) essas redes se dão principalmente pela “circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante”. Desse modo, as redes de interações sociais produzem uma corrente migratória, como relata Martins (1996, p.17) “a teia de relações de parentesco e de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre a localização de novas terras que ainda podem ser ocupadas”.

Figura 8 - Foto do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis em 1984.



Fotografia cedida por Rui Barbosa Silva.

Este processo fica visível nos depoimentos dos entrevistados, quando indagados se convidaram parentes ou conhecidos para vir morar neste lugar em Roraima.

Convidei sim, porque eu sou assim aquelas pessoas bem de vida que existia lá em nosso meio, nem toquei no assunto porque eles já tinha o meio de vida lá, mas aquele que tava com condição de saber faze, convidei pra vim pra cá meu irmão foi um ele mora aqui [...] aqui é um lugar ideal pra si viver (M(o) II 1976).

Segue os depoimentos “olha parente eu convidei só um cunhado, mas outras pessoas eu mesmo trouxe um bocado do Maranhão o governador doou um bocado de passagem as outras eu paguei, certos que eu trouxe muita gente pra cá” (M(o) I 1976). Já o (M(o) VI, 1983) constata a contribuição da rede de interação social para o incremento populacional deste núcleo populacional quando afirma “eu com dois anos que morava aqui eu convidei meu pai, veio toda minha família, veio 53 pessoas em uma carrada e depois veio mais 44 pessoas, depois veio 46. Neste sentido observamos a migração como um fenômeno impulsionado por redes de solidariedade entre indivíduos da mesma família e comunidade, ou seja as redes de interação social ficou evidente nos processo de deslocamento conduzidos pelos entrevistados, que se deu por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade. Conforme Martins (1996, p. 41) “o deslocamentos de fragmentos de grupos familiares, de amigos e vizinhos, não só facilita a difusão de informações mas também anima o indivíduo a se deslocar, pois já há uma espécie de base de apoio”.

Constatamos nas entrevistas a presença da atuação de lideranças políticas, no processo de migração, que doavam passagens para vinda de migrantes para Roraima fato que possibilitou o adensamento populacional do núcleo urbano de Rorainópolis, que por sua vez, a principal referência era do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, que aparecem nos depoimentos dos entrevistados. O interesse dos grupos políticos para atraírem migrantes para Roraima era incontestável e estava revestida de objetivos eleitoreiros indisfarçáveis e popular em Roraima, ficando evidente o forte elemento político / eleitoral de caráter bastante paternalista, assistencialista e personificado nos governos locais (SOUZA, 2001).

Fato que se deu década de 1980 e está diretamente ligado à produção do espaço urbano de Rorainópolis, se deu na Constituição de 1988, data que Roraima ganha *status* de Estado. Nesta lógica a passagem de Território Federal de Roraima para Estado de Roraima trouxe perspectivas que obedeciam a novas exigências, uma vez que, existia necessidade de se formar uma nova composição administrativa política e socioeconômica. A estrutura do Estado se fazia necessária e imediata para fazer com que o mesmo estivesse pronto para atender as populações que se instalaram e estavam por se instalar, haja vista o grande fluxo populacional

no período. Época que marca a implantação de muitos recursos, principalmente federais para atender as novas estruturas do Estado (RODRIGUES; SOUZA, 2008).

Outro evento importante que ocorreu no início da década de 1980 foi à escolha do nome *Rorainópolis*. A denominação foi dada por seu primeiro morador, também considerado um dos seus fundadores, e também o primeiro administrador da vila, Francisco Carvalho Duarte, mais conhecido como Chico Reis, segundo ele a escolha do nome da cidade era uma homenagem ao Estado de Roraima.

Diante do histórico, nas primeiras décadas foram três os determinantes que levaram a genealogia urbana de Rorainópolis, a construção da rodovia BR-174, a instalação do Projeto de Assentamento Anauá, e as redes de interações sócias que, após as duas primeiras, foram determinantes para a ampliação da ocupação. Outro fato que veio oferecer dinâmica a Rorainópolis sua emancipação política em 1995.

4.4 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: STATUS DE CIDADE

Os acontecimentos ocorridos no final da década de 1970 e na década de 1980, fez com que um fluxo migratório expressivo efetivasse-se nesse lugar tendo como consequência direta a produção do espaço urbano do município. Assim, dada essa dinâmica, o Censo do IBGE de 1991, contabilizou que nas primeiras décadas de existência, a Vila do Inkra já contava com 5.496 habitantes, sendo que 1.457 habitantes residiam no núcleo embrionário urbano de Rorainópolis. Os dados do censo são relativos à contagem dos habitantes que residiam na área correspondente ao município de Rorainópolis e sua sede, uma vez que, no período mencionado, o atual município não detinha tal *status*, acontecimento que viria a se efetivar em 1995.

Evidencia-se o crescimento demográfico como indicativo de um processo migratório contínuo. Além dos fatores já abordados (de atração migratória) no início da década de 1990, ocorreu o garimpo como um elemento indireto na ocupação de Rorainópolis, devido à presença de muitos migrantes que aí se estabeleceram posteriormente de sua migração diretamente ao garimpo. Destaca também a intervenção de grupos políticos com intuito de criar seus currais eleitorais.

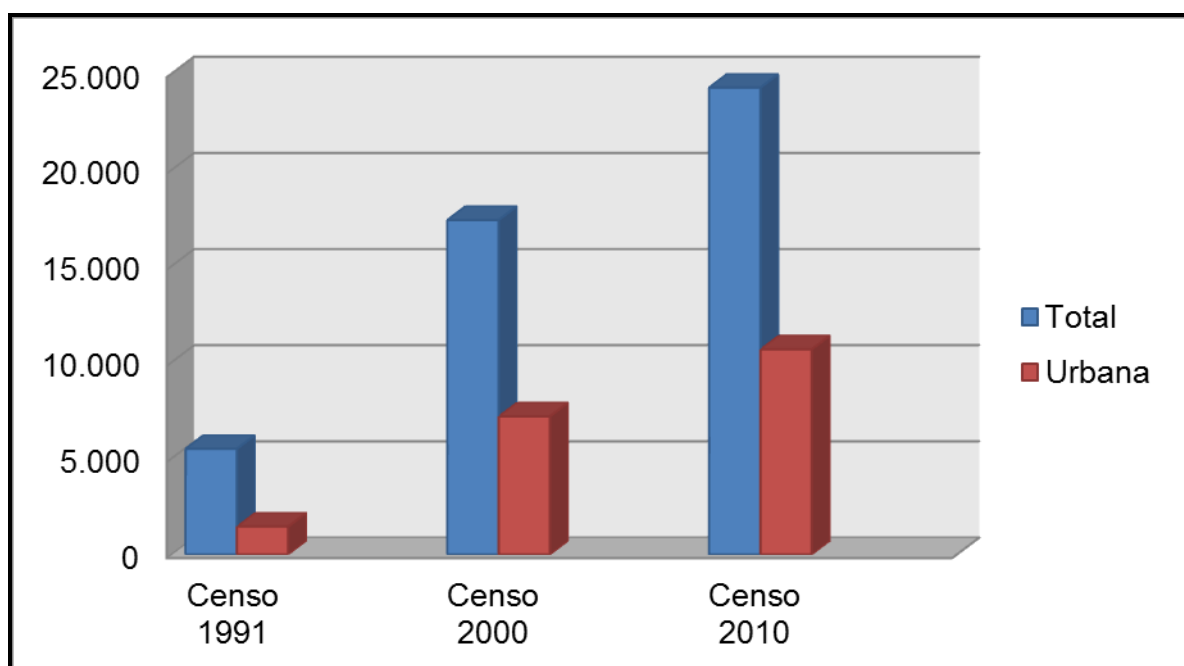
Os migrantes que chegaram da região de garimpo que contribuíram para a formação do espaço urbano de Rorainópolis se deram principalmente após o ano de 1991. Período em que os garimpos em áreas indígenas foram fechados por intervenção federal e grande parte dessa população, completamente descapitalizada e sem condições de voltar à terra natal,

permaneceu em Roraima (VALE, 2007). Contudo, muitos dos garimpeiros destinaram-se ao sul do Estado, principalmente ao município de Rorainópolis para os projetos de assentamento do INCRA, já que além de serem assentados, recebiam também uma ajuda de custo para que permanecessem em suas glebas e/ou lotes.

De acordo com as entrevistas realizadas, verificou-se que muitas pessoas que vieram das regiões de garimpo que foram assentadas pelo INCRA, ao receber suas glebas e a ajuda de custo, feita em dinheiro, a auferir esse incentivo, voltavam a sua região de origem. Assim, apenas uma parcela desses assentados permanecia fazendo parte da população de Rorainópolis e contribuindo para a produção de seu espaço. E de acordo com o (M(o) VI 1983) funcionário do INCRA na época, nesse período houve grande evasão de moradores no Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD-ANAUÁ.

Assim, como destacamos os fatores que proporcionaram a atração de migrantes para Rorainópolis como as construções de rodovias, projetos de assentamento e atividade garimpeira, essas somadas às redes de interação social, entre outros, fizeram com que o município e conseqüentemente sua área urbana tivesse um considerável crescimento demográfico nos últimas décadas, como mostra a (Figura 9):

Figura 9 - Evolução da população total e urbana de Rorainópolis no período de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2010), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Observando os dados da figura 9, verificamos que a população total do município de Rorainópolis de acordo com os do censo do IBGE (1991) era de 5.496 habitantes, e, passou para 17.393 habitantes no ano de 2000; ressaltamos que a população do município no período correspondente teve uma taxa de crescimento anual da população de 13,66%. Já a população urbana do município no ano de 1991 era de apenas 1.457 habitantes e no censo do IBGE (2000) passou para 7.185 habitantes, tendo uma taxa de crescimento anual nesta década de 19,40%.

No ano de 2010, os dados do IBGE apontam que a população do município de Rorainópolis já contava com 24.279 habitantes, e desse modo, verificamos que no período entre o ano de 2000 a 2010, a população teve uma taxa de crescimento anual de 3,39%. Por sua vez, a população urbana do município em 2010 era de 10.673 habitantes, e, no intervalo entre o censo anterior e o último a taxa de crescimento anual da população urbana de Rorainópolis foi de 4,04%.

Nesta perspectiva, destacamos que no decênio 2000/2010 houve aumento nas taxas de crescimento anual tanto da população total do município, como da população urbana. Contudo, esse crescimento se comparado à década anterior 1991/2000, é bem inferior, considerando que o crescimento do período foi considerado atípico²⁰ se comparado ao crescimento anual da população brasileira que foi de 1,64%, e do Estado de Roraima com 4,58%.

O crescimento demográfico acelerado do município de Rorainópolis está diretamente atrelado aos fluxos migratórios que se destinaram a esta porção do território roraimense, e, estiveram inteiramente ligados aos fatores já abordados, além da crescente migração espontânea²¹. Nesta conjuntura, observamos que os grandes adensamentos demográficos de Rorainópolis na primeira década de existência estão relacionado à efetivação do Projeto de Assentamento PAD-ANAUÁ, assim como a criação de novos Projetos de Assentamentos nos anos de 1990, além da materialização da estrutura do município e da cidade de Rorainópolis para sua emancipação.

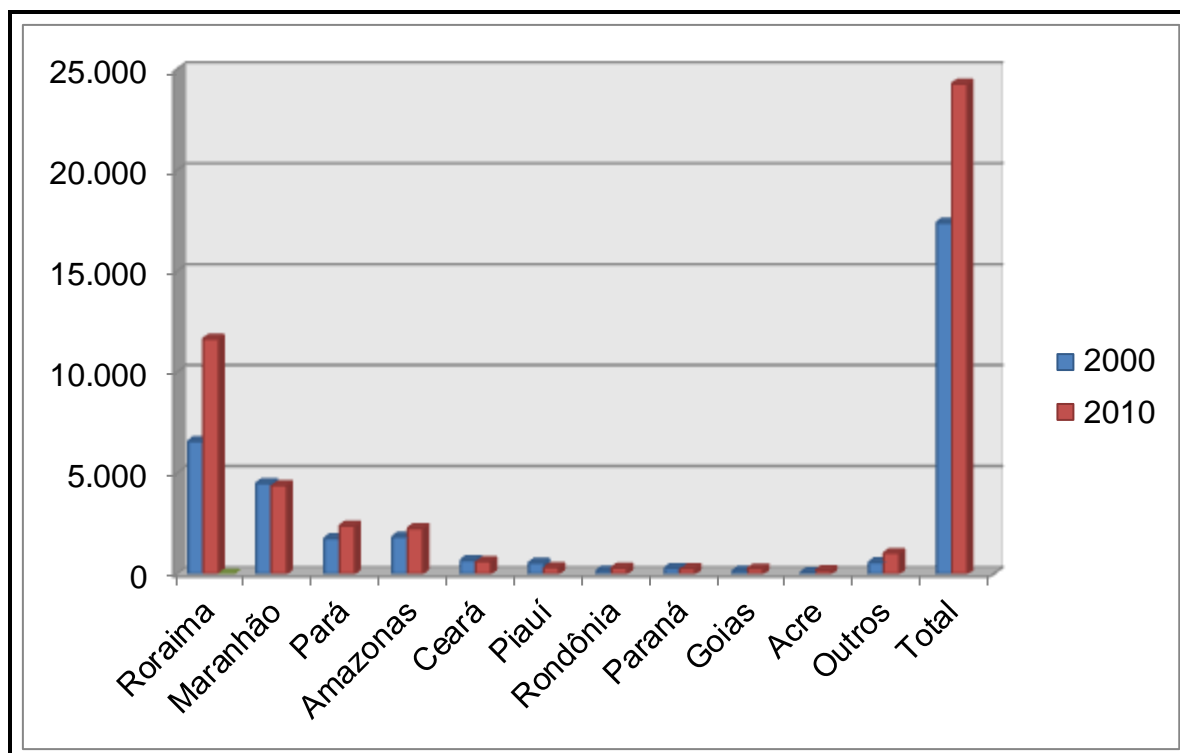
Os fatores citados geravam perante aos moradores, que migraram para este lugar na Amazônia setentrional em busca de oportunidades, além da expectativa de vislumbrar aqui o que não conseguiram em seus lugares de origem, como o acesso a terra, entre outros.

²⁰ O termo atípico foi utilizado em virtude do grande crescimento demográfico de Rorainópolis entre os anos de 1991 a 2000, crescimento muito superior as taxas de crescimento no mesmo período do Estado de Roraima e também do Brasil.

²¹ “A migração espontânea é aqui usada para contrapor a imigração dirigida e não no sentido da espontaneidade do deslocamento, pois consideramos que a migração está baseada em causas estruturais, sendo por isso um processo social que depende mais do grupo do que do indivíduo” (SINGER, 1987, p. 51).

Migrantes que passaram a desempenhar papel fundamental na produção do espaço urbano de Rorainópolis. Assim, buscou-se saber qual o origem desses migrantes (Figura 10), que aqui chegaram de diferentes lugares do Brasil, trazendo consigo o sonho e a esperança de dias melhores para si e suas famílias.

Figura 10 - População residente no município de Rorainópolis por lugar de nascimento em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2000 e 2010), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Os dados do gráfico nos permite visualizar que no decênio 2000/2010, houve consideráveis mudanças na configuração da origem da população migrante no município de Rorainópolis. No ano de 2000, observa-se que a maioria população migrante no município de Rorainópolis era oriundo do Estado do Maranhão, este funcionando como um dos principais Estado de origens de migrantes para esse lugar na Amazônia setentrional. Deste modo em 2000 à população de origem do Estado do Maranhão correspondiam 26% da população total do município, já no ano de 2010 esse número passa para 18%, havendo com isso um decréscimo no número de migrantes maranhenses.

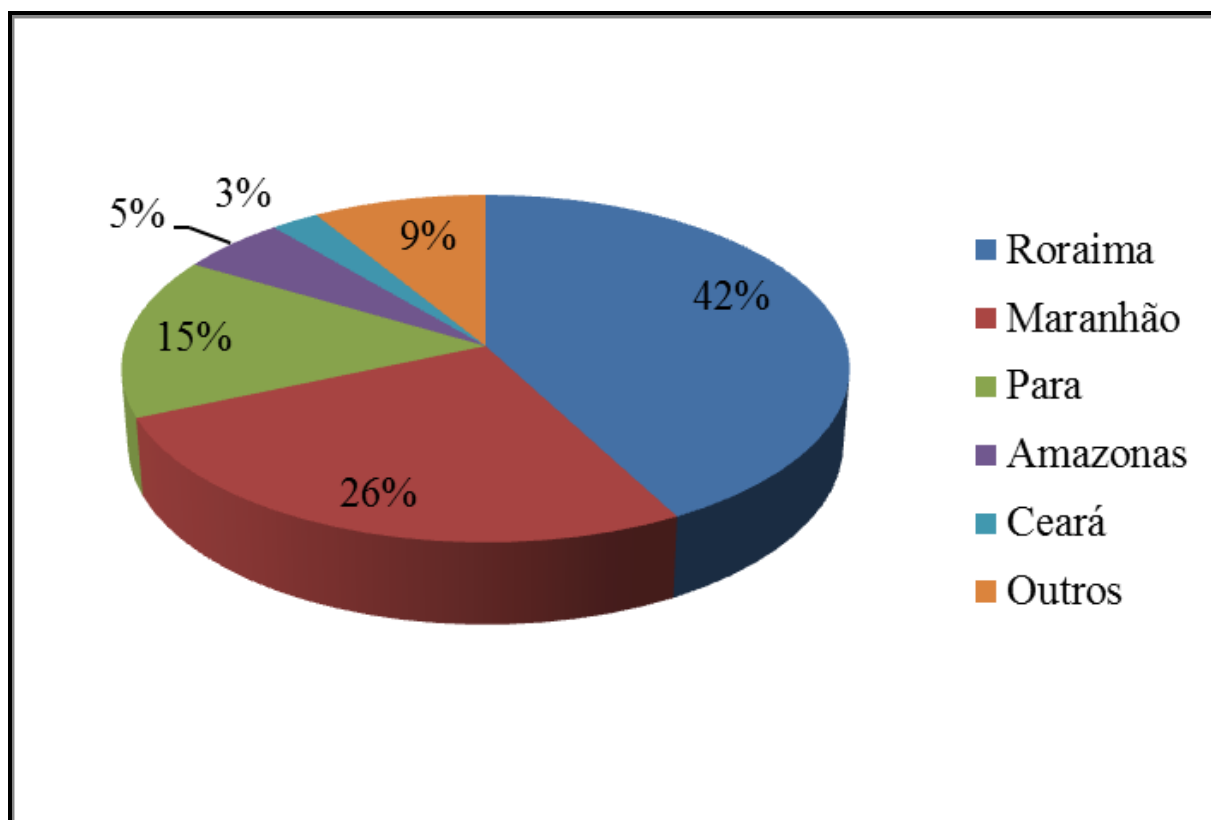
Já com relação a outros migrantes que compõem a população deste município, conforme a figura 10 acima, notamos que houve diminuição nos números de migrantes oriundos dos Estados nordestinos no decênio 2000/2010. Por sua vez, teve aumento dos

migrantes dos Estados da região Norte, prevalecendo desta forma a migração intra-regional e de curta distância se comparado a década anterior.

Cabe destacar o aumento da proporção da população de origem roraimense no município de Rorainópolis, que em 2000 representava 38%, e, que em 2010 passou para 49% da população total, por outro lado à população migrante que esteve diretamente ligado a produção do espaço de Rorainópolis ainda representa a maioria da população do município.

Retomando sobre o local de nascimento da população que constituem o município de Rorainópolis, verificamos que a maioria dos migrantes são dos Estados nordestinos com ênfase para o Estado do Maranhão com 18% (IBGE, 2010), entretanto essa proporção de migrantes no município reflete a mesma situação na sede municipal (Figura 11).

Figura 11 - Gráfico da população residente na cidade de Rorainópolis por lugar de nascimento de acordo com pesquisa direta realizada 2012.



Fonte: Pesquisa direta, 2012.

Depois de realizar uma pesquisa²² *in loco* para verificar a lugar de nascimento da população urbana municipal, foram verificados que os dados obtidos por meio de aplicação de

²² Pesquisa de campo realizada em 2012, durante a disciplina Produção de Espaço Urbano, ministrada pelo professor Antônio Tolrino Veras, com o tema: Dinâmica populacional urbana de Rorainópolis.

questionário junto à população são semelhantes com os dados do censo do IBGE (2010), comparado à população do município.

O levantamento da pesquisa demonstrou que a maioria da população urbana de Rorainópolis é oriunda do Estado do Maranhão com 26%, confirmando a contribuição desses migrantes na genealogia, assim como sua dinâmica urbana, desde seu núcleo embrionário em 1976 até os dias atuais, destaca-se também com grande importância dos migrantes oriundos do Estado do Pará que corresponde 10% da população urbana e do Estado do amazonense com 9%. Outro Estado nordestino com destaque na composição da população da sede municipal é do Estado do Ceará com 3%, outros Estados da federação correspondem a 12%.

Neste aspecto, a população urbana de Rorainópolis, 48% nasceram no Estado roraimense, reafirmando que a população migrante na cidade ainda corresponde a maioria com 52%. Certificando o papel do migrante como sujeito da produção do espaço urbano, trazendo consigo o desejo de prosperar e contribuindo para mudança da paisagem deste espaço.

Acompanhando as alterações que ocorreram na evolução demográfica e distribuição espacial da população do município de Rorainópolis que foram combinadas pela migração e crescimento vegetativo. Esses foram os principais indicadores para o aumento da população deste local, neste aspecto com o crescimento populacional que se deu em Rorainópolis (rural e urbano), surge a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas para atender a demanda local, como serviços em educação, saúde, segurança pública, renda, entre outros.

4.4.1 Aspectos Educacionais, de Saúde e Renda e a Produção do Espaço Urbano de Rorainópolis

A educação é de suma importância na construção de um modelo cívico em que o cidadão seja protagonista e sujeito ativo de sua emancipação. Para tanto, o ensino deve ser comprometido para formação de cidadãos críticos e aptos a exercer o verdadeiro exercício da cidadania. Conforme Santos (1997, p. 133) o Estado precisa priorizar a educação e que faça com que “indivíduo tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e de compreender os seus direitos para poder reivindicá-los” (1997, p.133).

O crescimento da população do município de Rorainópolis viabilizou ao mesmo, mais atenção no setor educacional, e hoje o município possui 7.825 alunos matriculados (Figura 12). Esses alunos estão distribuídos tanto em escola estaduais como municipais, assim como na zona rural e urbana.

Figura 12 - Quadro do total de alunos matriculados no município de Rorainópolis

Modalidade		Números de Alunos
Ed. Infantil		1.203
Ens. Fundamental		5.069
Ens. Médio		850
EJA	Ens. Fundamental	400
	Ens. Médio	303
Total		7.825

Fonte: INEP (2013) organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Como podemos visualizar no quadro da figura 12, o município de Rorainópolis conta com 7.825 alunos matriculados, destes 4.710 estão na zona urbana, por sua vez, 3.115 se concentram na zona rural. Observamos que na educação básica municipal não há oferta do ensino médio que fica a cargo do governo estadual, contudo a oferta de creche e pré-escola é de responsabilidade do município.

Os alunos matriculados na zona rural estão concentrados principalmente nos aglomerados rurais do município (também conhecida como vilas) dentre elas: vila Martins Pereira, Nova Colina, Equador, Jundiá, as mesmas localizadas nas margens da rodovia BR-174 e Santa Maria do Boiaçu localizada as margens do rio Branco, além das escolas nas vicinais. Cabe destacar no município de Rorainópolis que são poucas as estradas vicinais que possuem escolas, tanto estadual como municipal, sendo que os alunos que moram em vicinais próximas as vilas estudam nestas e o deslocamento dos alunos de suas residências até a escola é feito pelo transporte escolar.

Diante disso, do total dos alunos matriculados no município 4.672 alunos estão matriculados na zona urbana (Figura 13).

Figura 13 - Quadro de Escolas e Alunos Matriculados na Zona Urbana em 2013.

Escola	Modalidade		Nº de Alunos	Ano de Criação	Localização (Bairro)
Esc. Estadual José de Alencar	Ens. Médio	Regular	562	1979	Centro
		Eja	198		
Esc. Est. Prof: Antônia Tavares da Silva	Ens. Fundamental	Anos Finais	647	2005	Centro
		EJA (Anos Finais)	81		
Esc. Est. Padre Eugenio Possamai	Ens. Fundamental	Anos Iniciais ²³	27	1996	Cidade Nova
		Anos Finais ²⁴	640		
Esc. Mun. Joselma Lima de Souza	Ens. Fundamental	Anos Iniciais	681	1998	Suelândia
	Ed. Infantil	Pré-Escola	48		
Esc. Mun. Prof: Hildemar Pereira de Figueredo	Ens. Fundamental	Anos Iniciais	516	1998	Centro
		EJA (Anos Iniciais)	227		
Esc. Mun. Ordalha Araújo Lima	Ens. Fundamental	Anos Iniciais	243	2010	Novo Horizonte
	Ed. Infantil	Pré-Escola	292		
Esc. Mun. Vó Hilda Klenniving da Silva	Ens. Fundamental	Anos Iniciais	88	2010	Gentil Carneiro (Portelinha)
Esc. Mun. Jean de Souza Oliveira	Ed. Infantil	Pré-Escola	164	2012	Andaraí
Esc. Mun. Boneca Emília	Ed. Infantil	Creche	201	2006	Centro
Esc. Mun. Andreza Conceição Silva Rufino	Ed. Infantil	Creche	98	2007	Suelândia

Fonte: INEP (2013), organizado: Roniel Vítor de Oliveira

²³ Anos iniciais corresponde à primeira fase do ensino fundamental, ou seja, da 1ª a 4ª série para sistemas com 8 anos de duração, ou, do 1 ao 5º ano para sistemas com 9 anos de duração.

²⁴ Anos Finais corresponde à segunda fase do ensino fundamental, ou seja, da 5ª a 8ª série para sistemas com 8 anos de duração, ou, do 6º ao 9º ano para sistemas com 9 anos de duração.

Como podemos visualizar na figura 13, das dez escolas localizadas no espaço urbano de Rorainópolis, apenas uma é de ensino médio, quatro do ensino fundamental, duas de ensino fundamental e educação infantil e três escolas que ofertam a educação infantil. Outros dados que nos chama atenção são os anos da criação destas escolas, como por exemplo a escola José de Alencar que foi criada no ano de 1979, quando esse aglomerado urbano ainda era um núcleo embrionário em expansão que estava recebendo migrantes de todas as regiões do Brasil, principalmente da grande região nordeste.

Já entre as escolas com maior número de alunos matriculados três dela foram criadas na década de 1990, o que reflete o grande crescimento demográfico tanto no município como na cidade na década, incremento populacional que no período foi considerado atípico em comparação a outros lugares do Brasil e de Roraima. Este momento foi marcado pelas grandes levas de migrante que se destinaram a este lugar, e que aqui chegaram e decidiram residir e contribuir para a formação desse espaço urbano.

Com relação à década de 2000 foram criadas três escolas. Na mencionada década a cidade de Rorainópolis, teve uma taxa de crescimento anual da população urbana correspondente às taxas de crescimento do Estado de Roraima. Por conseguinte na década de 2010 foram criadas três escolas uma de educação infantil, outra de educação infantil e ensino fundamental e uma de ensino fundamental. Cabe destacar que nos anos anteriores só existiam uma escola de educação infantil para atender esse público. Contudo essas escolas de educação infantil, principalmente as creches não possuem capacidade para atender a demanda.

Outro caso que nos chama atenção, é que as escolas da área urbana de Rorainópolis, além de atender os alunos da cidade também atende os alunos da zona rural, são os que residem em viciniais próximos à sede do município. Destaca-se também que o município não oferta a educação infantil na modalidade creche nas escolas da zona rural.

Ainda com relação a educação na cidade de Rorainópolis, existem três unidades do chamado Sistema “S”, a saber, (SESC, SENAI e SENAC), que são organizações criadas pelos setores produtivos como indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas, que têm por finalidade qualificar e promover o bem-estar de seus trabalhadores. Entre as unidades desse sistema que existem na cidade de Rorainópolis são o SESC (Serviço Social do Comércio) que possui entre suas principais funções o trabalho com projeto para alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), o sistema atualmente possui 111 alunos matriculados sendo duas turmas de alfabetização, duas turmas do 1º ciclo que corresponde a 1ª e 2ª série do ensino fundamental e duas turmas do 2º ciclo que corresponde a 3ª e 4ª série.

Já o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), oferece cursos para qualificação nos setores de alimento, automotivo, confecção de vestuário, construção civil, eletroeletrônica, gestão (arquivologia, auxiliar administrativo), informática, madeira imobiliário, metal mecânica, refrigeração e segurança no trabalho. Esses cursos são ofertados de forma alternados de acordo com a demanda, atualmente esse sistema possui uma turma de informática com 20 alunos matriculados, e a turma de gestão com 30 alunos, uma turma de segurança no trabalho com 30 alunos, uma turma de construção civil com 15 alunos e uma turma de alimentos com 15 alunos.

Outra unidade do Sistema “S” que existe na cidade de Rorainópolis é o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que com parceria com o PRONAT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais), oferta curso de informática, cabelereiro assistente, pintura e tecido, vendedor, organizador de eventos, secretário escolar, entre outros, esse sistema de ensino possui por objetivo a capacitação profissional de seus discentes e possuem mais de 150 alunos matriculados nessa instituição.

Na educação superior, na cidade de Rorainópolis possui um campus da Universidade Estadual de Roraima (UERR), que oferta atualmente 13 cursos, a saber, Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Filosofia, Física, Letras, Matemática, Pedagogia, Química, Sociologia e Ciências da Natureza e também a Universidade Virtual de Roraima (UNIVIR) que oferta curso superior a distância.

Diante do exposto à oferta da educação na cidade de Rorainópolis, tanto do Sistema “S” que capacita pessoas a exercerem funções técnicas e administrativas, assim como a de nível superior, possibilitam a melhorar os indicadores sociais com a qualificação profissional, além de promover um novo processo migratório, como a migração de professores de outros Estados para trabalhar nestas instituições, além da migração intraestadual de alunos que saem de suas cidades para cursar ensino superior em Rorainópolis, os quais após a conclusão dos cursos de nível superior regressam a sua cidade de origem, ou como é caso de muitos decidem ficar e contribuir na produção e reprodução do espaço urbano de Rorainópolis.

Outro fato visivelmente constatado, diz respeito aos moradores da zona rural do município de Rorainópolis, os mais jovens não querem seguir os mesmos destinos do país de continuar a trabalhar no campo, uma vez que os mesmo não veem perspectivas de melhorar a qualidade de vida se continuar a viver do trabalho agrícola. Essa visão está relacionada à falta de apoio ao pequeno trabalhador rural que vive da agricultura familiar, isso por falta de políticas públicas eficazes para a fixação desse pequeno trabalhador no campo. Muitos jovens e mesmos famílias acabam realizando a migração rural-urbano. Por sua vez, os mais jovens

migram com a finalidade de se qualificarem e inserir-se no mercado de trabalho. Entretanto entre as famílias que migram para a cidade e que vendem seus lotes vem em busca de serviços essenciais como saúde, entre outros. Serviços que não são ofertados na zona rural, e devido a dificuldade de deslocamento até a cidade, acabam por decidir pela migração.

Já no que diz respeito à saúde municipal, serviço de suma importância para uma população, que foi apontada pelos primeiros moradores de Rorainópolis entrevistados como um dos principais obstáculos para a formação da vila na década de 1970. Devido a grande dificuldade da oferta desse serviço na época (serviço que ainda é ofertado de forma muito precária a população). Em seus depoimentos ao serem entrevistados os moradores apontavam que a principal doença na época e que assolava as pessoas era a malária, como observamos “as pessoas desistia na época pela pouca assistência na saúde, isso era uma forma de disacossuar, porque a malária atacava bem [...] e quando o camarada se acha doente. Isso aí desestimulou muita gente” (M(o) II, 1976).

Os principais locais que as pessoas recorriam na época para ser atendido quando estavam doentes eram os assentamentos do BEC, quando necessitavam de medicamentos teriam que se deslocarem a cidade mais próxima que era a cidade de Caracará, e, em caso de emergência teriam que se deslocarem até a capital Boa Vista, como relata o morador (M(o) III, 1977) “quando a gente ficava doente a gente corria pro acampamento do BEC ali no Martins Pereira nessa época não passava ninguém pra cá. Diante disso tinha que ir pra Caracará lá tinha farmácia se não tivesse jeito lá tinha que ir pra Boa Vista”.

Outros locais que os moradores recorriam quando estavam doentes para procurar tratamento era o acampamento do BEC de Arara Vermelha que fica aproximadamente 70 km da cidade de Rorainópolis no sentido sul e o de Parapanema que fica a 11 km da vila de Novo Paraíso a norte da cidade de Rorainópolis a altura onde está instalado o Instituto Federal de Roraima, que fica a 42 km do núcleo urbano de Rorainópolis, no sentido de Boa Vista.

O primeiro posto de saúde de Rorainópolis foi construído no ano de 1982, de acordo com o morador (M(o) VI 1983) o posto foi construído pelo INCRA. A primeira médica a prestar serviço e também contribuir para a formação e consolidação desse núcleo urbano foi a Doutora Maria Yandara, que veio a falecer em 1983 em decorrência de um acidente de carro quando transportava um doente até a capital Boa Vista. Depois deste acidente o posto de saúde ficou sendo assistido pela auxiliar de enfermagem Maria dos Santos conhecida como Maria Enfermeira nome que lhe foi dado no período em que prestava serviço no posto de saúde à população e como ainda é conhecida, a mesma ainda hoje presta serviço a população de Rorainópolis.

Atualmente no município possui 07 postos de saúde, 02 na sede e 01 em cada aglomerado rural, a saber, Nova Colina, Martins Pereira, Equador, Jundiá e Santa Maria do Boiaçu. Apenas a cidade de Rorainópolis destaca-se em números de funções específicas, isto é, de atendimento especializado totalizando 69 profissionais. Neste aspecto o município de Rorainópolis se destaca como o município mais populoso do Estado de Roraima, após o de Boa Vista (ROCHA, 2013).

Na sede do município o hospital mantido pelo governo do estado responsável por atender a população contava com 29 leitos esse funcionou até o início de 2014, isso porque o hospital que passou mais de uma década para ser construído foi inaugurado no mês de março de 2014, esse conta com 35 leitos. O hospital recém-construído tem como objetivo principal o atendimento médico da população Rorainópolis, também dos municípios de São João da Baliza, São Luiz, Caroebe. Após sua conclusão a expectativa da população é que o mesmo venha atender a população com profissionais especializados. Observamos que, a oferta nos serviços de saúde no município de Rorainópolis não acompanhou na mesma proporção o crescimento demográfico de sua população, uma vez que, esse serviço é ofertado de forma muito precária. Assim como no início de formação núcleo urbano Rorainópolis no final da década de 1970 até hoje as pessoas com enfermidades mais graves precisam ser deslocadas até a capital Boa Vista cerca de 300 km de distância da cidade de Rorainópolis, haja vista que muitas especialidades médicas não são ofertadas no município e nem nos demais municípios próximos, isso mostra o pouco avanço na prestação desse serviço.

Com relação às atividades relacionadas aos setores de produção no município de Rorainópolis, indicador responsável para qualificar o nível de renda de uma população, neste contexto, de acordo com os dados do PNUD (2013), a taxa de atividade e de ocupação da população acima de 18 anos no município de Rorainópolis é 65,1%, considerada economicamente ativa e 34,9% inativa, e dos considerados ativos 5,99% estavam desocupadas, ou seja, estavam sem trabalhar ou a procura de emprego. Assim sendo, das pessoas ocupadas 40,32% trabalhavam no setor agropecuário, 0,65% na indústria extrativa, 7,54% na indústria de transformação, 5,71% no setor de construção, 0,25% nos setores de utilidade pública, 9,45% no comércio e 28,40% no setor de serviços (PNUD, 2013).

Ainda de acordo com Atlas de Desenvolvimento do PNUD (2013) a renda per capita média de Rorainópolis em 1991 era de R\$ 221,41 passando para R\$ 284,22 em 2010, a taxa de crescimento nas duas últimas décadas foi de 28,37%. Já a extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 42,33% em 1991 para 26,59% em 2010.

A respeito das pessoas ocupadas no município de Rorainópolis, observa-se que a maioria estão concentrada na agropecuária, isso reflete a realidade do município, visto que a maioria da população ainda reside na zona rural. Em contrapartida das pessoas ocupadas ligados aos setores de utilidade pública, comércio e serviços, a maioria está concentrada na zona urbana, uma vez que, na sede municipal possui 416 comércios e 58 indústrias, além de três agências bancárias, enquanto o aglomerado rural de Nova Colina é apontado com a segunda posição com 42 comércios e 13 indústrias, terceiro está Equador com 18 comércios e 02 indústrias e em quarto e quinto estão Jundiá e Martins Pereira com 08 e 02, 06 e 03 respectivamente²⁵ (ROCHA, 2013).

Dentre os fatores já apontados como possíveis obstáculos para consolidação do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis ainda na década de 1970, também estão os relacionados aos setores de comércios e serviços, uma vez que, a prestação desses serviços relacionados aos setores públicos estavam localizados na capital Boa Vista, assim como o comércio, quando os primeiros moradores precisavam comprar algum bem de primeira necessidade precisava se deslocar até a cidade de Caracarái, Boa Vista ou até Manaus, como relata o morador (M(o) I 1976) “a grande a dificuldade logo no começo quando eu cheguei pra cá se você quisesse comprar uma caixa de fósforo o comércio mais próximo era Caracarái, mas aí depois foi chegando gente foi aparecendo uma barraquinha”.

Os três indicadores sociais, que exploramos acima, dentre eles educação, saúde e renda nos ajudam a entender como está o nível de Desenvolvimento Humano do Município de Rorainópolis, esse sendo como um indicador importante para medir a qualidade de vida de nossa população.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é usado para medir a qualidade de vida da população por meio da análise da renda, da longevidade e da educação. Cada variável do IDH (renda, longevidade e educação) é expressa por um índice que varia de zero (pior) até um (melhor). O IDH total é a média desses índices.

Os municípios que apresentam índice de desenvolvimento humano entre 0 e 0,499 são considerados com IDH muito baixo, já os que estão entre 0,500 a 0,599 são considerados baixos, os que estão entre 0,600 a 0,699 possui médio IDH, por sua vez os que estão entre 0,700 a 0,799 possui alto IDH, sendo assim os que estão entre 0,800 a 1 possui IDH muito

²⁵ “Vale destacar, que estes dados mencionados acima, correspondem aos estabelecimentos cadastrados como contribuintes do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, imposto de competência estadual para instituí-lo. Apesar da existência de empresas que são somente contribuintes de Imposto Sobre Serviços – ISS, de competência municipal, as empresas que se inserem nesta categoria não são obrigadas a se cadastrarem junto a SEFAZ” (ROCHA, 2013, p 132).

alto. Embora o IDH seja útil para entender a situação de um município, região ou país, ele pode ocultar desigualdades severas e subestimar o bem-estar da população, que vai além desses indicadores, evidenciados na (Figura 14 e 15), (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007).

Figura 14 - Foto da cidade de Rorainópolis onde há prestação de serviços públicos



Fotografia: Roniel Vitor de Oliveira (2013).

Figura 15 - Foto da cidade de Rorainópolis onde há carência na prestação de serviço público

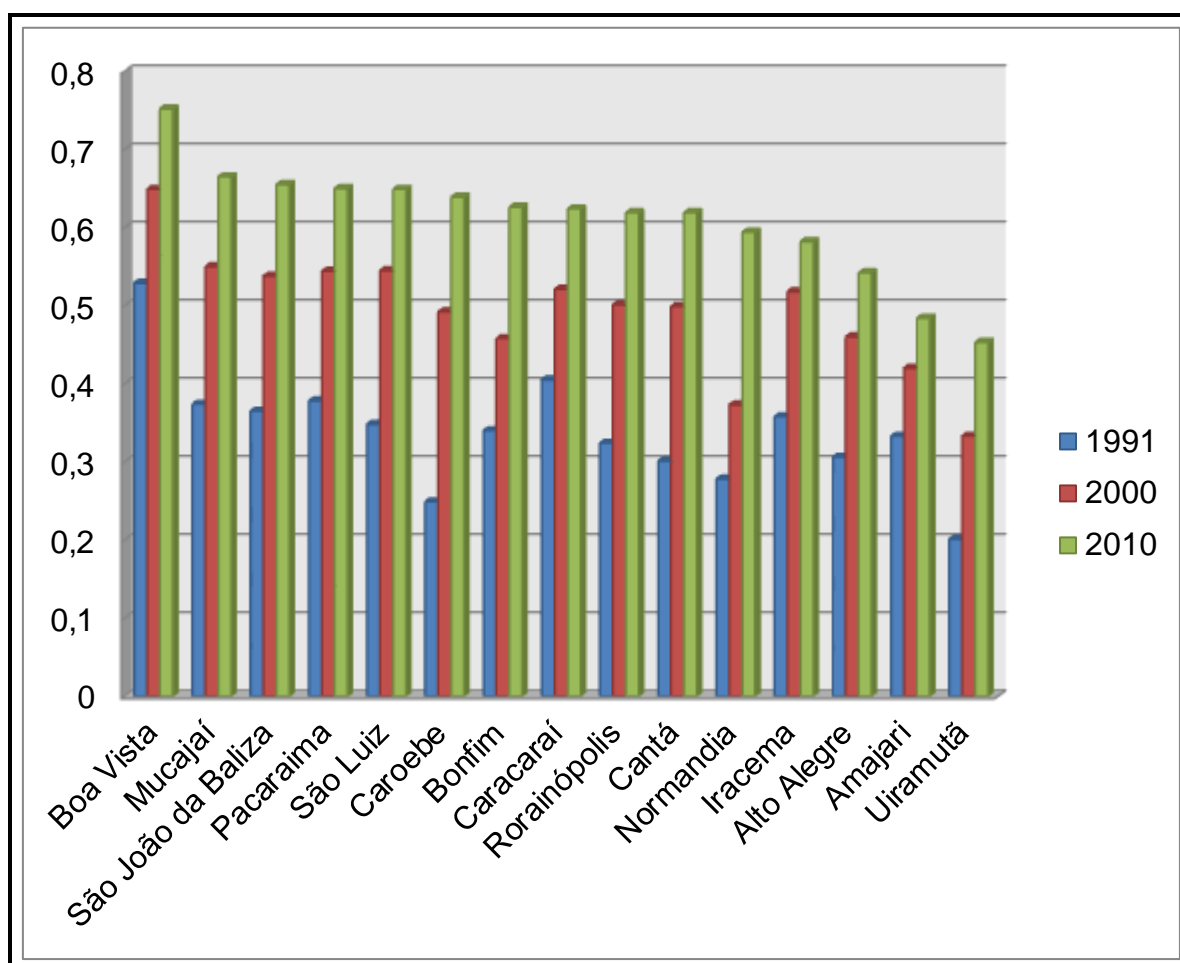


Fotografia: Roniel Vitor de Oliveira (2013).

Observando as figuras 14 e 15, constatamos que não existe paridade na oferta de serviços básicos (saneamento, energia, água, entre outros) a população que reside na cidade, essas disparidades sociais em que vive a população são ocultadas, realidades que vai muito além dessas que o IDH não mostra.

Neste contexto apresentamos o IDH dos municípios de Roraima, como mostra a (Figura 16), para fazermos uma relação com o município e a cidade de Rorainópolis.

Figura 16 - IDH-M dos municípios do Roraima.



Fonte: IBGE (2013), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Analisando a figura 16, logo verificamos que o município que possui o melhor IDH-M no Estado de Roraima é o de Boa Vista com 0,752, índice considerado alto. Já nove municípios em Roraima estão entre 0.600 a 0.699 sendo considerado desta forma com um médio IDH dentre esses municípios está Rorainópolis. Com baixo IDH estão respectivamente os município de Normandia, Iracema e Alto Alegre com valores acima de 0,499 e abaixo de 0.600. Já os municípios de Amajari e Uiramutã possuem os piores indicadores do Estado de

Roraima o primeiro com 0,484 e o segundo com 0,453, IDH considerado muito baixo de acordo com os números.

O Índice de Desenvolvimento Humano do município de Rorainópolis é de 0,619, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio entre 0,600 e 0,699. Entre os anos de 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi de educação com crescimento de 0,205, seguida por longevidade e por renda, por sua vez entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos seguiu os mesmos parâmetros da década anterior com educação com o maior crescimento de 0,206, também seguidos por longevidade e renda.

Já no que diz respeito ao período de 1991 a 2000 o IDH do município passou de 0,324 em 1991 para 0,501 em 2000 uma taxa de crescimento de 54,63%. Entre 2000 e 2010 o IDH do município passou de 0,501 em 2000 para 0,619 em 2010 - uma taxa de crescimento de 23,55%. Quanto ao crescimento nas duas últimas décadas entre 1991 e 2010 Rorainópolis teve um incremento no seu IDH de 91,05%, acima da média de crescimento nacional que foi 47,46% e da média de crescimento estadual que foi de 54,03%.

Rorainópolis em relação aos 15 outros municípios de Roraima ocupa a 9ª posição, sendo que oito municípios estão em situação melhor, assim como Boa Vista, Mucajaí, São João da Baliza entre outros, e seis municípios estão em situação pior ou igual, assim como Alto Alegre, Amajari, Uiramutã entre outros.

O município de Rorainópolis possui como característica marcante o grande número de moradores não naturais do Estado de Roraima, neste sentido discutiremos a seguir o lugar de nascimento dos representantes políticos deste município para observar se os mesmos estão diretamente ligados ao processo de migração para Rorainópolis.

4.4.2 Representação Política Municipal e Migração

A contribuição do migrante para a formação do espaço urbano de Rorainópolis, no âmbito político fica evidente com a participação e representação política nos governos municipais, desde sua emancipação em 1995. Neste sentido observamos que os prefeitos e os vereadores eleitos de acordo com o lugar de nascimento, a maioria pertence aos estados da macrorregião brasileiras, principalmente a Nordeste (Tabela 8).

Tabela 8 - Nome e lugar de nascimento dos representantes políticos de Rorainópolis do cargo de prefeito.

Anos	Nome dos Representantes Políticos	Lugar de Nascimento
1997-2000	Antônio Carlos Lacerda Gago	PR (S)
	Geraldo Maria da Costa	CE (NE)
2001-2004	Otília Natalia Pinto	BA (NE)
2005-2008	José Reinaldo de Aguiar (Gordinho)	CE (NE)
2009-2012	Carlos James Barro da Silva	MA (NE)
2013-2016	Adilson Soares de Almeida	BA (NE)

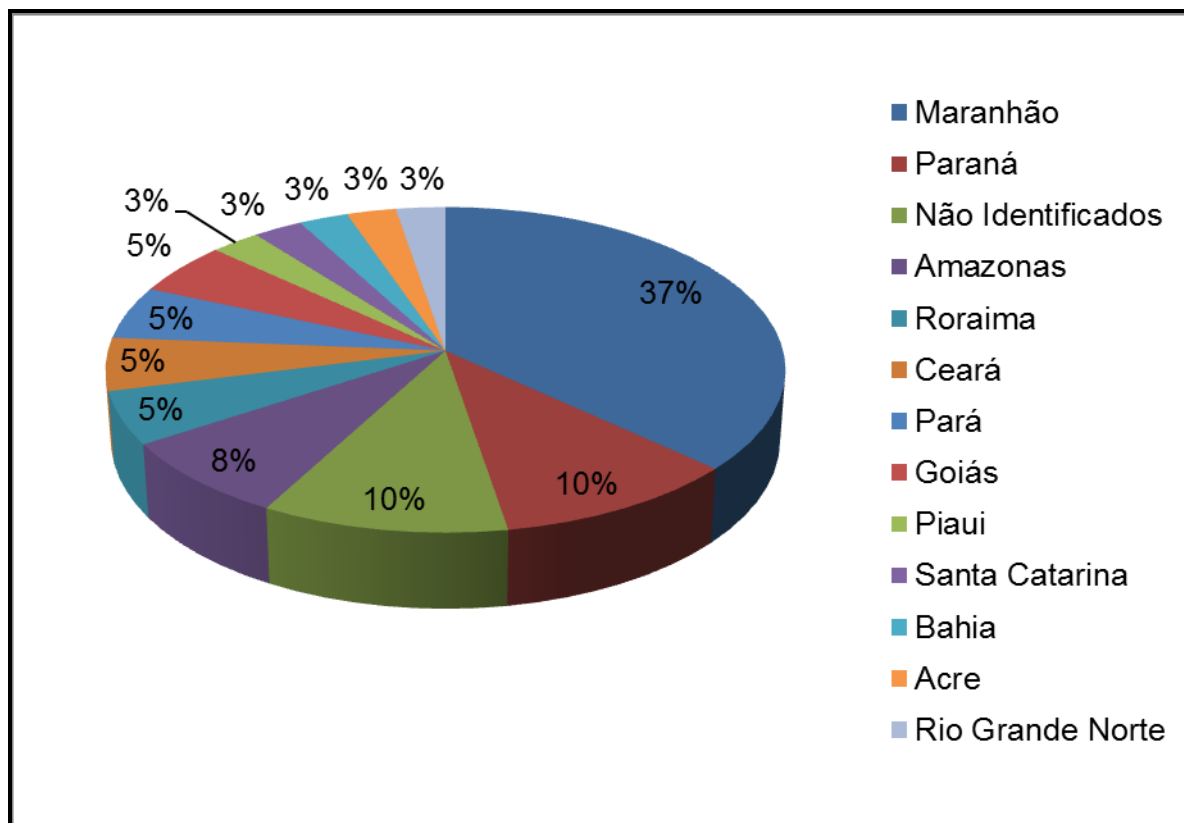
Fonte: TSE (2013), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Como observamos na tabela 8, das cinco legislaturas municipais tivemos seis prefeitos, demonstrando a contribuição política do migrante para a genealogia e formação urbana em Rorainópolis, vale ressaltar que o primeiro prefeito Antônio Carlos Lacerda Gago faleceu no exercício do mandato eletivo, assumindo o cargo o Vice-Prefeito Geraldo Maria da Costa natural do Estado do Ceará. A maioria dos prefeitos municipais são nordestinos evidenciando a participação política, socioeconômica e cultural na formação e estruturação do município, principalmente na cidade com a promoção de infraestrutura. Com isso de acordo com os dados, notamos que dois prefeitos são oriundos do Estado cearense, dois são do Estado da Bahia, um do Estado do Maranhão e apenas um prefeito pertence ao Estado do Paraná, região Sul do País.

Ainda, no que diz respeito o lugar de nascimento dos representantes políticos do município de Rorainópolis nestes dezoito anos, desde sua emancipação em 1995, a maioria dos agentes públicos eleitos pelo voto direto são migrantes, mostrando assim a participação desses agentes no processo de formação política, socioeconômica e cultural desta cidade realizada por pessoas de diversas regiões brasileiras, deste modo podemos observar o lugar de

nascimento dos vereadores de Rorainópolis (Figura 17), desde a sua primeira legislatura em 1996 até a última em 2012.

Figura 17 - Lugar de nascimentos dos representantes políticos de Rorainópolis do cargo de vereador.



Fonte: TSE (2013), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Podemos visualizar de acordo com os dados da figura 17, notamos a importância do migrante como sujeito na formação política e social, que está diretamente influenciando no processo histórico e formação da cidade de Rorainópolis, seja promovendo políticas públicas em bem de seus residentes ou a ausência delas negando aos moradores o direito a serviços essenciais a sua sobrevivência. Dos 38 vereadores do município de Rorainópolis desde a sua primeira eleição até a última em 2012, 50% nasceram em estados nordestinos e destes destaca-se o Estado do Maranhão com 37%; e 21% da região Norte, com destaque para o Estado do Amazonas como 8%; 13% da região Sul, sendo 10% do Estado do Paraná; da região Centro-Oeste 5%, sendo todos do Estado de Goiás.

Neste contexto evidenciamos que assim como a origem da população da área urbana de Rorainópolis, assim como do município como um todo, a maioria de sua população é

constituída de nordestinos, tendo o Estado do Maranhão como destaque no âmbito migratório, bem como os representantes políticos como vereadores e prefeito do município seguiu-se a mesma tendência. Contudo o que chamou atenção foi à pequena representação de políticos roraimenses, entre os que assumiram cargo eletivo temos apenas 3% de vereadores roraimenses e nenhum prefeito eleito no executivo municipal.

Com relação à composição da população de uma cidade, quando esta é composta por um grande contingente de pessoas resultado direto de processos migratórios têm-se percebido dificuldade em mobilizar essa população para reivindicar melhorias para a cidade como, por exemplo, saúde, educação, transporte, segurança pública, entre outros, pela falta de identidade desses moradores com o lugar, pelo sentimento de não pertencimento ao lugar em que vive, mesmo que esse sentimento vai mudando durante o tempo.

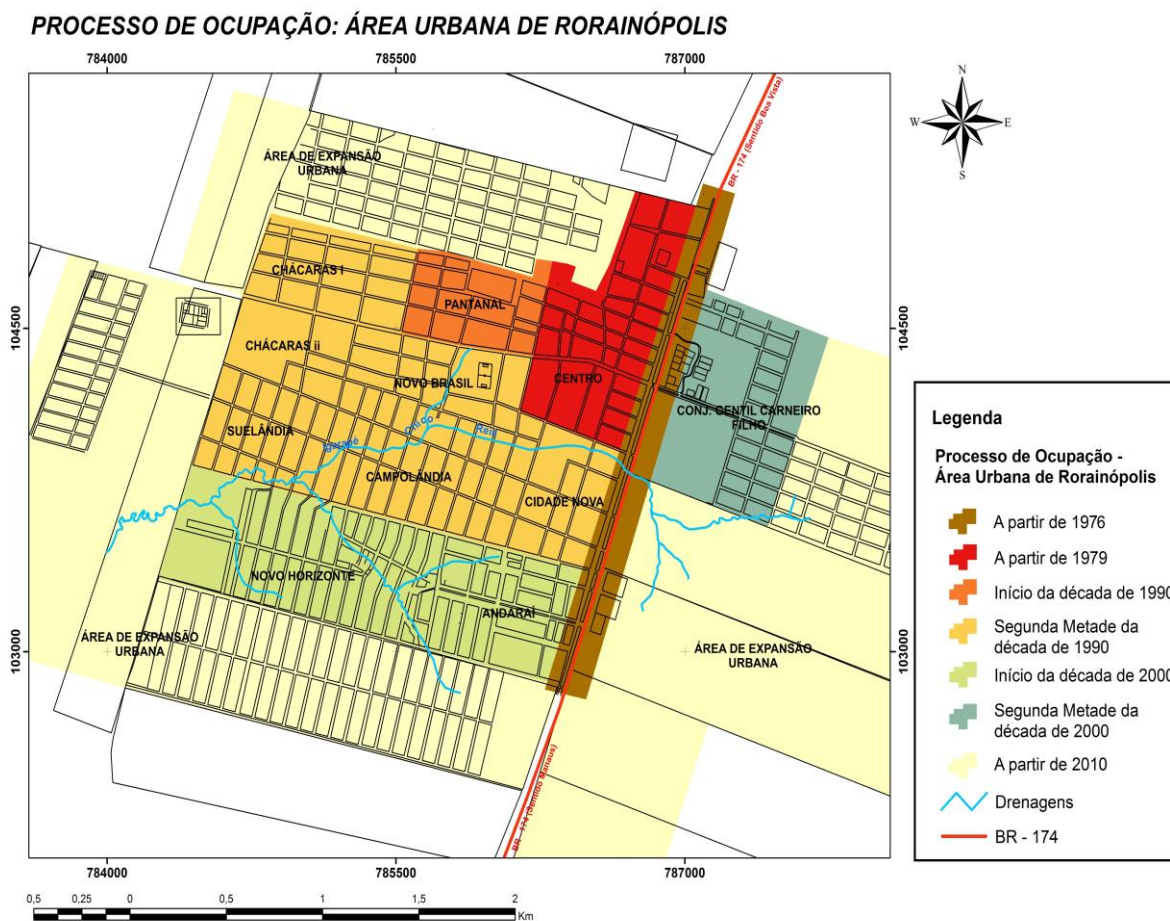
O incremento populacional que a cidade de Rorainópolis recebeu com o passar do tempo permitiu a mesma a sua expansão, assim como sua espacialização urbana.

4.4.3 Expansão e Espacialização Urbana de Rorainópolis

A cidade de Rorainópolis surge a partir das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia criadas a partir de 1964, e dentre elas estava o emprego de infraestrutura, que em Roraima uma dessas medidas se deu principalmente com a construção da rodovia BR-174. Neste contexto o processo de produção do espaço urbano de Rorainópolis ocorreu a partir da ação de vários sujeitos sociais e da relação entre eles com a natureza.

No final da década de 1970 as margens da rodovia BR-174, durante o “[...] rasgo na floresta [...]” (ROCHA, 2013, p. 33), chegam a este lugar os seus primeiros migrantes e moradores encaminhando assim, o surgimento o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis (Figura 18). Já no início da década de 1980, o até então o simples aglomerado populacional já mostra sinal de consolidação ao se especializar as primeiras ruas as margens esquerda da rodovia BR-174 no sentido Manaus - Boa Vista, e que hoje forma o bairro Centro e devido a sua pionicidade como bairro, ainda encontram-se os principais equipamentos urbanos como comércios, praças, igrejas, residências e prédios públicos, entre outros.

Figura 18 - Croqui do processo de ocupação urbana de Rorainópolis



Elaboração: Franzmiller Almeida Nascimento, organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Neste aspecto, no início dos anos de 1990, surge o segundo bairro chamado de Pantanal, o mesmo surge como resultado do crescimento demográfico, assim a Vila do INCRA amplia sua espacialização geográfica e humana mostrando o desenho de um fluxo migratório em direção a este lugar as margens da rodovia BR-174. Fluxo que aumentou em grandes proporções nas décadas posteriores. Em meados da década de 1990, o futuro núcleo urbano de Rorainópolis ganha novas dinâmicas, e, este fato se deu em 1995, com a emancipação política municipal e o então núcleo urbano, ganha o *status* de cidade sede municipal e passa a assumir novas formas, funções, estrutura e características com o emprego de infraestruturas, aberturas de ruas e avenidas, construções de prédios públicos municipais, a exemplos de escolas, posto de saúde e praças, entre outros.

A partir da emancipação política de Rorainópolis começa a surgir novos bairros na cidade, a saber, Nova Cidade, Campolândia, Novo Brasil, Suelândia e Chácara I e II, num total de seis bairros todos no sentido oeste, a margem esquerda da rodovia BR-174, no sentido

Manaus - Boa Vista, demonstrando uma cidade em expansão tanto espacial, quanto demográfica, como podemos observar na figura 18 acima. Os surgimentos desses bairros estão diretamente ligados ao fluxo migratório para a cidade de Rorainópolis na década de 1990, período que houve o maior incremento demográfico desde o seu surgimento na final na década de 1970.

Ainda podemos visualizar na figura 18 que o processo de expansão espacial na cidade continua crescendo dando lugar ao surgimento de novos bairros, conseqüentemente a marca desse processo de expansão urbana se mostra com o surgimento no início da década de 2000 dos bairros Andaraí e Novo Horizonte no mesmo sentido dos bairros anteriores. Nesta conjuntura, na segunda metade da década de 2000, surge por meio do programa habitacional do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida”, o bairro Gentil Carneiro, conhecido popularmente como Portelinha (programa ainda está em fase de implementação), o mencionado bairro é o primeiro a surgir no sentido leste da cidade na margem direita da rodovia BR-174 no sentido Manaus - Boa Vista.

Neste sentido, o processo de produção do espaço urbano de Rorainópolis, com o crescimento demográfico e da expansão da cidade pressupõe o reconhecimento senão do conjunto, mas ao menos de parte de sua história, nesse processo, os subespaços rurais se decompõem em meio ao avanço da expansão urbana. Este acontecimento sempre se mostrou evidente, contudo o mesmo volta a florescer com a expansão que a cidade está passando a partir de 2010. A área de ocupação recente, observamos a presença da floresta, mostrando as contradições atinentes a produção do espaço urbano de Rorainópolis.

De acordo com os dados do censo do IBGE (2010) a população urbana de Rorainópolis, era composta por 10.673 habitantes. Já de acordo com os dados da Secretária Municipal de Saúde de Rorainópolis (SEMSA, 2013), por meio do cadastro domiciliares realizado pelos agentes comunitário de saúde, o referido órgão possui um total de 7.937²⁶ pessoas cadastradas na área urbana, números inferiores aos dados do IBGE. Neste aspecto, de acordo com os dados da (SEMSA, 2013) a população cidade está espacializada da seguinte forma (Figura 19). Os bairros Nova Cidade e Andaraí possuem mais de 1.000 habitantes, o que se observa é que nesses bairros a maioria dos imóveis são residenciais, esses são os mais populosos da área urbana de Rorainópolis.

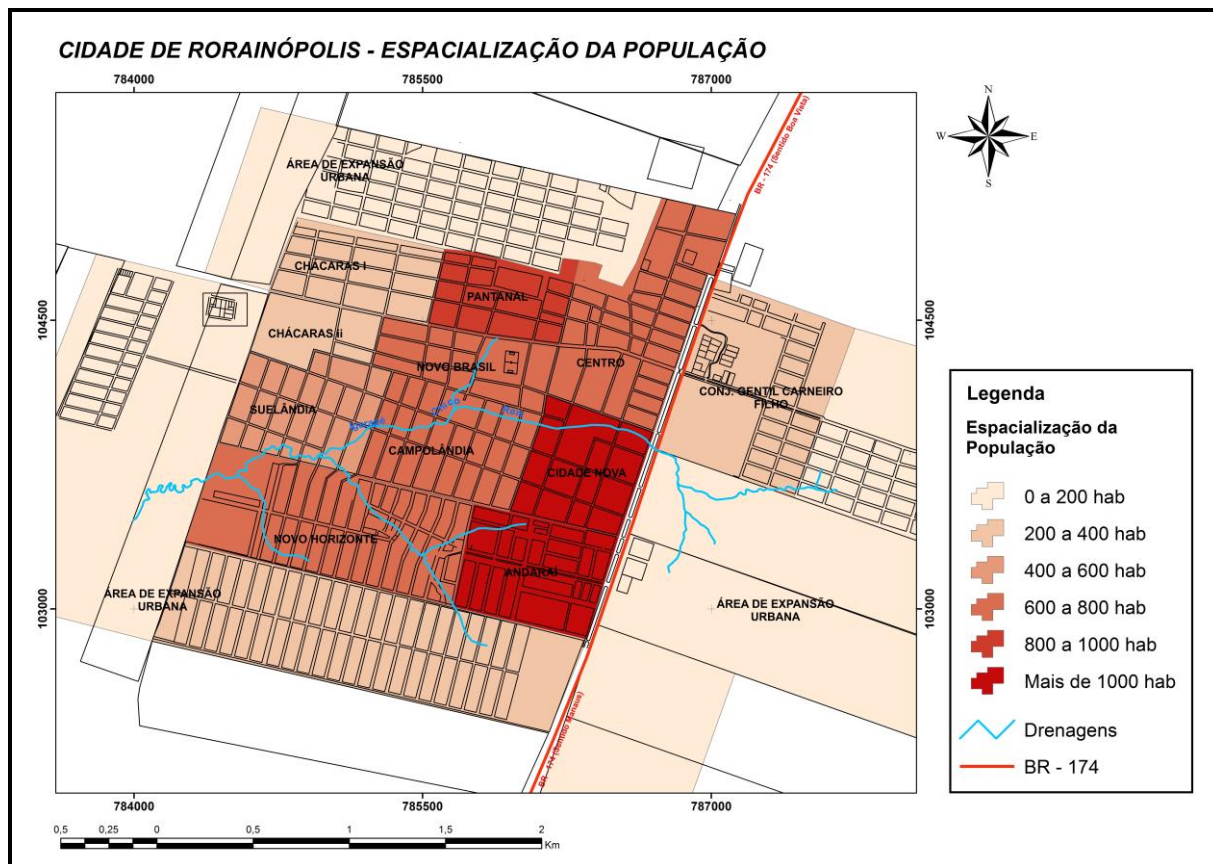
²⁶ Dados fornecidos pela SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Rorainópolis referentes aos dados cadastrais realizados pelos agentes comunitários de saúde na área urbana do município de Rorainópolis em 2013.

O bairro Pantanal possui população entre 800 a 1.000 habitantes, este desponta como o segundo bairro a surgir na cidade de Rorainópolis no início da década de 1990. Os bairros que possuem população entre 600 a 800 habitantes são Centro, Novo Brasil, Novo Horizonte e Campolândia, na atual configuração da área urbana da cidade. O Bairro Centro apesar de aparecer como um de maior área territorial da cidade não se configura entre os mais populosos, uma vez que, grande parte de seus imóveis são compostos de áreas comerciais (lojas, farmácias, supermercados, entre outros) e prédios públicos, como escritório do INCRA, Polícia Militar, Fórum, Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, entre outros.

O bairro Suelândia possui população entre 400 a 600 habitantes, o mesmo é o bairro mais a oeste da cidade, grande parte de sua área territorial fica na margem esquerda do igarapé Chico Reis. Os bairros que possuem população entre 200 a 400 habitantes são os bairros Chácaras I e II que fica localizado na parte sudoeste da cidade, e como seu nome nos remete as áreas residenciais são formadas por grandes áreas territoriais, demonstrando sua pouca população, e também o bairro Gentil Carneiro (Portelinha), que fica localizado na parte leste da cidade a direita da rodovia BR-174. Outra área que possui população entre 200 a 400 habitantes é a área de expansão urbana conhecida como conjunto habitacional Parque das Orquídeas localizada na parte sul da cidade a esquerda da rodovia BR-174.

As áreas com população entre 0 a 200 habitantes são aqueles que estão localizados nas bordas do perímetro urbano, com destaque para o conjunto habitacional Parque Amazônia localizado na parte sudeste da cidade, evidenciando desta forma, como segundo bairro localizado na margem direita da rodovia BR-174. Neste contexto, a cidade de Rorainópolis ainda se encontra em pleno processo de expansão urbana, suscetível a receber novo direcionamento migratório. Atualmente a migração rural-urbana aparece com maior destaque. Consideramos que as dificuldades encontradas no meio rural no Brasil e também em Rorainópolis, uma vez que, esses agricultores não conseguem se inserir no modo de produção vigente e fica a margem do processo produtivo, submetidos a problemas sociais, os quais são impulsionados a buscar melhores oportunidades nas cidades, e, desta forma verificase um gradativo aumento na população urbana, pois o campo responde aos interesses do capital de forma mais rápida que na cidade, como o caso de Rorainópolis. De acordo com Santos (1997, p. 96), “a racionalidade perversa se instala com mais força no campo”.

Figura 19 - Croqui da espacialização da população urbana de Rorainópolis por número de habitantes.



Elaboração: Franzmiller Almeida Nascimento, baseados em dados da SEMSA (2013), organizado: Roniel Vitor de Oliveira

Percebemos que o aumento da população urbana de Rorainópolis, não se deu somente em virtude dos fluxos migratório, apesar de que estes foram responsáveis diretos para a formação deste espaço, porém outro processo que contribuiu para o aumento da população urbana diz respeito ao crescimento vegetativo, corroborando com os dados que a população nascida em Roraima nos últimos anos representa parcela significativa na população urbana de Rorainópolis.

Consideramos que, aos seus poucos anos de existência, desde seu núcleo embrionário urbano em 1976 até os dias de hoje, foram mais de três décadas do surgimento deste lugar, e neste aspecto, deste o ano de 1995 quando esse núcleo populacional ganha *status* de cidade já são 18 anos. Mesmo os poucos anos desde sua emancipação política do município de Rorainópolis, a sede municipal passou pelo vertiginoso crescimento demográfico. Contudo, na cidade a vida urbana possui muitas características com a vida rural, como afirma Santos

(1996, p. 227) “nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes”.

Neste sentido, no município de Rorainópolis a maioria de sua população ainda reside na zona rural²⁷ com 13.606 habitantes (IBGE, 2010), e desta forma na cidade existem características de uma constante relação entre o estilo de vida urbano e rural, uma vez que, muitas pessoas que vivem na cidade desenvolvem suas atividades no meio rural, o que Santos (1993) chama de população agrícola²⁸, ou ainda algumas utilizam o meio rural apenas como moradia, deslocando-se para a cidade diariamente para trabalhar. Existem ainda, as pessoas que moram na cidade e que plantam pequenas lavouras no meio urbano, como observamos na (Figura 20 e 21), como o cultivo de hortaliças e frutas, demonstrando uma interação entre o urbano e o rural, que retratam a experiência vivenciada por estes indivíduos com o trabalho na roça.

Figura 20 - Plantação de hortaliças na área urbana de Rorainópolis



Fotografia: Roniel Vitor de Oliveira, (2013).

²⁷ População rural é aquela que habita imóveis localizados em áreas consideradas oficialmente não urbanas, ou seja, relaciona-se à situação do domicílio.

²⁸ De acordo com Santos (1993), a população agrícola é definida de acordo com sua ocupação, ou seja no Brasil existem muito municípios com mais população agrícola que rural. Esse fenômeno se dá pelo grande número de pessoas habitantes das cidades que estão ocupadas em atividades agrícolas.

Figura 21 - Foto da feira do produtor rural de Rorainópolis



Fotografia: Roniel Vitor de Oliveira, (2014).

Assim, com base nas observações nas figuras 20 e 21, vem confirmar o que se presencia na cidade, que a vida na mesma está fundada na imbricação do campo na cidade, ou ainda de uma vida rural na vida urbana. Essa imbricação não se pode mostrar unicamente a partir da análise das atividades econômicas, mas, sobretudo do conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus moradores e ainda do tempo que conduz esse lugar.

Logo, Rorainópolis como uma cidade emergente tanto no aspecto demográfico, como econômico na Amazônia setentrional, a margem da principal rodovia do Estado formada por migrantes que, passou por rápidas transformações que possibilitou novas formas de vida. Neste aspecto, as mudanças ocorridas no tempo e no espaço se apresentam pela carência de planejamento, o que faz com que a cidade apresente muitos problemas, causado principalmente pela expansão urbana sem que haja preocupação com o futuro. Contudo a respectiva expansão surge sem infraestrutura adequada à população citadina (VERAS, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trilhou caminhos que envolveram as concepções teóricas e metodológicas da Geografia, principalmente nos estudos geográficos sobre a migração, com temas que emanam pela acepção do surgimento das cidades e do urbano na Amazônia, principalmente na Amazônia setentrional. Desse modo, o encaminhamento das fases desta pesquisa nos remeteu a inquietações, análises e levantamentos de questões que envolvem a temática estudada. Assim, temos como objetivo geral deste estudo “analisar o papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis”.

Para verificação aos objetivos propostos nesta pesquisa partimos das reflexões que permearam nossa investigação sobre o viés interpretativo, que consiste em identificar que fatores foram determinantes para a genealogia urbana do município de Rorainópolis, tendo o migrante como sujeito dessa genealogia e de sua dinâmica.

A hipótese desta pesquisa institui-se que os primeiros migrantes que se estabeleceram neste lugar se deram em virtude das políticas de ocupação humana e territorial na Amazônia promovidas pelo governo central, que culminaram na abertura e construção da rodovia BR-174, e na criação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ, assim sendo, os primeiros migrantes se situaram nesta porção sul do Estado de Roraima, como força de trabalho móvel para trabalhar na construção da referida rodovia, e desta forma, fica evidente a presença do Estado como ator e gerador de todo esse processo.

Na Amazônia o Estado esteve como ator e promotor da migração, partindo da premissa do discurso geopolítico que foi a tônica dos governos militares (1964-1985) baseado no binômio desenvolvimento e segurança nacional, fundamentados nesse ideal de integrar a região amazônica ao território brasileiro, uma vez que os mesmos consideravam a Amazônia como um espaço vazio e passível de expansão da fronteira agrícola. Assim por meio de políticas públicas favoreceram uma migração indiscriminada para essa região e o Estado passava a garantir a ocupação e uso desse espaço, e desta forma, a posse e controle da região se dava de maneira efetiva por meio de sua ocupação humana.

E para apreender a origem e os fatores determinantes para o surgimento do urbano em Rorainópolis, tornou-se necessário analisar o processo de ocupação humana e territorial na Amazônia e também em Roraima, que contribuíram para a formação dos primeiros núcleos populacionais nessa parte setentrional do Brasil, destacamos no período colonial a instalação das aldeias, ordem religiosa, militares, nativos, entre outros. Perpassamos pelo do ciclo econômico da Borracha, desde sua fase áurea, a decadência, e como a mesma proporcionou o

revigoramento de muitos núcleos populacionais, além do declínio de outros. Neste contexto histórico instalaram-se no espaço roraimense os primeiros migrantes trabalhadores tanto da borracha, quanto os que vieram ocupar os campos do rio Branco nas fazendas reais e que, posteriormente, se apossaram de terras e gado, assim surge Boa Vista, marcado pela presença de padres, missionários, garimpeiros entre outros. Considerando que antes de se tornar o Estado-Nação “Brasil” essas terras eram ocupadas por indígenas. É de se manifestar nesse período a presença significativa dos primeiros fluxos migratórios para a Amazônia.

Contudo, foi a partir da década de 1960, que se iniciou o plano geoestratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional, com os governos militares, neste período observamos a presença maciça das políticas de ocupação humana e territorial rumo a Amazônia, com a implementação de infraestrutura, como por exemplo, a construção de eixos rodoviários, implantação dos projetos de assentamentos agrícolas, entre outros.

Foi durante os governos dos militares que se evidenciam políticas voltadas ao processo de ocupação humana e territorial de Roraima implementadas diretamente como o caso das construções de rodovias, entre elas a BR-174, BR-210 e BR-401, criação de projetos de assentamentos como o caso do PAD-ANAUÁ no sul do Estado, e indiretamente como a exploração de garimpos, sendo omissos com a situação dos mesmos, haja vista que esse tipo de atividade funcionou de maneira ilegal em Roraima até 1991. Também como fator da ocupação no âmbito político destaca-se a criação do Estado de Roraima, constituído em 1988.

O surgimento do urbano em Roraima está ligado à formação das cidades, visto que em Roraima o urbano compreende a sede municipal. Ainda sobre as considerações da formação do urbano em Roraima e suas particularidades dentro do processo de urbanização este estudo “[...] não se trata de estabelecer a versão mais fiel, e sim de compreender que, mesmo na contradição, se revelam aspectos essenciais dessa gênese urbana, tais como os processos determinantes e o tempo” (SILVA, 2007, p. 137).

O exemplo do urbano em Rorainópolis, que teve sua genealogia a partir do evento rodoviário, dos projetos de assentamentos agrícolas e de forma indireta da atividade garimpeira, entre outros. Esses elementos foram basilares e proporcionaram a fixação e permanência dos primeiros migrantes em Rorainópolis, que a partir desse momento engajaram-se na constituição desse espaço urbano. Cabe destacar que, um determinante não pode ser visto como um evento isolado, ou seja, uma cidade não surgiu com um único determinante. Mesmo que um elemento surge como principal motor para formação de determinada cidade.

Dadas às particularidades da gênese das cidades em Roraima, consideradas última fronteira da Amazônia, Rorainópolis surge na década de 1990 como uma das quinze cidades de Roraima na Amazônia setentrional, que está localizada as margens da rodovia BR-174, e entre as capitais Boa Vista em Roraima e, Manaus no Estado do Amazonas.

Apontamos nesta pesquisa que os fatores que influenciaram os processos migratórios para a formação do espaço urbano do Município de Rorainópolis, encontraram descritos por Singer (1980), que destaca as motivações para o ato de migrar relaciona-se aos fatores de expulsão e atração, em que o problema central reside nas modificações oriundas do próprio capitalismo, que ao gerar desigualdades entre as regiões, estimularia o processo migratório, pois as pessoas buscariam melhores condições de vida em áreas mais prósperas economicamente.

Os elementos que se davam esses processos migratórios ocorreriam principalmente por excedente populacional produzido no meio rural que tinha como pano de fundo a expulsão dos trabalhadores de uma estrutura fundiária que expropriava os trabalhadores de suas terras, e também da modernização agrícola (Martins, 1991).

Neste aspecto os migrantes que constituíram Rorainópolis, eram oriundos das várias macrorregiões brasileira, com destaque a macrorregião Nordeste, e por sua vez, nessa região se destacou com principal locais de origens desses migrantes o Estado do Maranhão, Piauí e Ceará. Como ainda hoje representa o principal contingente de residentes não nascidos em Roraima, na cidade de Rorainópolis.

Assim, o processo de ocupação humana e territorial da cidade de Rorainópolis pode ser dividido em duas etapas. A primeira etapa dividimos em três fases. A primeira fase advém do início da década de 1970, quando começa a construção da rodovia BR-174, quando muitos trabalhadores migraram de várias partes do Brasil como força de trabalho móvel para trabalhar na construção da referida rodovia, trabalhadores que ficavam alojados nos acampamentos ao longo da rodovia construída pelo BEC, órgão responsável pela construção da mesma.

Foi nesse período de construção da rodovia que se estabelece nesse lugar, onde hoje é a atual cidade de Rorainópolis o senhor Francisco Carvalho Duarte, conhecido como Chico Reis considerado o primeiro morador desta cidade, no ano de 1976, que veio junto com um amigo que trabalhava na construção da rodovia. Também no ano de 1976, se estabelece nesse lugar o senhor João de Sousa Rosa considerado o segundo morador da cidade de Rorainópolis, e junto com o senhor Chico Reis são considerados os fundadores da atual

cidade de Rorainópolis. Neste contexto, classificamos a rodovia BR-174 como “*embrião da cidade de Rorainópolis*”.

A segunda fase é marcada pela “*consolidação da Vila do INCRA*”, esse evento se deu com a instalação neste local da sede do INCRA em 1977, ainda como Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre, projeto que foi substituído em 1979 pelo Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ. No momento da instalação da sede do INCRA, muitas famílias já estavam assentadas espontaneamente as margens da rodovia recém-construída e um grande fluxo migratório para esta porção sul do Estado de Roraima já se despontava. Neste aspecto o INCRA regularizou as famílias já assentadas, bem como dos migrantes recém-chegados. Nesta fase o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis começa a passar por mudanças em sua paisagem e estrutura espacial e fundiária, tendo como reflexo a instalação da sede do INCRA neste local.

Já a terceira fase é marcada com o “*despertar de uma cidade*” visto pela chegada dos primeiros migrantes no núcleo embrionário urbano de Rorainópolis. Neste andamento as famílias estavam dispersas espacialmente umas das outras as margens da rodovia BR-174, e as condições sociais dessas famílias eram precárias, neste sentido as mesmas começam a se mobilizar e lutar pela prestação de serviços básicos como saúde, educação, transporte, segurança pública, entre outros. Foi nesse contexto que o INCRA, cede uma área a margem esquerda da rodovia BR-174, no sentido Manaus - Boa Vista, dando nova configuração na paisagem desse futuro núcleo urbano, onde ocorre o surgimento das primeiras ruas, instalação da primeira escola, da igreja católica, do posto de saúde, residências, entre outros. Esses equipamentos serviram de instalação para o surgimento do primeiro bairro de Rorainópolis, o bairro Centro, embrião de onde se expandiu e possibilitou o despertar do espaço urbano de Rorainópolis.

A segunda etapa se deu com a emancipação política do município de Rorainópolis em 1995, quando a Vila do INCRA ganha “*status de cidade*”. Neste caminho o município de Rorainópolis ganha nova estrutura administrativa e este feito ocasionou perspectivas que correspondiam a novas exigências, no âmbito social, econômico, urbano, territorial e cultural. A composição administrativa e socioeconômica do município se fez imprescindível e imediata para atender as populações munícipes, que se abrigaram e estavam por se instalar, haja vista o grande fluxo migratório que se instalaram nesse município nos primeiros anos após sua emancipação.

Dada à emancipação política do município de Rorainópolis, a despeito desse evento passamos a entender como se encontra a organização do atual espaço urbano de Rorainópolis,

que a partir de então passa a possuir uma nova dinâmica para atender a nova estrutura municipal, contudo tornou-se necessário o emprego de infraestrutura e transformações urbanísticas, com a instalação de equipamentos públicos como escolas, hospitais, postos de saúde, além do emprego de serviços básicos, como de segurança pública, abastecimento de água, energia elétrica, entre outros.

Com o crescimento espacial e demográfico municipal, principalmente na cidade, há reflexos na estrutura socioeconômica e educacional, observamos a partir da instalação das três unidades do Sistema “S” (SESC, SENAI, SENAC), este último com parcerias com o PRONAT, ambas vislumbram a qualificação profissional técnica de trabalhadores. No contexto da educação superior, temos um campus da Universidade Estadual do Roraima, bem como UNIVIRR (Universidade Virtual de Roraima).

No setor comercial, a cidade de Rorainópolis desponta como uma cidade emergente do ponto de vista econômico, uma vez que a mesma tem atraído empresas, além de agências²⁹ bancárias. A instalação dessas instituições na cidade de Rorainópolis nos aponta para a importância da mesma no cenário econômico municipal e estadual, bem como populacional, pois é a sede do segundo município mais populoso de Roraima, atrás apenas da cidade de Boa Vista.

No que diz respeito à saúde municipal pouco se avançou nas últimas décadas, a prestação desse serviço não acompanhou o crescimento da população tanto do município, como em sua área urbana. Neste contexto, a situação dos moradores da zona rural se torna, ainda, mais precária do que a dos moradores da zona urbana, no que se refere à prestação desse serviço. Essa deficiência tem contribuído para fortalecer a migração para a cidade.

Portanto, a migração que se torna mais evidente, hoje, com destino a cidade de Rorainópolis, são das pessoas que saem da zona rural do município para a cidade, em busca principalmente de serviços básicos como saúde, educação, mas também provocadas pela introdução das relações capitalista no campo (SINGER, 1980), entre outros. Neste aspecto, também presenciamos a migração de pessoas de outros Estados e até mesmo de outras cidades do Estado de Roraima, que migram para cidade de Rorainópolis, em busca de trabalho e por níveis melhores de remuneração. Assim, segundo Brito (2007) “a tradição migratória brasileira não desapareceu, até porque a rigidez da estrutura social brasileira ainda impõe a migração como a única alternativa para se “melhorar de vida” ou “ascender socialmente”.

²⁹ Atualmente, temos três agências bancárias, as quais são: do Banco do Brasil, do Bradesco e da Caixa Econômica Federal.

A migração foi e continua sendo um dos principais responsáveis para o crescimento demográfico da cidade de Rorainópolis, junto com seu crescimento vegetativo e, neste sentido, desde o surgimento do núcleo embrionário urbano no final da década de 1970, existe uma expansão urbana e territorial que ficou nítida com o surgimento de vários bairros nas últimas décadas. Vale ressaltar que, a expansão urbana e territorial caminha rumo à floresta tanto no sentido leste, a margem direita da rodovia BR-174, no sentido Manaus - Boa Vista, onde hoje se encontra o bairro Gentil Carneiro (Portelinha) e do conjunto habitacional Parque Amazônia, e; também no sentido oeste a margem esquerda da rodovia, encontram-se os demais bairros da cidade.

A expansão urbana e territorial de Rorainópolis, também possui como reflexos a valorização e especulação imobiliária, visto que terrenos mais centralizados da cidade são supervalorizados, obrigando as populações mais carentes a procurar terrenos mais afastados nas áreas periféricas ou ocupando áreas irregulares como as margens dos igarapés.

Neste sentido, a cidade de Rorainópolis é resultado de um fluxo migratório para a Amazônia, principalmente para Roraima, e especificamente nesta porção sul do Estado, onde surge no ano de 1976, o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, hoje atual cidade de Rorainópolis. Assim, entendemos o importante papel do migrante como o sujeito responsável diretamente por sua genealogia, e, também na dinâmica do espaço urbano municipal, e estadual roraimense, sendo os desbravadores e formadores de novos lugares a partir de processos migratórios, dirigidos ou espontâneos.

Portanto os sujeitos responsáveis pela genealogia e dinâmica urbana de Rorainópolis são até o final da década de 1990 os migrantes que participaram do processo migratório para a construção de estradas, para os projetos de assentamentos ou de forma espontânea. A partir da década de 2000 aos dias atuais, os migrantes que vieram a se unir aos cidadãos e compor esse núcleo urbano, e conseqüentemente promover sua expansão urbana, são oriundos de uma migração desencadeada pelas redes de parentesco e amizade, além da migração de curta distancia dos Estados da região norte, assim como a migração da zona rural para a cidade, por fim uma migração proporcionada pelas instalações na cidade de instituições que requer profissionais como maior qualificação como professores, técnicos, médicos entre outros. Conotando uma migração pautada em vantagens salariais e remuneratórias e além da possibilidade de ascensão social, econômica, política e de qualidade de vida do migrante e atual cidadão da cidade de Rorainópolis.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Comitê da Verdade do. 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade. **O genocídio do povo waimiri-atroari**, Manaus, 2012.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. **Ocupação Humana em Roraima**. I. Do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 123-144. Belém, 1993.

_____. **Ocupação Humana em Roraima**. II. Uma Revisão do Equívoco da Recente Política de Desenvolvimento e o Crescimento Desordenado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 177-197. Belém, 1993.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995. 269p.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 168p.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1994. 112p.

_____. **Fronteira Amazônica, questões sobre a gestão do território**. Brasília, Editora da UNB, 1990. 219p.

_____. **Dinâmica urbana na Amazônia In: Economia e Território**. DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges, (org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2005. 401- 428p.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar** 2013. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>. Acesso em dezembro de 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm. Acesso em Dezembro de 2013.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores**. Disponível em: <http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.actio?siglaUFSelecionada=RR>. Acesso em dezembro de 2013.

BITTENCOURT, Luís Carlos. **POLAMAZONIA**. Empresários e não colonos. Revista comércio e mercados. Ano VIII, n 87 novembro de 1974.

BORJAS, George. **Economic theory and international migration**. **International Migration Review**. v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, autumn/1989, p. 457-485.

BRITO, Fausto. Brasil, **Final de século: a transição para um novo padrão migratório?** Anais da ABEP 2000, Caxambú.

BROWDER, John O; GODFREY, Brian J. **Cidades da Floresta: Urbanização, Desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. Tradução de Gisele Vieira Goldstein. Manuá: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 302p.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 49, n.3, p.39-68, jan./mar. 1987.

_____. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Editora Ática, Série Princípios, 1989. 96 p.

_____. A organização urbana. In: **Geografia do Brasil – Região Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. (edição digital)

_____. **O espaço urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. (edição digital)

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Edna. (Org.) **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. 352p.

CASTRO, Edna Maria Ramos de & MARIN, Rosa Elizabeth. Acevedo. **Amazônias em tempo de transição**. 1ª Edição. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo. Ática, 1994.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo. Contexto, 2011.

DINIZ, Alexandre Magno. **A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima**. Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: , v.13, n.21, p.44 - 59, 2003.

_____. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org.). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: CCSG/UFRR, 1997. p. 47-91.

ESCOBAR, Maria da Conceição Sant'ana Barros. Populações tradicionais e as políticas públicas para a Amazônia: os Waimirí-Atroari e a BR – 174. In.: ALVES, Cláudia L. E. (org). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista/RR: UFRR, 1998. p. 209-230.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. Loyola, 1993.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. São Paulo. Difel: 1975.

GERMANI, Gino. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina**. São Paulo, Mestre Jou, 1974. 261 p.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas. 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005. 179 p.

GOUVÊA, Denise Campos; ÁVILA, Paulo Coelho; RIBEIRO, Sandra Bernardes. A Regularização Fundiária Urbana na Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** V. 11, N. 2 / NOVEMBRO 2009.

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza. Dinâmica urbano-regional na Amazônia. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. FURTADO, Bernardo Alves (orgs). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília. Ipea, 2011, p. 109 – 118.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <www.censo2000.ibge.gov.br>. Acesso em: Fev. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: Fev. 2013.

INCRA, Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Estado de Roraima – SR (25). **Resposta à solicitação de dados para elaboração de dissertação. Boa Vista/RR, 2013**.

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio de. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009.

LIMA, Dvanes Freitas. **As Injunções políticas na implantação do Território Federal o Rio Branco**. 2011. 53p. (Monografia de Especialização). UFRR, Boa Vista, 2011.

LIMA, Marcos Castro de. A Cidade, o Urbano e o rio na Amazônia. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p. 107-117.

LÔBO, Marco Aurélio A. **Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso ALBRÁSALUNORTE**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1996.

LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural**. Estudos Cebrap, no. 6, 1973, out/dez, p.129 - 142.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos do IPPUR/UFRRJ**. v.13, n.1, p. 110-137, Jan./jul. 1999.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias, **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943 - 1988**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. 215p.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. – 5. ed.- 4. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINELLO, Pedro. A **“Batalha da Borracha”** na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico, Cadernos Ufac 1 (1), São Paulo, 1988.

MARTINS, Dora. VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1989.

_____. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, revista de sociologia, USP, São Paulo, 8(1), 1996, 25 – 70 p.

_____. **Expropriação e Violência. A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MASSEY, Douglas. **Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration**. Population Index, v. 56, n. 1, Spring/1996, p. 3-26.

MINCER, Jacob. Family Migration Decisions. **The Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, out/1978, p. 749-773.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saja, 1968.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MORIN, Edgar. (tradução Llana Heineberg). **O método 1: a natureza da natureza**. 2 ed. Porto Alegre. Sulina, 2003.

MOTTA, Diana Meirelles da. Prefácio In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. FURTADO, Bernardo Alves (orgs). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília. Ipea, 2011, p. 11-18.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **“Amazônia: modificações sociais e culturas decorrentes do processo de ocupação humana – século X a XX”**. Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi, v. 4, n. 1 jul. 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo. FFLCH, 2007, 184 p. Versão Digital.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP N.º 38, março 1994 pp.3-14. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/72/20080625_a_reconquista_da_amazonia.pdf. Acesso em setembro de 2013.

OLIVEIRA, José Aldemir de Oliveira. **Tempo e Espaço Urbano Na Amazônia no Período da Borracha**: Scripta Nova. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. X, núm. 218 (35), 1 de agosto de 2006.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Atlas do Estado de Roraima: território e população**. Boa Vista/RR: EdUFRR, 2006. (CD-ROM).

PÁDUA, Elisabete M. Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico prática**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PATARRA, Neide Lopes. “**Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços**.” Textos para discussão Escola Nacional de Estatística Número 7. ENCE, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. 2004. 139p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Brasília. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/rorainopolis_rr. Acesso e dezembro de 2013.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Rio Grande do Sul. Feevale, 2013. 277p.

RAVENSTEIN, Ernest. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

RODRIGUES. Francilene dos Santos. “**Garimpendo” a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. 1996, 134p. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Para, Belém. 1996.

RODRIGUES, Katia B.; SOUZA, Carla M. Migração maranhense para Boa Vista. In: VIEIRA, Jaci G. (Org.). **O Rio Branco se Enche de História**. Boa Vista: UFRR, 2008.

ROCHA, Valcleia Barros. **O Significado do “Novo” Urbano na Última Fronteira Amazônica**. 2013. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2013.

RUFINO, Eliakin. **RORAIMA: O Canto de Roraima**. Boa Vista. Gravação Independente, 2009. CD (90 min) Digital.

SATHLER, Douglas. **Cidades médias e redes urbanas na Amazônia Brasileira: especificidades e desequilíbrios. Disponíveis em:**
<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT18-589-270-20120530142230.pdf>. Acesso em agosto de 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. 2004. 271. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

SAWYER, Donald; RIGOTTI, José Irineu. **Migration and Spatial Distribution of Rural Population in Brazil, 1950-2050**. Presented at the Special Session on Brazilian Demography at the 24th General Population Conference of the IUSSP, Salvador, Bahia, Brazil, September 18-24, 2001. (disponível em CD-ROM).

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana do Estado de Roraima – Brasil**. 2007. 327p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVEIRA, Isolda Maciel da; GATTI Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Bol. Mus. Pará, Emílio Goeldi, Sér. Antropoll v. 4, n.1, 63p. 1988.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, Hélio de. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244.

_____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **Migração e metropolização**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 1, n. 2, p. 28-31, 1987.

SPOSITO, Maria Anunciação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 106p.

SOUZA, João Mendonça de. **A Manaus-Boa Vista (roteiro histórico)**. Manaus/AM: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977. 370p.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. In: **Experimental**. 4(5), p. 71-89, 1998.

_____. **Cidades Médias na Amazônia Oriental: Das Novas Centralidades à Fragmentação do Território**. Revista brasileira de estudos urbanos. V. 13, N. 2 / Novembro 2011.

_____. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**. V. 7, n. 12, 2010. p 49 - 77.

_____. **Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico**. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb51_1349289647.pdf. Acesso em fevereiro de 2013.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1979.

VAINER, Carlos; BRITO, Fausto. **Migration and Migrants Shaping Contemporary Brazil. Presented at the Special Session on Brazilian Demography at the 24th General Population Conference of the IUSSP, Salvador, Bahia, Brazil, September 18-24, 2001**.

VALE, Ana Lia Faria. **Imigração de Nordestinos para Roraima**. In, Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2006.

VERAS, Antônio Tolrino de Resende. **A Produção do espaço urbano em Boa Vista – Roraima**. São Paulo, 2009. 235p. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004, 287p.

APÊNDICE

Roteiro das entrevistas aos migrantes

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Natural: _____

Profissão: _____ Estado Civil: _____ Quantos Filhos: _____

1. Como você ficou sabendo desse lugar em Roraima? Que ano veio para cá?
2. Com quem você veio?
3. Qual a maior dificuldade você teve para chegar até Rorainópolis?
4. Quando você chegou quantas famílias já moravam aqui?
5. Quando você chegou a Rorainópolis onde ficou hospedado (tinha cada de apoio do INCRA)?
6. Como era Rorainópolis quando você chegou aqui? As primeiras casas, ruas, tem foto desse momento?
7. Como as pessoas faziam para conseguir um lote do INCRA?
8. O INCRA dava alguma assistência para os assentados? E qual era a maior dificuldade de permanecer no lote? (dinheiro, ferramenta, abria estrada ou era por conta própria).
- 9) Algumas pessoas abandonavam os lotes? Por quê?
- 10) Além do lote você recebeu algum terreno para morar próxima a sede do INCRA?
- 11) Quando ficava doente quem ia procurar? Quais os principais tipos de doença?
- 12) Onde ficava a primeira escola de Rorainópolis? E os professores eram da vila?
- 13) Quem foi os primeiros administradores da vila?
14. Como era viver em Rorainópolis? Quais eram as dificuldades?
- 17) Você convidou algum amigo ou parente para vim pra Rorainópolis?
- 18) O que motivou você vim pra Rorainópolis?
- 19) Quando você chegou aqui, como você fazia para se deslocar para algum lugar (meio de transportes)?
- 20) Quando veio pra Roraima você sempre morou em Rorainópolis?
- 21) Você permanece com seu lote até hoje?
- 22) Você gosta de viver em Rorainópolis?